

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO HENRIQUE FENIMAN

HORTAS CURITIBANAS: AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO CULTIVO DE
ALIMENTOS NA CIDADE

CURITIBA, 2014

EDUARDO HENRIQUE FENIMAN

HORTAS CURITIBANAS: AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO CULTIVO DE
ALIMENTOS NA CIDADE

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Meio Ambiente, no Programa de Pós-
Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadores:
Prof. Dr. Paulo André Niederle
Prof. Dr. Luciano de Almeida

CURITIBA
2014

F333 Feniman, Eduardo Henrique
Hortas curitibanas: as representações simbólicas do cultivo de
alimentos na cidade. / Eduardo Henrique Feniman. – Curitiba : 2014
143 f. il.

Orientadores: Paulo André Niederle
Luciano de Almeida

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento.

1. Agricultura urbana. 2. Hortas. 3. Políticas públicas. 4. Meio
ambiente. I. Niederle, Paulo André. II. Almeida, Luciano de.
III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias.
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.
IV. Título

CDU 712.27:502.1

A todos aqueles que cultivam o solo urbano, que plantam a esperança de um outro mundo possível para quem a riqueza está na abundância que a terra produz e menos no ouro da economia que gera escassez.

Soli Deo Gloria

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a todos àqueles que me apoiaram nestes dois anos de pesquisa.

À Deus, pela graça de cercar-me de pessoas tão especiais, de me dar o privilégio de passar por este processo de aprendizagem que certamente marca minha vida, que me faz também um agricultor urbano. A ele toda a glória.

À minha família, minha esposa Débora e minha filha Beatriz, por todo carinho, paciência e atenção desprendida. Aos meus pais e irmãos, que ao verem minha trajetória na agricultura urbana, sinalizaram positivamente como um bom caminho. À Michelle, que veio estagiar conosco e virou parte da família. Fico grato por sua dedicação.

Aos amigos, irmãos, Claudio e Renê, por todo companheirismo nestes anos, pelas conversas matinais ao redor da horta e dos animais, por me suportarem e me inspirarem com a dedicação e disciplina de vocês.

À equipe da Casa da Videira, voluntários, estagiários e membros que me ajudaram neste tempo com seu dedicado trabalho mantendo nossa estação de agricultura urbana. Também à nossa comunidade de fé do Caminho

Aos Professores. Meus orientadores, Paulo e Luciano, pela confiança de acreditarem em meu projeto de pesquisa e por toda a orientação dada. Aos colaboradores do MADE, por compartilharem seu conhecimento tanto na sala de aula como nos momentos informais, mostrando que ensinar é mais do que profissão, é o dom que possuem.

Ao CNPq, por apoiar o desenvolvimento científico brasileiro criando as condições para que os pesquisadores tenham a condição de desenvolver seu trabalho. Agradeço pela bolsa concedida.

Aos agricultores urbanos, fonte de inspiração não somente para esta pesquisa, mas para a minha vida. Em especial, agradeço a dona Maria e dona Justina, agricultoras urbanas que me despertaram para um saber vernacular nestes quatro anos de convivência como vizinhos.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a manifestação da agricultura urbana no município de Curitiba, baseado no envolvimento com as políticas públicas, pela intencionalidade política da prática pessoal e pela tradição de se produzir gêneros alimentares no espaço domiciliar. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com o público morador da regional Santa Felicidade, onde se verifica a presença de grande número de hortas domésticas, e no bairro Tatuquara, onde estão instaladas hortas comunitárias assessoradas pela prefeitura. Buscou-se também informação entre os participantes do grupo “agricultores urbanos de Curitiba”, na rede social Facebook, por meio de questionário eletrônico e entre agricultores urbanos de outras regiões, encontrados em uma loja de insumos agrícolas no centro da cidade. De posse dos dados, foi possível traçar o perfil destes agricultores, tipificados por sua prática como assistidos, politizados e vernaculares. Verificou-se que apesar de atuarem sobre um mesmo lugar – a horta – as motivações que movem os atores mudam, criando símbolos e significados distintos que configuram a sua prática. Por fim, aponta-se para os potenciais de uma intervenção urbana por meio da agricultura a fim de buscar estratégias para minimizar os problemas ambientais e alimentares atuais, a exemplo do que já ocorreu no passado.

Palavras-chave: agricultura urbana, abastecimento alimentar, políticas públicas, ação política, práticas vernaculares, meio ambiente e desenvolvimento.

ABSTRACT

This study investigates the manifestation of urban agriculture in the city Curitiba, Paraná, Brazil, as an expression of public policy initiatives, personal political activism, and the tradition of household food production. Data were collected by the means of interviews with the residents of two regional areas in the city of Curitiba: 1) Santa Felicidade, where there is the presence of large number of gardens and allotments; and 2) Tatuquara, where the creation of community gardens and allotments have been promoted and assisted by the City Council. In addition, data was also collected with the help of an electronic questionnaire with members of a group known as "Curitiba urban farmers" on Facebook, as well as other urban farmers casually met in a Shop for agriculture products in the city center. The results enabled to characterize the profile of urban farmers in Curitiba in three categories, namely: assisted, politicized and vernacular. It was found that although they act on the same place - the garden allotment - the motivations that drive different categories of urban farmers change, and create different symbols and meanings that shape their practice. Considering this, the study discusses the possibilities of urban agriculture intervention as a means of addressing the current environmental degradation and food security problems, as already occurred in the past.

Keywords : urban agriculture , food supply , public policy , political action , vernacular practices , environment and development .

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIVISÃO DAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA E DESTAQUE DA REGIONAL SANTA FELICIDADE	15
FIGURA 2 – PADRÃO CONSTRUTIVO URBANO NO BRASIL, SÉCULOS XVIII E XXVX	19
FIGURA 3 – REPRESENTAÇÕES DE AGRICULTURA URBANA NA IDADE MÉDIA NA EUROPA E MÉXICO	42
FIGURA 4 – HORTA INSTALADA SOBRE CRATERA DEIXADA POR UMA BOMBA EM LONDRES, INGLATERRA	44
FIGURA 5 – HORTA URBANA DOMÉSTICA EM BERLIM, ALEMANHA	45
FIGURA 6 – PRODUTOS E SERVIÇOS GERADOS PELA AGRICULTURA URBANA EM ONZE CAPITAIS BRASILEIRAS	47
FIGURA 7 – CRESCIMENTO DA MANHCHA URBANA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: 1817, 1935 E 2002	55
FIGURA 8 – CURITIBA 1827, PINTURA DE DEBRET	57
FIGURA 9 – DIVISÃO DAS REGIONAIS DE CURITIBA	58
FIGURA 10 – BAIRRO TATUQUARA. NO CENTRO, O VAZIO ONDE ESTÃO AS ÁREAS DE HORTA COMUNITÁRIA	65
FIGURA 11 – QUADRAS RESIDENCIAIS PRÓXIMAS ÀS HORTAS COMUNITÁRIAS	67
FIGURA 12 – AGRICULTOR URBANO NA HORTA COMUNITÁRIA DO TATUQUARA	76
FIGURA 13 – QUADRA RESIDENCIAL NO BAIRRO SANTO INÁCIO ...	78
FIGURA 14 – JARDIM COM FLORES E ERVAS AROMÁTICAS SOBRE A OBRA DA RUA NO BOSQUE GOM	83
FIGURA 15 – HORTA DE UM DOS AGRICULTORES POLITIZADOS ENTREVISTADOS	95
FIGURA 16 – SÍMBOLOS PRIMÁRIOS E SEUS SIGNIFICADOS	105
FIGURA 17 – RELAÇÕES POLÍTICAS DA AGRICULTURA URBANA ENTRE OS GRUPOS PESQUISADOS	108
FIGURA 18 – VINCULAÇÃO ESPACIAL DOS SÍMBOLOS PRIMÁRIOS DA AGRICULTURA URBANA	113

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS DE AGRICULTURA URBANA PESQUISADOS	93
---	----

LISTA DE SIGLAS

- FAO – Food and Agriculture Organization
- GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica
- IPES – Instituto para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável
- IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio
- NRI – Instituto de Recursos Naturais da Universidade de Greenwich
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PANCs – Plantas alimentares não convencionais
- REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
- RUAF – Centro de Recursos para a Agricultura Urbana e Segurança Alimentar
- SMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento
- TED – Conferência sobre Tecnologia, Entretenimento e Design

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A CASA, O QUINTAL E A PRODUÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS DAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA	19
1.1. A transição do espaço domiciliar: de centro de produção para centro de consumo ...	19
1.2. Agricultura urbana	23
1.4. A agricultura urbana como instrumento de fomento à segurança alimentar	30
1.5. Para além da economia de mercado: a soberania alimentar	35
1.6. Práticas vernaculares: um outro modo de interagir com a sociedade.....	38
CAPÍTULO 2. AGRICULTURA URBANA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO	42
2.1. O contexto brasileiro.....	47
2.2. A agricultura no município de Curitiba: o campo na cidade e a cidade no campo.....	53
2.3. O processo de ocupação do solo no município de Curitiba	57
2.4. A configuração dos bairros de Curitiba	59
2.5. A agricultura urbana no município de Curitiba	61
2.6. As hortas curitibanas e seus atores	64
2.7. As políticas públicas municipais de agricultura urbana	65
2.8. Agricultura urbana e ação política	78
2.9. Agricultura urbana e prática vernacular.....	87
2.10. Comparação das características encontradas nos grupos pesquisados	94
CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA AGRICULTURA URBANA	100
3.1. O lugar simbólico: a horta.....	102
3.2. Outros significados da agricultura urbana	110
3.3. As relações simbólicas encontradas na agricultura urbana	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE	141

INTRODUÇÃO

A habilidade desenvolvida pelos seres humanos de manter o alimento perto de si marca o início de um novo período na história do planeta. A revolução neolítica ocorrida há cerca de dez mil anos permitiu ao ser humano fixar-se geograficamente em ambientes favoráveis ao suprimento das necessidades básicas, dentre elas aquelas relacionadas ao abrigo e à alimentação. Manter a produção de alimentos próxima ao lugar de viver permitiu o avanço das técnicas de cultivo e a criação de animais, bem como a sofisticação da moradia, elevando a capacidade de concentração dos agrupamentos humanos a partir das condições do ambiente, originando aldeias, povoados e vilas, até alcançar formas de organização maiores, como as cidades.

Se outrora a proximidade com a comida era ponto determinante de onde e como se fixaria um agrupamento humano, hoje isso parece não ter a mesma importância. A modernidade trouxe consigo tecnologias que permitem o deslocamento da comida a distâncias antigamente inimagináveis, através de um sistema de transporte rápido e de mecanismos de conservação dos produtos in natura que os fazem chegar em condições de consumo depois de uma viagem intercontinental. A cessão de hortifrutigranjeiros de um supermercado é um bom exemplo do efeito da globalização no mercado alimentar: podemos encontrar no Brasil uvas norte-americanas, maçãs argentinas, cerejas chilenas, kiwis neozelandeses, laranjas espanholas, figos turcos e muito mais.

Esse processo ocorreu em paralelo a revolução verde, fenômeno socio-técnico que produziu, por um lado uma degradação genética de espécies animais e vegetais altamente adaptados a contextos geográficos específicos e, por outro, uma alta dependência energética tanto para produção como para distribuição, baseada principalmente em combustíveis fósseis que provocam um alto impacto ambiental. Mesmo se desconsiderarmos estes fatores e focarmos apenas no argumento de que houve um aumento considerável na produção de alimentos por meio da revolução verde e da indústria alimentícia, os dados demonstram que a quantidade não foi capaz de proporcionar uma distribuição equitativa. Em 2011, a produção mundial de alimentos foi suficiente para atender um contingente de 14 bilhões de pessoas. No mesmo ano, atingimos a marca, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU (2011), de 1 bilhão de famintos no mundo, ao mesmo tempo que temos mais de 1

bilhão de obesos, segundo relatório da Cruz Vermelha Internacional (2011). No Brasil, relatório recente do ministério da saúde demonstra que a obesidade atinge mais da metade da população do país (PORTAL BRASIL, 2013).

Dentre as várias medidas que visam remediar estes problemas, destaca-se neste trabalho a agricultura urbana como uma alternativa para reaproximar a produção e o consumo em um mesmo ator ou comunidade, criando assim uma cadeia curta capaz de que possa garantir maior capacidade de resiliência¹ diante de uma crise alimentar. Tal abordagem tem sido utilizada pela FAO – Food and Agriculture Organization, incentivando governos e organizações não-governamentais a encamparem projetos de agricultura urbana em regiões habitadas por populações de baixa renda. Porém, vale destacar que o cultivo de alimentos em áreas urbanas não é uma tendência recente, mas acompanha o desenvolvimento das cidades desde a antiguidade em diferentes regiões do mundo respondendo as contingências de cada época.

No Brasil, nota-se que o desenvolvimento de práticas agrícolas na cidade está relacionado, de um lado, ao processo migratório acentuado a partir da década de 1970, por meio do qual um grande contingente de famílias ligadas a agricultura passou a ocupar os grandes centros urbanos, trazendo consigo o hábito do cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais no quintal. De outro lado, as áreas agrícolas do entorno das cidades se urbanizaram levando famílias que outrora produziam em uma escala maior a restringirem-se a um pequeno espaço domiciliar.

Ademais, a crescente discussão em torno dos perigos dos agrotóxicos para a saúde tem incentivado um novo grupo de praticantes da agricultura urbana. São pessoas que buscam alimentos mais saudáveis, que utilizam seu quintal, terrenos baldios e áreas comunitárias como de igrejas e associações para produzirem alimentos, em geral seguindo os preceitos da agricultura orgânica, buscando estratégias para minorar as dificuldades da aquisição destes produtos nas feiras em virtude do preço elevado ou simplesmente pelo prazer de produzir parte do seu alimento, como apontam Comasseto et al. (2011).

¹ Por resiliência entende-se o poder de recuperação, a capacidade de um material, ambiente, grupo social ou indivíduo tem de sofrer uma situação de estresse e voltar ao seu estado natural. Neste caso o termo se aplica a capacidade de uma família ou comunidade manter sua alimentação a níveis seguros diante de uma crise que a ponha em risco, podendo retornar a uma condição mais favorável após o evento. Ver Evans, 2011.

Verifica-se por meio da literatura que as práticas agrícolas no meio urbano são executadas por pessoas com realidades distintas. Jovens e velhos, ricos e pobres, por necessidade ou prazer, por incentivo público ou próprio. Esta diversidade cria uma configuração capaz de oferecer respostas inovadoras a vários dos problemas atuais da produção e consumo alimentares, como o manejo de resíduos orgânicos, a perda da biodiversidade alimentar e os custos (econômicos e ambientais) do sistema produtivo de alimentos (MOUGEOT, 2000; ROSA, 2011; COUTINHO E COSTA, 2011; FERREIRA E CASTILHO, 2007).

Em suma, pode compreender que por trás de uma mesma prática – a produção de gêneros alimentares em espaços urbanos – existem diferentes fatores que criam as condições de ação, cabendo então investigar se existem diferentes motivações e significados para os distintos atores engajados no desenvolvimento da AU.

A hipótese que orientou esta dissertação é de que a agricultura urbana é uma prática produtiva imersa em um universo de sentidos que mudam de acordo com o contexto histórico e social onde se realiza, fazendo com que seus atores construam significados simbólicos distintos em torno de uma mesma prática, o que por sua vez gera ações particulares sobre a realidade.

Aspectos como saberes tradicionais – aqui tratados como práticas vernaculares e as ações políticas da sociedade civil são pouco contempladas ou vistas superficialmente em trabalhos anteriores deixando escapar elementos que podem contribuir para o avanço de medidas que promovam o bem estar das pessoas e do ambiente por meio da produção de alimentos nos quintais urbanos, como relações de vizinhança e reciprocidade, manutenção do conhecimento popular, proteção do solo, manutenção de espécies hortícolas tradicionais, manejo de resíduos orgânicos, entre outros.

Este estudo, ao enfrentar o desafio de conhecer tal fenômeno em um contexto onde a agricultura urbana é pensada e utilizada estrategicamente, pode contribuir para a construção de políticas e ações mais eficientes, além de, propiciar formas de interação entre estes atores de modo a enriquecer esta prática.

O objetivo geral deste trabalho é identificar de que modo se organizam as práticas agrícolas no município de Curitiba e seus efeitos sob o ambiente urbano. Especificamente objetiva-se: diagnosticar o processo de ocupação do solo, as origens e as mudanças na prática agrícola; traçar um perfil destes agricultores a

partir de características socioculturais; compreender os símbolos e significados que envolvem a prática da agricultura urbana; identificar as motivações dos moradores, bem como os desafios enfrentados na agricultura urbana e verificar de que modo esta prática contribui para melhorar a qualidade ambiental e social do espaço urbano.

A inspiração para a realização desta pesquisa surgiu dos trabalhos realizados na Quinta da Videira², um espaço destinado a pesquisa e desenvolvimento de técnicas de produção animal e vegetal e gestão de resíduos orgânicos para a agricultura urbana. O contato com diferentes “agricultores de quintal” tem apontado para distinções acerca das motivações destes atores a partir das suas histórias de vida, justificando uma investigação mais profunda e buscando compreender melhor este fenômeno.

Além dos aspectos de segurança e soberania alimentar, observa-se na vivência com estes atores aquilo que nesta dissertação descreve-se como prática vernacular³, isto é, um saber-fazer produzido localmente a partir do contexto sócio-histórico do sujeito ou comunidade (ILLICH, 1981). Trata-se de pessoas que cultivam parte de seu alimento no quintal por outras razões que não se justificam somente a de segurança ou soberania alimentar, destacando-se aí outro conjunto de valores envolvendo sua prática. Ao contrário de muitos trabalhos que vem abordando a agricultura urbana sob a ótica da segurança e soberania alimentar, neste trabalho optou-se por priorizar, enquanto fenômeno de análise, prática vernacular no cenário da agricultura urbana, identificando e discutindo seus elementos de constituição e significados.

A metodologia escolhida exigiu a seleção de uma área restrita na cidade que possibilitasse, ao mesmo tempo, a realização de um trabalho de campo, e portasse uma diversidade capaz de revelar diferentes atores, modalidades de agricultura urbana e processos de urbanização. Essa tarefa exigiu a identificação de dados secundários, a análise georeferenciada, e o levantamento de informantes na internet e em locais privilegiados, além de contar com o conhecimento prévio do autor em

² Quinta da Videira é um experimento in situ da prática da produção animal e vegetal no meio urbano a partir dos resíduos orgânicos disponíveis no seu entorno. Esta iniciativa é promovida pela Associação Casa da Videira, OSCIP sediada em Curitiba, PR que trabalha com temas acerca da resiliência familiar, entendida como a capacidade que uma família ou comunidade possui de sustentar-se em momentos de crise, seja com respeito a manutenção das suas necessidades básicas ou de sua cultura.

³ Illich, Ivan (1981). O conceito será explicado com maior profundidade no capítulo seguinte.

trabalhos anteriores. A revisão de literatura, a análise de dados secundários e a cartografia, foi complementada pelo levantamento de dados empíricos através da realização de entrevistas, questionários, e observações de campo entre os meses de junho a setembro de 2013.

O primeiro passo na pesquisa constituiu em uma busca detalhada na literatura sobre a temática da AU. Esse trabalho foi complementado com a identificação de relatórios institucionais, principalmente sobre ações do poder público, que, em geral, são desenvolvidas junto a populações de baixa renda com o intuito de garantir a segurança alimentar. O fomento à geração de renda também é bastante destacado na literatura, tendo em vista que, nestes casos, o foco é principalmente direcionado a produção periurbana, onde as áreas tendem a serem maiores.

Buscou-se ainda junto aos órgãos da Prefeitura de Curitiba, a saber o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e Casa da Memória, o registro histórico da ocupação do solo. O intuito deste trabalho foi observar como ocorreu a transição da floresta para a agricultura e da agricultura para cidade para assim compreender a constituição dos bairros e o tempo de urbanização.

Para verificar o uso do espaço domiciliar no cultivo de alimentos buscou-se uma região da cidade onde havia condições espaciais para tanto. A ocupação do território em Curitiba é bastante diversificada, encontrando-se regiões onde o adensamento urbano dificulta uma prática de agricultura domiciliar, dando lugar para soluções comunitárias, como as hortas sob as linhas de transmissão na região sul. Utilizando uma ferramenta de georeferenciamento como o fez Silva e Castanho (2011), verificou-se condição propícia na região noroeste da cidade, denominada na divisão administrativa do município de Regional Santa Felicidade, a qual abrange treze bairros. Dentre estes, foram escolhidos para a realização de entrevistas foram Mossunguê, Orleans e São Bráz, os quais abrigam juntos uma população de 41.328 e que já haviam apresentado uma representatividade em termos de práticas de agricultura domiciliar⁴.

Segundo Hladczuk et al. (2000) na região de Santa Felicidade foram instaladas no final do século XIX colônias de imigrantes europeus, com a finalidade

⁴Esta constatação das práticas de agricultura urbana nestes bairros foi realizada durante os trabalhos executados pela Associação Casa da Videira na região.

de suprir a cidade com produtos hortifrutigranjeiros. Com o passar do tempo, estas áreas foram anexadas ao zoneamento urbano, aumentando a densidade demográfica, reduzindo o tamanho dos lotes, modificando a estrutura econômica das famílias que abandonam a agricultura como forma de subsistência e, enfim, substituindo-a pelo comércio e serviços. Ocupações semelhantes ocorreram em outros bairros, como Boqueirão, Boa Vista e Santa Cândida.



FIGURA 1: divisão das regionais do município de Curitiba e destaque da regional Santa Felicidade.
 FONTE: IPPUC, 2013.

A identificação dos domicílios demandou diferentes estratégias de pesquisa, uma vez que muitas destas hortas domésticas não são visíveis em imagens de satélite e tampouco da frente das moradias. Entre junho e setembro de 2013, foi buscado em pontos de maior circulação da população o cadastramento de famílias que cultivavam algum tipo de alimento em seu quintal (apêndices 1 e 2). Foram consultadas cinco das oito escolas de ensino fundamental presentes nestes bairros, identificando entre os alunos 115 famílias praticantes da agricultura urbana. Outra modalidade de identificação foi o comércio de insumo agrícola, como floriculturas e casas agropecuárias. Dentre os oito estabelecimentos encontrados, quatro foram utilizados para a identificação entre os clientes, totalizando vinte e dois cadastros. Outra estratégia foi o rastreamento visual nas ruas, buscando observar residências que possuem alguma característica de cultivo de plantas comestíveis, tendo sido encontradas desessete residências. Obteve-se assim cento e cinquenta e quatro famílias praticantes da agricultura urbana na área de pesquisa. Deste total de famílias cadastradas, foram escolhidas aleatoriamente cinquenta para a realização de entrevista com uso de roteiro semiestruturado, gravadas em áudio para posterior análise (apêndice 3).

Complementarmente, com vistas a elucidar a prática da AU nesta região face as demais áreas da cidade, foram realizadas quinze entrevistas, utilizando o mesmo roteiro do público anterior, com clientes de uma loja de produtos agropecuários no centro de Curitiba, todos moradores de outras regiões. Também foi aplicado um questionário on-line entre os membros de um grupo de agricultores urbanos de Curitiba na rede social Facebook, para o que se obteve 42 respostas (apêndice 4). As perguntas deste questionário são as mesmas aplicadas nas entrevistas, de modo a obter informações comparáveis entre os grupos.

Por sua vez, as ações das políticas públicas de agricultura urbana foram verificadas por meio do programa municipal de agricultura urbana. Em setembro de 2013 foram realizadas visitas de campo e entrevistas com a equipe do programa e com dez beneficiários, utilizando-se o mesmo questionário aplicado na regional Santa Felicidade. As hortas públicas estão localizadas na Regional CIC (Cidade Industrial de Curitiba), nos bairros Tatuquara e Umbará, abrigando uma população de 71.510 habitantes.

Enfim, trata-se de um esforço de triangulação metodológica que visa articular métodos e instrumentos de pesquisa com vistas a apreender a constituição da AU

no município de Curitiba, entendida como uma realidade complexa que merece atenção para se perceber as nuances existentes em cada grupo por trás de uma prática comum.

Os agricultores foram diferenciados em em três tipos construídos previamente a pesquisa de campo a partir da experiência do autor nos trabalhos realizados na Quinta da Videira. A tipologia classifica os atores por seu envolvimento com a AU: assistidos, politizados e vernaculares, configuram tipos correspondentes à forma de ação na qual estão engajados os agricultores urbanos: política pública, ação política e prática vernacular. O que distingue cada tipo são os significados embutidos no símbolo que representam a prática. Deste modo, foi possível compreender as diferenças entre cada grupo de agricultores urbanos por seu valor simbólico.

O primeiro capítulo apresenta o marco teórico que orienta esta pesquisa, juntamente com os principais conceitos que definem os sentidos epistemológicos e semânticos assumidos. No segundo capítulo encontra-se uma visão geral da agricultura urbana no mundo, desde a idade média até os dias de hoje mostrando sua dinâmica ao longo do tempo, especialmente no Brasil, e o desenvolvimento da agricultura urbana no município de Curitiba, abarcando desde o processo inicial de ocupação do solo no século XVIII até as iniciativas públicas e particulares atuais. Os resultados da pesquisa empírica são apresentados no capítulo três, onde retomam-se os três tipos utilizados – assistidos, politizados e vernaculares. A partir da análise dos significados da agricultura urbana dentre esses diferentes grupos discutem-se algumas particularidades e aproximações que permitem compreender as agriculturas urbanas no município de Curitiba.

CAPÍTULO 1: A CASA, O QUINTAL E A PRODUÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS DAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA

Este capítulo articula os principais conceitos que orientam a investigação. O foco recai sobre as transformações ocorridas nas relações de produção e consumo e sua aplicabilidade atual no campo da AU. A primeira seção trata das transformações ocorridas no espaço domiciliar. Em seguida, na segunda seção, o conceito de AU é apresentado e na seção três o de formas simbólicas. Na seção quatro e cinco segurança e soberania alimentar, respectivamente são abordados como elementos importantes na prática da AU. Por fim, a seção seis traz o conceito de vernacular utilizado na tipificação de um dos grupos.

1.1. A transição do espaço domiciliar: de centro de produção para centro de consumo

O espaço domiciliar sofreu nas últimas décadas uma transformação fundamental na sua vocação, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade no que tange ao modo como são supridas as necessidades básicas. Este espaço constitui mais do que a casa como área construída para habitação. Oikos, palavra grega comumente traduzida como casa, representa também o espaço no entorno dela, onde se organizava a vida com seus aspectos de produção e as relações sociais de onde provinha a subsistência. O Oikos comportava a família nuclear, áreas de produção, animais, escravos e todo o mais que fazia parte de um sistema de produção (FLORENZANO, 2000).

Este conceito grego ganhou na língua portuguesa um sinônimo, a palavra “quinta” tem o mesmo sentido de oikos: um espaço de viver e de produzir para subsistência. A origem da palavra está associada à organização do exército romano. Na quinta rua do acampamento estava a Quintana, um pequeno armazém onde os soldados buscavam os suprimentos. Assim como a oikos, ainda trata-se de um lugar relativamente amplo, uma pequena propriedade agrícola. Este conceito foi

transportado para o interior da cidade com o nome de quintal, uma pequena quinta onde está a moradia e em seu entorno a produção de alimentos (CUNHA, 2001).

A arquitetura brasileira no período colonial privilegiou espaços de produção. Na vista da rua, a impressão era de que se tratava de uma cidade muito adensada, a exemplo do que ocorria nos países vizinhos de colonização espanhola: casas sem recuo da rua e das residências vizinhas. No entanto, havia nos fundos da construção uma grande área aberta, separada dos demais lotes por cercas ou muros de barro onde era comum o cultivo de hortas e pomares. Essa arquitetura é visível ainda hoje nos centros históricos de algumas cidades, como Curitiba. Mas atualmente a maioria destes quintais foi ocupado por construções, sobretudo onde tornaram-se áreas com alto valor imobiliário na região central, mas nota-se que estão destacadas em estilo e arranjo da construção primária (SILVA, 2004).

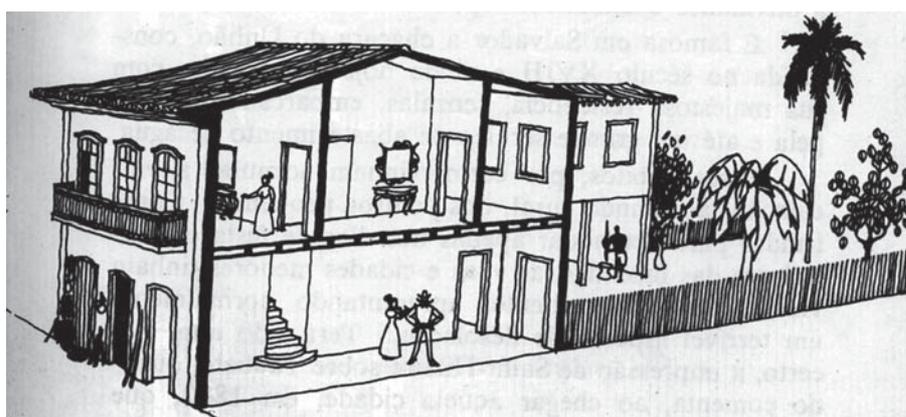


FIGURA 2: padrão construtivo no Brasil, séculos XVIII e XIX.
FONTE: SILVA, 2004.

este espaço produtivo doméstico foi fundamental, uma vez que a produção agrícola brasileira era voltada para exportação, deixando as cidades desassistidas quanto aos gêneros alimentícios, principalmente dos mais perecíveis. Se no campo a produção para autoconsumo gerava suficiência, na cidade esta prática supria com as famílias principalmente com frutas, hortaliças e parte da carne. O restante, como grãos e leite vinham da área periurbana (SANTOS, 2010). Na literatura da época existem relatos de viajantes europeus que se surpreendem pela quantidade de alimentos produzidos na cidade, tanto animais como vegetais, ao ponto de ser difícil encontrar espécies meramente ornamentais (SILVA, 2004). No relato da viagem às províncias de São Paulo e Rio de Janeiro em 1860, o suíço Johann Jakob Tschudi

aponta pomares, hortas e pequenos animais presentes nos quintais das cidades por onde passou (TSCHUDI, 1980).

Os produtos que eram trazidos de fora constituíam basicamente matéria prima a ser refinada no interior do domicílio. Tecidos viravam roupas. As frutas, geleias. Os legumes, conservas. O trigo, pão. Do milho derivavam a pamonha e o fubá. A origem destes produtos era o comércio local, mas havia também uma parte adquirida por meio de trocas recíprocas entre a produção da vizinhança. Assim, a casa se estabelecia como um importante *centro de produção*, sendo o quintal um elemento fundamental para essa realização.

A partir da segunda metade do século XVIII as cidades brasileiras passam a ganhar uma forte influência urbanística europeia, onde a estética se torna mais importante que a funcionalidade da casa, uma vez que muitos dos processos produtivos de um domicílio perdem espaço para o comércio de bens industrializados. Leis de zoneamento são alteradas, reduzindo o tamanho dos lotes e delimitando a natureza da ocupação. A cidade era o símbolo da modernidade e já não cabia mais em seu interior as características rurais da produção de alimentos. As plantas alimentares são gradativamente substituídas por ornamentais, o jardim substitui a horta e ganha espaço à frente da casa, uma vitrine da moradia (SILVA, 2004).

Desde então nota-se de maneira acentuada nas diferentes cidades brasileiras a redução da área domiciliar. Os quintais continuam diminuindo, fato que ocorre porque ele vem perdendo o seu sentido. Se a vocação do quintal na sua origem é ser uma área produtiva, a medida que a cidade intensifica sua opção consumidora este espaço deixa de ter importância, sendo substituído por mais área construída ou pela redução do tamanho do lote. Em Curitiba, nos bairros Mossunguê, Santo Inácio e São Brás, onde foram realizadas as coletas dos dados desta pesquisa, notou-se o desmembramento dos lotes originais de cerca de 800m² em duas ou mais pequenas parcelas, reduzindo consideravelmente a área que outrora era dedicada à produção de alimentos.

O alimento já não vem da própria horta ou da troca entre vizinhos, mas sim do supermercado. O mobiliário funcional para o processamento dos alimentos é substituído por eletrodomésticos que prometem reduzir o tempo que se passa cozinhando. A cozinha deixa de ser o centro da casa, perdendo espaço para a sala. As horas no fogão são substituídas pelas horas na televisão e o tempo gasto na

moradia cuidando daquilo que há de mais básico para a sobrevivência, a comida, é substituído pelas horas de trabalho nas empresas. Uma palavra outrora evitada no interior da casa passa a ser a palavra de ordem: consumo (OLIVER, 2012).

Até o início do século XX, consumo era sinônimo de tuberculose (BARBOSA e CAMPBELL, 2006). Uma pessoa era consumida pela doença que a levava, em casos extremos, à morte. A economia conseguiu mudar o sentido do termo, mas não seu efeito: a cultura do consumo⁵ tem gerado degradações ambientais, culturais, psíquicas e sociais. A cidade foi o ambiente mais apropriado para se fazer esta inversão: a diferença entre ricos e pobres, os mecanismos de controle social e o fácil alcance de um grande número de pessoas contribuíram para construir uma estratégia desenvolvimentista que substituiu a independência das habilidades do saber-fazer e dos vínculos comunitários por necessidades supridas pelo mercado, mediatizadas pelo dinheiro (DOUGLAS E ISHERWOOD, 1979).

A casa passa então de *centro de produção* para *centro de consumo*. Os membros da família passam a maior parte do tempo fora dela, voltando carregados de produtos envoltos em embalagens que sairão na forma de lixo. Os restos alimentares, outrora processados no próprio domicílio e tratados como ativos vitais para a nutrição das hortas domésticas agora passam a ser passivos ambientais, depositados nos aterros sanitários, os moimentos da sociedade de consumo. As plantas comestíveis são substituídas por ornamentais, a horta pelo jardim, quando não pelo concreto (OLIVER, 2012).

Esta transformação ocorreu em tempos e velocidade diferentes em cada contexto do país, mas não conseguiu apagar da cidade os traços de uma vida voltada à produção doméstica. O hábito de cultivar alimentos nos quintais, por exemplo, jamais deixou de existir mesmo nos grandes centros de influência como Rio de Janeiro e São Paulo, onde tal fenômeno ocorreu primeiro. A produção agroalimentar foi mudando junto com a cidade, adaptando-se a ela e criando alternativas diante do novo contexto urbano. Hoje esta prática volta a ganhar espaço, agregado de novas características e funcionalidades. Se outrora não se falava sobre o assunto por ser algo óbvio e cotidiano, hoje ganha ares de estratégia de segurança política e econômica, sob o rótulo de agricultura urbana.

⁵Termo cunhado por Mike Featherstone para definir o estilo de vida contemporâneo, baseado na aquisição de bens que identificam o indivíduo, que está em constante atualização e mantém um mercado produtor (TOALDO, 1997).

1.2. Agricultura urbana

Agricultura é o trabalho de lavrar a terra a fim de obter dela produtos vegetais. Derivada das palavras latinas *ager* (campo, terra) e *cultura* (cultivo), vem sendo aperfeiçoada nos últimos dez mil anos, permitindo ao ser humano se estabelecer em territórios específicos, abandonando o nomadismo e criando categorias de trabalhadores especializados na produção de alimentos para si e para aqueles que não se dedicam a tal atividade. São estes considerados agricultores, camponeses, lavradores, entre outros nomes (MAZOYER E ROUDART, 2010).

Esta fixação territorial permitiu o advento de um outro arranjo organizacional iniciado por volta de 3.500 anos a.C, a cidade. Local dedicado à produção de gêneros artesanais, ao comércio, e as lideranças políticas e religiosas, abrigava apenas 2% da população mundial até a primeira revolução industrial, por volta de 1760, quando surge a manufatura. A *civitas* (cidade) é o ambiente do *civis* (cidadão), homem que dedica-se a atividades não agrícolas (BENEVOLO, 2007).

Campo e cidade tornam-se então espaços dicotômicos. Na filosofia clássica grega vê-se que a cidade é o lugar do conhecimento, da sofisticação, onde a cidadania é exercida pelo homem civilizado. O campo é chamado de rural, do latim *ruris*. Seu significado é o mesmo de *ager*, campo aberto agriculturável. Dessa palavra deriva-se o rústico, distinguindo claramente o rural do urbano. A imagem dada ao agricultor pelos habitantes da cidade é representada pelo palhaço de circo, alguém que não sabe se vestir, com o nariz rubro por não poder se proteger do frio e sem saber portar-se diante dos urbanos (LOPES, 2007). No Brasil, o personagem Jeca Tatu referencia este estereótipo.

Apesar das caricaturas, as relações entre campo e cidade foram sempre mais intensas do que se supunha. Os produtos alimentares e a matéria prima dos artesãos vinham das áreas rurais do entorno das cidades e os camponeses necessitavam de ferramentas, tecidos e outros bens produzidos nos centros urbanos. Este fluxo de produtos e serviços fez percorrer também saberes e modos de viver. A imagem urbana invade o campo com maior intensidade com os meios de comunicação e a escola, criando o desejo de ter os bens da cidade. De outro lado, o

êxodo rural e a expansão da mancha urbana ampliaram algumas práticas campesinas, como as hortas domiciliares. Soma-se a isso o fato de no Brasil já haver uma intensa prática de produção de alimentos no meio urbano, como apresentado no item anterior?.

A prática agrícola no meio urbano denomina-se agricultura urbana. Trata-se da atividade de produção de alimentos de origem animal e vegetal no interior da cidade. O que a distingue da agricultura rural é sua profunda integração ao sistema urbano nas dimensões espaciais, ambientais, sociais e econômicas. Ela ocorre em cidades de diferentes portes e com diferentes finalidades (autoconsumo, comercialização, terapêutico, educativo, entre outros). Segundo Mougeot (2000), ela:

é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, p.7).

Uma vez reconhecida que há uma agricultura urbana, compreende-se a existência de um agricultor urbano, aquele que participa da produção vegetal e animal no interior da cidade e que, para tanto, atribui justificativas e vivencia significados. Suas ações constroem e são construídas por perspectivas diferentes sob o mesmo objeto – a prática da agricultura urbana, tendo em cada uma delas um simbolismo diferente. Estas manifestações ocorrem sob o escopo da segurança alimentar, soberania alimentar e prática vernacular, constituindo formas simbólicas acerca do mesmo objeto.

1.3. As formas simbólicas

A palavra Símbolo, do grego *symbolom*, de *syn* – junto e *ballein* – jogar, significa estar junto praticando. Primitivamente, um símbolo era um objeto partido em duas partes ficando cada uma delas com uma pessoa. Assim, símbolo é aquilo que une as partes. O contrário é *diabolo*, aquilo que divide, de onde se origina a

palavra diabo (CUNHA, 2001). Atribui-se ao símbolo então uma série de significados, emoções e histórias que conectam as pessoas umas às outras e também ao seu espaço de viver.

O conceito de símbolo aqui adotado parte da teoria do filósofo Alemão Ernst Cassirer. Pertencente à escola neokantiana de Marburg, Cassirer dedicou-se a explorar a validade da razão científica como única forma legítima de conhecimento, desenvolvendo o que denomina de “ampliação da revolução copernicana”. Se para Kant a razão tem um caráter universal, Cassirer defende que ela muda de acordo com o conjunto referencial de cada sujeito e mais, que outras formas de perceber o mundo, como o mito, a linguagem e a religião, têm o mesmo grau de validade da razão científica, pois ambas são representações da realidade cada qual com seu conjunto próprio de referências que não se anulam, ao contrário, se complementam (FERNANDES, 2006).

Em sua *Crítica da Razão Pura*, Kant propõe uma nova maneira de observar a realidade. A origem do conhecimento até o século XVIII era interpretada por duas correntes. De um lado os racionalistas defendiam que a razão era dotada de ideias inatas que independiam da experiência. De outro para os empiristas o conhecimento depende da soma e associação das experiências exteriores. Nestas duas perspectivas o centro é o objeto do conhecimento. Para Kant, os objetos devem ser observados a partir da razão. Ou seja, não é o sujeito que se amolda ao objeto mas o objeto ao sujeito. A realidade é sempre uma percepção criada do conhecimento *a priori* em contato com a experiência sensível.

Assim como Copérnico retirou a Terra e colocou o Sol no centro do sistema planetário para conseguir explicar o movimento dos astros, Kant retira o objeto e coloca a razão, esta uma estrutura concebida *a priori*, no centro da produção do conhecimento como explica Fernandes (2006):

Kant irá concluir nos seus estudos que não são os sujeitos que se conformam aos objetos, mas sim, que são os objetos que se conformam às faculdades do sujeito. Para ele, a razão é uma estrutura *a priori*, isto é, anterior à experiência e independente dela. Já os seus conteúdos são empíricos, isto é, dependem da experiência. Sendo que experiência para Kant deve ser entendida como percepções sensíveis ordenadas pelo intelecto de forma universal e necessária. Dessa forma, é possível justificar o conhecimento *a priori*, já que o sujeito não é meramente passivo no processo de conhecimento, ele também participa da constituição do objeto (p.16)

A ampliação das ideias de Kant proposta por Cassirer está baseada em uma diferença epistemológica fundamental. Em Kant, o conhecimento é objetivo – apreende a realidade *a priori* com uma ordem específica para todos, e portanto universal – e se para todos a ordem de objetivação é a mesma, pode-se fazer da ciência um saber comum. Cassirer assume que a interpretação kantiana está encerrada em uma visão newtoniana que observa o mundo idealista e mecanicamente, incapaz de compreender totalmente a realidade. Desse modo, propõe uma leitura mais pluralista, onde a ciência é uma construção simbólica da realidade, do mesmo modo que existem outras com igual validade. Enquanto Kant buscava a validade universal, Cassirer propõe a pluralidade universal.

Para Cassirer, a criação de um símbolo capaz de conectar uma ideia a algo físico é o grande diferencial da espécie humana dos demais animais. É por meio do símbolo que se constitui a cultura e logo o próprio ser humano. Cassirer (2001) propõe que “em vez de definir o homem como animal *rationale*, deveríamos defini-lo como animal *symbolicum*. Ao fazê-lo, poderemos designar sua diferença específica, e entender o novo caminho aberto para o homem – o caminho para a civilização” (p. 50). Este caminho não passa somente por uma produção de conhecimento científico, mas abarca uma série de outros conhecimentos ligados ao mito, religião, linguagem, arte e história que para ele tem o mesmo valor, pois constituem igualmente o referencial simbólico da cultura humana. Segundo Cassirer (1989, p. 163),

por "forma simbólica" há de entender-se aqui toda a energia do espírito em cuja virtude um conteúdo espiritual de significado é vinculado a um signo sensível concreto e lhe é atribuído interiormente. Neste sentido, a linguagem, o mundo mítico-religioso e a arte se nos apresentam como outras tantas formas simbólicas particulares. Porque se manifesta em todas elas o fenômeno fundamental de que nossa consciência não se contenta com receber a impressão do exterior, senão que enlaça e penetra toda impressão com uma atividade livre de expressão. Com efeito, enfrenta-se aquilo que chamamos a realidade objetiva das coisas, e se mantém contra ela em plena independência e com força original, um mundo de signos e imagens de criação própria.

A representação da realidade toma então uma forma própria a partir do olhar do sujeito, produzindo signos e símbolos comunicáveis que em um determinado grupo gerará uma interpretação coletiva, uma forma simbólica. Signo e símbolo são palavras utilizadas neste conceito que merecem maior atenção. Cassirer (2001) define signo como uma entidade que faz parte do mundo físico, pois representa uma

ação ou objeto concreto. A palavra *copo* é um signo de um objeto existente na realidade sensível. Já o símbolo é um dado sensível atribuído de significado construído a partir da percepção do sujeito. O signo é *operador* enquanto o símbolo é *designador*. As formas simbólicas são construídas destas duas esferas complementares.

Os indígenas, por exemplo, significam os elementos que estão no seu entorno como o rio, as plantas e os animais com nomes e imagens. São signos estabelecidos que permitem a identificação comum. Com estes signos, um ou mais símbolos são gerados, atribuindo aos elementos e ao conjunto um significado, uma interpretação que constitui uma *forma simbólica da criação*, uma vez que para os indígenas a interpretação é mítico-religiosa, pressupondo um criador, um deus. A razão científica também toma como ponto de partida do mesmo objeto a significação, construindo símbolos e criando igualmente uma forma simbólica, denominada de *natureza*. Para Cassirer, não existe superioridade entre uma interpretação e outra, ambas são válidas como conhecimento acerca do objeto.

O conceito de forma simbólica cunhado por Cassirer ganhou adeptos em vários campos das ciências. A linguística, antropologia, história e sociologia, utilizaram largamente os conceitos símbolo e forma simbólica. Na geografia, estes conceitos tem contribuído para analisar as relações entre espaço e sociedade, com todas as suas perspectivas: físicas, culturais, políticas e históricas. Ela cabe não somente para explicar o processo de produção de conhecimento a partir de uma dada espacialidade, mas também para explicar o valor simbólico presente em um determinado espaço físico capaz de produzir significados socioculturais, sendo assim formas simbólicas espaciais.

O espaço é o cenário e a fonte de informação por onde operam a formação dos símbolos e signos. Por sua vez a constituição de uma interpretação da realidade a partir do mito, da linguagem e das artes, produzindo espacialidades distintas, forma um sistema simbólico que funcionaliza a experiência humana (GIL FILHO, 2010).

Segundo Corrêa (2007), as formas simbólicas possuem várias interfaces com o espaço. Elas se tornam espaciais em razão da localização e itinerário⁶ que cada

⁶ Por localização entende-se o espaço físico ocupado e por itinerário o caminho que conduz o observador a partir do conteúdo carregado no símbolo. Um edifício histórico, por exemplo, está

uma apresenta e o valor simbólico carregado por ela. A capacidade dessa forma simbólica cumprir seu papel depende de uma política locacional que a exponha ou esconda que ocorre em três dimensões. Primeiro há uma localização absoluta, um sítio onde ocorreu um dado evento ou onde há alguma construção que carrega um determinado significado. Em segundo lugar, há também uma localização relativa, associada a visibilidade e acessibilidade dada ao local. Finalmente, em terceiro lugar, há uma localização relacional, que em relação a outras formas simbólicas e as políticas locacionais a elas aplicadas podem colocá-la em evidência ou em obscuridade.

As formas simbólicas também estão carregadas de significados políticos, sendo utilizadas para realizar funções sociais como mostra Bourdieu em *a reprodução*⁷. Segundo Corrêa (2007, p. 10), as funções políticas atribuídas as formas simbólicas espaciais são:

- i. Glorificar o passado, acentuando alguns aspectos julgados relevantes para o presente e o futuro;
- ii. Reconstruir o passado, conferindo-lhe novos significados. Neste caso, como no anterior, tradições podem ser inventadas, como argumentam Hobsbawm e Ranger (2002);
- iii. Transmitir valores de um grupo como se fossem de todos. Nesse caso estão envolvidas fortes relações de poder;
- iv. Afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. A identidade nacional tem sido objeto de inúmeras formas simbólicas;
- v. Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de características julgadas positivas;
- vi. Criar "lugares de memória", cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum (NORA, 1989).

Desse modo, uma forma simbólica pode ser utilizada para mudar uma realidade social por meio da influência gerada nos grupos sociais por ela conectados, tornando-se assim um instrumento de poder. Por outro lado, os elementos que fazem parte da interpretação realizada por estes grupos podem gerar diferentes maneiras de entender a mensagem, produzindo novos significados para uma mesma forma simbólica, como visto em Cassirer (2001).

Uma outra correlação faz Corrêa com as formas simbólicas espaciais. Trata-se da formação e manutenção da identidade coletiva, com um geo-símbolo que une um determinado grupo em torno de uma causa, uma crença ou uma cultura.

construído num determinado espaço e possui uma representação que leva o observador por uma viagem no tempo sobre os acontecimentos e importância daquele lugar.

⁷Bourdieu se vale da teoria das formas simbólicas de Cassirer para construir seu modelo de representação social. Esta teoria está bem representada na obra citada.

Símbolos religiosos como a cruz disposta na frente das igrejas servem como reforçadoras de uma cultura cristã, um objeto que carrega significados que trazem à memória do observador seu compromisso com a fé. Nomes atribuídos a lugares também constituem estratégias políticas de formação identitária, como o de praças, ruas e edifícios, cidades e elementos naturais. O Estado de Israel alterou o nome de lugares, rios e montanhas que apresentavam uma toponímia árabe ou cristã por nomes hebraicos, buscando fortalecer a identidade territorial da nação.

As formas simbólicas espaciais não são estáticas, mudam de acordo com a referência do sujeito, com o tempo e com a ação política exercida sobre ela. São representações de uma determinada maneira de ver o mundo que está a todo momento em transformação. Mesmo que haja um fixo espacial, existe um fluxo temporal que agrega a ela novos sentidos e significados.

O conceito de formas simbólicas ajuda a compreender a multiforme representação das práticas sociais e sua conexão com a realidade sensível, abrindo diálogos mais abrangentes com diferentes cosmovisões sem necessariamente aplicar juízo de valor entre elas, assumindo que os diferentes caminhos epistemológicos produzem conhecimentos igualmente válidos, mas de outro lado, pode ser instrumento de poder para fortalecer uma determinada identidade social. Estes dois processos ocorrem simultaneamente, pois mesmo quando há uma ação política, sua efetivação depende também da interpretação e incorporação do receptor, podendo gerar um resultado diferente do objetivo.

O universo da agricultura urbana apresenta este tipo de relação. O cultivo de alimentos na cidade cria uma fixo geográfico – a horta, praticado individual ou coletivamente que agrega uma série de significados para quem pratica, como veremos no decorrer deste trabalho. Assume-se então a agricultura urbana como forma simbólica espacial, uma prática fixada no espaço com um fluxo de símbolos e significados que mudam de ator para ator ou entre grupos de atores, ao longo do tempo por influência cultural e/ou política, assumindo sentidos distintos mesmo que sua representação física seja muito similar.

Os fluxos de informação que compõem o referencial dos atores apresentados neste trabalho intercambiam-se em maior ou menor grau, não podendo afirmar que existem “tipos puros” de agricultores urbanos⁸. Porém, pode-se destacar que há

⁸ Como afirma Max Weber: “*Só muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra dessas maneiras. E naturalmente, esses modos de orientação de*

influências conceituais importantes que diferenciam um grupo do outro. Estes conceitos serão utilizados nos capítulos seguintes para descrever e analisar os praticantes da agricultura urbana. Portanto, vale alguns parágrafos para expô-los com maior precisão. Como já dito, os atores serão abordados a partir de três referências da relação com a prática da produção de alimentos: segurança alimentar, soberania alimentar e prática vernacular.

1.4. A agricultura urbana como instrumento de fomento à segurança alimentar

Desde o fim da segunda grande guerra os países europeus têm se organizado de modo a evitar crises alimentares, mantendo medidas de proteção e acordos de abastecimento frente a possíveis problemas de produção. Junto a isso, o incentivo à tecnificação da produção causou uma grande transformação no campo. A chamada revolução verde, por um lado, garantiu o aumento dos índices de produtividade, mas, por outro, retirou famílias do campo, pois, entre outros fenômenos, as novas tecnologias demandavam menos mão de obra. Assim, concentração das populações nos centros urbanos intensificou um processo em que o alimento antes fruto do trabalho direto na terra, está agora mediatizado pelo dinheiro ganho na cidade.

A década de 1970 apresenta aos países que compunham a FAO um novo desafio. Fatores climáticos geraram uma sequência de perdas de produção, especialmente na África, levando a FAO a realizar em 1974 a primeira Conferência Mundial sobre Alimentação, onde se propôs como medida de resolução:

intensificar a produção de alimento; ampliar o uso de insumos modernos; magnificar a investigação agrônômica; melhorar as atividades de extensão e qualificação de agrônomos; política e programas para melhorar a nutrição; carta mundial da terra e avaliação da produtividade das terras; ordenamento científico das águas, da irrigação, armazenagem e da luta contra inundações; para estender o papel da mulher; equilíbrio entre a população e as ofertas de alimentos; promoção da indústria de sementes; redução dos

modo algum representam uma classificação completa de todos os tipos de orientação possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados para fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais – ainda mais freqüente – ela se compõe. Somente os resultados podem provar sua utilidade para nossos fins” (1994, p.16).

custos militares para aumentar a produção de alimento; ajuda alimentícia as vítimas das guerras coloniais na África; criação de um sistema mundial de informação e alerta para alimentação e agricultura; melhoria das condições de acesso al comércio internacional de alimentos (FILHO; SCHOLZ, 2008. p. 9).

Estão evidentes nessa resolução algumas das bases da agricultura moderna, que, justificada pelo combate à fome, não foi capaz de eliminá-la. Mesmo Em 1970, dentre uma população mundial de 3,7 bilhões de habitantes, 1,3 bilhão estavam na faixa de subnutrição (37%). Em 1990 a população mundial subiu para 5,3 bilhões e os subnutridos passaram para 1,6 bilhão, representando 20% da população. Em 2010 a população chegou aos 6,1 bilhões e o contingente de subnutridos caiu para 1 bilhão, 16% da população (FAO, 2011).

Nota-se que nos últimos vinte anos a eficiência no combate à fome diminuiu consideravelmente, apesar da produção de alimentos subir de 1,2 bilhões de toneladas/ano em 1970 para 2,2 bilhões de toneladas/ano em 2005, o número de pessoas famintas ainda é muito alto. Nota-se que o problema não é tanto um fator produtivo, pois a produção mundial *per capita* de cereais foi em média de 344kg e de proteína animal 112kg por ano entre 2003 e 2005, o suficiente para suprir uma dieta diária de 2.800 calorias como propõe a FAO. (SCOLARI, 2006).

Porém, um terço deste alimento produzido não chegou à mesa das pessoas. São desperdiçados ao longo da cadeia produtiva em todos os seus estágios: 54% ocorre na produção colheita e estocagem, enquanto 46% da perda está no processamento, distribuição e consumo. Os impactos se dão também no ambiente: o desperdício de alimento é o terceiro maior gerador de gases de efeito estufa, lançando na atmosfera 3,3 bilhões de toneladas por ano. O volume de água destes alimentos não consumidos é equivalente ao fluxo anual do rio Volga, na Rússia. Economicamente, são jogados fora 750 bilhões de dólares por ano, enquanto o investimento anual em programas de segurança alimentar entre 2005 e 2010 foram de cerca de 187 bilhões de dólares. Segundo a FAO, um incremento de 85 bilhões de dólares anuais já seria suficiente para expandir os programas de erradicação da fome no mundo. Ou seja, os investimentos necessários não chegam a metade do valor desperdiçado na cadeia produtiva (FAO, 2012, 2009; USAID, 2012; BANCO MUNDIAL, 2012).

De fato o incremento tecnológico na agricultura aumentou a oferta mundial de alimentos, mas o sistema de produção e distribuição não conseguiu manter o

fornecimento suficiente para os países mais pobres, onde a produção é menor. O valor de mercado dos alimentos ainda continua sendo um critério importante, mesmo que haja pessoas morrendo por falta de alimentos. O estoque alimentar mundial não tem como critério principal a quantidade, ele se baseia em relações econômicas e em uma alimentação homogênea, suprimindo a cultura alimentar local gerando dependência dos países mais pobres em relação aos mais ricos. Segundo Alencar (2011):

São sete indicadores globais, utilizados desde meados da década de 70: relações entre estoques e demanda globais, entre estoques finais e vendas, modificações na produção de três grupos de países e movimentos de preço internacionais, todos esses indicadores referindo-se a cereais. Utiliza-se também um índice domiciliar agregado por país e um monitoramento de tendências e fatores de vulnerabilidade em nível nacional, bem como uma série de outros dados e medições auxiliares cada vez mais sofisticados (p.141).

Outro fator é que a assistência alimentar internacional tem investido recursos no assistencialismo e não na resolução de problemas, fazendo com que as situações geradoras da fome fiquem sem resolução. Alencar (2001) ressalta que em 1989 os recursos do Programa Mundial de Alimentos⁹ estavam distribuídos entre 66% para o fomento a produção de alimentos e 34% para o socorro emergencial dos países mais vulneráveis. Hoje, esta se inverteu, sendo 25% para a produção e 75% para as emergências.

As estratégias de combate à fome utilizadas até então tem gerado resultados insatisfatórios. Os recursos não tem sido empregados em estratégias de desenvolvimento nos países pobres que propiciem o fim do ciclo vicioso de dependência da ajuda humanitária. Quanto ao acordo de cooperação global, o compromisso dos países mais ricos que compõem a cúpula da FAO tem reduzido gradativamente, o que é justificado por uma política de distribuição de alimentos por meio do mercado internacional. Em 1991, foram entregues 12 milhões de toneladas de alimentos. Em 2010 este número caiu para 5,5 milhões segundo relatório do Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentável (CLAY, 2012).

⁹ O Programa Mundial de Alimentos é uma iniciativa da FAO que recebe e distribui alimentos para os países em situação de insegurança alimentar.

Soma-se a isso uma grande perda da diversidade alimentar regional. O fluxo de alimentos, seja pelo comércio, seja pela ajuda humanitária, tem levado as comunidades a se adaptarem a uma alimentação desconectada da sua cultura. Os programas de desenvolvimento da agricultura nos países pobres, muitas vezes fomentados por agências internacionais e governamentais, introduzem culturas alimentícias estrangeiras que necessitam de um amplo amparo tecnológico de sementes e insumos, substituindo alimentos nativos e inviabilizando a autonomia local. Segundo a FAO (2004):

No decorrer de milênios, os seres humanos basearam sua alimentação em mais de dez mil diferentes espécies vegetais. Entretanto existem, atualmente, menos de cento e cinquenta espécies sendo cultivadas. Destas, apenas doze espécies atendem oitenta por cento de todas as nossas necessidades alimentares; e mais, apenas quatro delas – arroz, milho, trigo e batata – suprem mais da metade das nossas necessidades energéticas. O que aconteceu com as outras 9850 espécies? A resposta é aterradora; aquelas que ainda não se perderam estão vulneráveis (p. 2)

No Brasil, desde a década de 1940 a fome e a desigualdade social têm sido denunciadas, ganhando visibilidade principalmente a partir da obra Geografia da Fome de Josué de Castro. No entanto, o tema somente ganhou força de mobilização política e popular na década de 1990, encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho. Desde então, várias iniciativas governamentais de combate a fome surgiram, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar em 1993; a Política Nacional de Alimentação e Nutrição em 1999; o programa Fome Zero em 2003; o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006 e; em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria. Estas iniciativas são na verdade continuidades agregadas de novas frentes de trabalho, rebatizadas ao longo do tempo e que fazem eco às políticas internacionais de segurança alimentar.

Assim como as proposições internacionais de direito à alimentação, as frentes encampadas no Brasil ao longo destes vinte anos visaram uma estratégia de combate à fome integradas, em tese, com as condições culturais e ambientais das comunidades. A lei de segurança alimentar e nutricional nº 11.346, promulgada em setembro de 2006 define no artigo terceiro que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que

respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (p. 4).

De fato, as ações realizadas desde 1990 conseguiram reduzir a miséria no país, baixando o número de subnutridos de 23 milhões para 13 milhões entre 1990 e 2012 (FAO, 2012). A qualidade alimentar é que pode ser questionável. Ao mesmo tempo que a desnutrição cai, o número de sobrenutridos aumenta. O sobrepeso no Brasil já atingiu, segundo o IBGE (2010), 51% da população acima dos 18 anos, representada por uma alimentação rica em produtos industrializados e baixo consumo de alimentos frescos como frutas e verduras. O mais alarmante é que nos estratos de menor renda – mais atingidos pelos programas de segurança alimentar, os problemas de qualidade alimentar são ainda mais manifestos.

Embora o Plano Nacional de Segurança alimentar preveja o incentivo à agricultura agroecológica e o fortalecimento da cultura alimentar local/regional, na prática observa-se um processo acelerado de degradação dessa cultura, fruto de uma lógica econômica prevalecente na distribuição e aquisição de alimentos. Não deve-se desmerecer o esforço realizado no combate à fome no país, pois certamente os programas em curso retiram milhões de pessoas de uma situação de risco. No entanto, é imprescindível atentar para a qualidade nutricional e cultural gerada, senão o ponto fundamental da questão – a sobrevivência adequada da população – não será respondida.

Vale aqui ressaltar a importância de dois programas governamentais que fazem parte das estratégias de segurança alimentar, aliada ao desenvolvimento agrário. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE são iniciativas que fortalecem a agricultura familiar, por meio da compra programada da produção, e ao mesmo tempo garantem uma melhoria na alimentação da população atendida na rede socioassistencial, como escolas, creches, bancos de alimentos, restaurantes populares e para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Para os atendidos por estes programas, tanto produtores quanto consumidores, houve um acréscimo na qualidade de vida. Para os primeiros, por meio de um aumento na renda e garantia da comercialização da produção. Para os segundos, por terem acesso a uma alimentação mais balanceada. Somente o PAA participa da alimentação de cerca de 20 milhões de pessoas (BRASIL, 2014).

Ademais, algumas ações integradas ao Plano de Segurança Alimentar e Nutricional preveem o estímulo a produção e consumo de alimentos saudáveis, tanto no campo quanto na cidade, como alternativa para minimizar a vulnerabilidade social. A agricultura urbana tem sido utilizada como estratégia de promoção da segurança alimentar no país, por meio de programas públicos e de ONGs que levam a populações de baixa renda a possibilidade de produzir parte de seu alimento no entorno do domicílio. Estes programas são orientados por este conceito de segurança alimentar apontado na lei 11.346, o qual ajudará a compreender a manifestação dessa prática agrícola nos capítulos seguintes¹⁰.

Para muitas famílias, manter esta pequena produção pode significar a diferença entre dependência e suficiência, colocando-as no limiar entre a segurança e a soberania, criando uma situação de menor dependência das relações monetárias que mediatizam a alimentação.

1.5. Para além da economia de mercado: a soberania alimentar

Diante dos problemas gerados pela lógica agrícola e econômica dominante, os movimentos sociais do campo se levantaram propondo um novo modo de organizar a cadeia produtiva, baseado nos saberes e hábitos culturais locais de cada comunidade. Representados pela Via Campesina, estes movimentos propuseram na Conferência Mundial sobre Alimentação em 1996 o conceito de Soberania Alimentar, definido como:

O direito dos povos, de seus países e uniões de estados a definir sua alimentação e sua agricultura, a proteger e regular a produção e o mercado nacional dos produtos agrícolas com o objetivo de conseguir os objetivos de desenvolvimento sustentável, a determinar o grau de autossuficiência e a limitar o “dumping” de produtos alimentícios a seus mercados nacionais (FILHO; SCHOLZ, 2008, p. 5)

O propósito dos movimentos campestinos é garantir a autonomia produtiva das comunidades, aliado ao contexto da cultura alimentar e a segurança frente aos

¹⁰ A soberania alimentar na agricultura urbana será melhor explorada no exemplo do programa municipal de AU de Curitiba, no capítulo 2.

monopólios agroindustriais. Aqui há uma inversão em relação ao conceito anterior. Historicamente, enquanto o primeiro foi geralmente mediado por uma distribuição internacional que supre o local, no segundo o abastecimento interno passa a ser o objetivo principal, ficando a exportação e a balança comercial internacional em segundo plano. Segundo Rosset (2003, p. 1):

A soberania alimentar diz que alimentar as pessoas de um país é uma questão de segurança nacional, de soberania. Se o povo de um país depender para sua próxima refeição dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência não usar a comida como uma arma, ou da imprevisibilidade e alto custo do transporte de longa distância, significa que o país não é seguro no sentido de garantir a segurança nacional ou a segurança alimentar.

A soberania alimentar vai além do conceito de segurança alimentar, que tem sido despojado de significado real. Segurança alimentar significa que cada criança, mulher e homem deve ter a certeza de ter o suficiente para comer cada dia, mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como ele é produzido. Assim, Washington é capaz de argumentar que a importação de alimentos baratos a partir de os EUA é a melhor maneira para os países pobres alcançarem a segurança alimentar do que produzi-los eles mesmos. Mas as importações maciças de alimentos baratos e subsidiados minam os agricultores locais, retirando-os de suas terras. Eles engrossam assim as fileiras da fome, e sua segurança alimentar é colocado nas mãos da economia do dinheiro, migrando para favelas urbanas onde não conseguem encontrar empregos com um salário suficiente. Para alcançar a segurança alimentar genuína, pessoas em áreas rurais devem ter acesso à terra produtiva e receber preços para suas colheitas que lhes permitam ter uma vida decente.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que há dez anos vem organizando leis, diretrizes e políticas de combate à fome no Brasil tenta aproximar os conceitos de segurança e soberania alimentar, aliando as estratégias de abastecimento do estoque com a produção local, baseada principalmente na agricultura familiar. Programas como o PAA e PNAE são parte destas estratégias, como visto anteriormente, que fortalecem os pequenos produtores e oferecem uma maior diversidade alimentar para a população atendida na rede socioassistencial.

Rosset (2003) utiliza o conceito de soberania alimentar associado ao papel dos pequenos agricultores na defesa de um suprimento alimentar que não dependa diretamente do mercado externo, mas podemos transporta-lo também para os viventes da cidade. Afinal, uma parte substancial da produção agrícola alimenta os centros urbanos, onde encontram consumidores, ainda que em número reduzido, preocupados com a origem desse alimento e que estão dispostos a apoiar a agricultura familiar. O campo e a cidade se conectam em torno de uma nova maneira de se produzir e consumir.

A sociologia tem definido estes grupos como “consumidores politizados”. São cidadãos descontentes com a lógica dominante, que veem na prática do consumo uma possibilidade de ação política, criticando, denunciando e apresentando formas alternativas de suprir suas necessidades. Estes consumidores podem ser destacados em três esferas. A primeira agrega aqueles que defendem o direito do consumidor, buscando melhor preço e qualidade. Na segunda estão os movimentos anticonsumo, onde a lógica de mercado é entendida como um caminho desastroso de degradação socioambiental. A terceira compreende os movimentos pró-consumo responsável, que buscam construir uma cultura de ação política por meio do ato de consumir (PORTILHO, 2009; BARBOSA e CAMPBELL, 2006).

No que diz respeito a alimentação, estes consumidores priorizam produtos mais saudáveis e produzidos de maneira ecológica. Buscam os produtores orgânicos nas feiras ou por meio de grupos de compra direta, criando uma cadeia curta e laços entre produtor e consumidor (PORTILHO, 2009). A soberania alimentar entre estes atores é manifesta no poder de decisão e na criação de outros meios de aquisição do seu alimento, fortalecendo a economia local.

É comum encontrar entre estes consumidores pessoas praticantes da agricultura urbana. Na maioria dos casos, sua produção na maioria dos casos é ínfima, mas toma a forma de um ato simbólico. A partir da pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre, Comassetto et al.. (2011) apresentam o anticonsumo simbólico presente entre os agricultores urbanos, os quais se satisfazem em deixar de comprar algum item alimentar por terem produzido e passam a estimular outros que também o façam.

Nestes termos, a soberania alimentar na agricultura urbana é compreendida no contexto desta dissertação de duas maneiras. Primeiro enquanto ato simbólico de se cultivar alimentos no meio urbano como crítica à lógica dominante de mercado, sendo assim uma ação política. Segundo como meio de autonomamente abastecer-se de alguns produtos hortícolas sem a dependência do mercado, independente de concordar ou não com sua lógica. Manifesta-se então entre dois grupos de atores distintos, que serão apresentados nos capítulos seguintes.

1.6. Práticas vernaculares: um outro modo de interagir com a sociedade

Em todo o mundo, comunidades humanas desenvolveram meios próprios de viver. A língua, a culinária, a arquitetura, a vestimenta e a religião são características que ajudam a distinguir uma cultura de outra, gerando uma grande diversidade de expressões. Estas ações cotidianas que identificam um povo são chamadas de práticas vernaculares. Vernáculo é algo produzido localmente, é “*próprio da região onde está*” (Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa). Este termo fora utilizado na Europa desde 500aC até 600dC para designar valores e produtos domésticos, produzidos com recursos e saberes locais que não passaram por processos de compra e venda no mercado.

Illich (1981) resgata este conceito na sua crítica a era industrial, propondo que os trabalhos vernaculares se opõem aos trabalhos da era industrial, tanto formais quanto informais. A característica de distinção mais forte está na intencionalidade no uso das ferramentas: trabalhos vernaculares buscam a subsistência alcançada pela convivencialidade, enquanto que nos trabalhos industriais a subsistência é atingida pelo valores do mercado, tanto na esfera formal ou informal. Trata-se então de uma oposição entre o *homo habilis*, formado no seio da comunidade e orientado para o suprimento das suas necessidades básicas, e o *homo industrialis* – formado pelos instrumentos da sociedade (escola, mercado, mídia) e orientado para a manutenção dela por meio da economia.

A escolha do uso deste termo para designar uma prática de agricultura urbana tem a mesma razão exposta por Illich na sua aventura de descrever a sociedade e apontar para um outro caminho possível:

Precisamos de uma palavra simples, direto para designar as atividades de pessoas, quando eles não são motivados por pensamentos de câmbio, uma palavra que denota ações autônomas, não relacionadas com o mercado através do qual as pessoas satisfaçam as necessidades diárias [...]. Vernáculo parece uma boa antiga palavra para esta finalidade, e deve ser aceitável para muitos contemporâneos. Há palavras técnicas que designam a satisfação das necessidades que os economistas não tem condições de medir - a produção social em oposição à produção econômica, a geração de valores de uso, em oposição à produção de commodities, a economia do agregado familiar em oposição à economia de mercado. Mas esses termos são especializados, contaminados com algum preconceito ideológico, e cada um, de uma forma diferente, deixa a desejar [...]. O termo deve ser amplo o suficiente para caber a preparação de alimentos e a formação da linguagem, parto e recreação, sem implicar tanto uma atividade privatizada

parecido com o trabalho doméstico das mulheres modernas, um passatempo ou um procedimento irracional e primitivo. Tal adjetivo não está na mão. Mas vernáculo pode servir. Ao falar sobre a linguagem vernácula e da possibilidade de sua recuperação, estou tentando trazer à consciência e discussão a existência de um modo vernáculo de ser, fazer, e fazer isso em uma sociedade futura desejável pode novamente se expandir em todos os aspectos da vida (ILLICH, 1981, p. 24).

Ao apontar para uma nova ordem social baseada em práticas vernaculares, Illich transporta o conceito da fixidez do passado para uma apropriação intencional, que demanda uma transição entre uma vida baseada na economia de mercado ¹¹ – que está estabelecida hoje pela era industrial – para uma relação social baseada na convivencialidade, onde o suprimento das necessidades básicas são prioritariamente supridas por um saber-fazer e por relações comunitárias de solidariedade, de modo que a dependência de um sistema econômico seja relativizado.

Há uma transição acontecendo bastante visível no contexto brasileiro quando se observa a transformação do modo de vida nas últimas gerações. Ainda estão vivas pessoas que habitaram um mundo onde o maior valor estava no conhecimento de saber suprir suas necessidades através de habilidades como costurar, cultivar a terra e construir uma casa. Comum nos relatos destes tempos é a frase “*dinheiro quase nunca víamos, mas não faltava nada*”, e aí está o contexto de saberes vernaculares exposto por Illich. Poucas décadas depois, temos a situação oposta: os netos e bisnetos destas pessoas habilidosas já não detém estes saberes, foram substituídos por outros que possuem valor econômico, trocáveis no mercado de trabalho. O ambiente também mudou: no primeiro exemplo, a maior parte da população vivia no campo; hoje este quadro se inverteu e o espaço urbano apresenta maiores dificuldades de manter um modo de vida baseado em habilidades práticas de subsistência.

Nas atuais relações de produção rurais de hoje pode-se perceber que estes saberes construídos empiricamente na relação com o ambiente estão presentes no cotidiano dos trabalhadores. O modo de produção tradicional difere-se entre um grupo e outro, decorrência de padrões culturais e do próprio contexto geográfico

¹¹ Por economia de mercado entende-se o modo dominante como as necessidades humanas são supridas, por meio de relações monearizadas oferecidas por uma estrutura industrial. Elas reduzem o espaço convivencial, substituindo a solidariedade recíproca por relações de compra e venda e consequentemente a relação entre pessoas físicas por relações de pessoas físicas com pessoas jurídicas. Ver Illich, 1979.

onde se desenvolvem as práticas agrícolas. Por mais que a ação principal seja a mesma – lavrar o solo para produzir alimento –, o modo de se fazer isso difere profundamente. Os camponeses asiáticos e os incas cultivavam alimentos em terraços esculpidos nas montanhas e colinas, porém para cada grupo existem condições distintas que fazem com que esta técnica seja peculiar para cada um deles, inclusive quanto aos cultivos produzidos.

Apesar da agricultura contemporânea apresentar certa homogeneização quanto às espécies produzidas e os tratos culturais, muitos agricultores detêm conhecimentos de análise do solo, do clima e da seleção de espécies que são transmitidos para as gerações seguintes. Floriani (2007) utiliza o termo vernacular para definir esta prática agrícola empírica entre os agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul – PR, significando o desenvolvimento de métodos próprios de cultivo repassados para outras gerações, tornando-se um saber local.

Este saber agrícola está em constante processo de acordo e desacordo com o conhecimento agrônomo científico, agregando elementos de interpretação da realidade muito próprios. Este é um bom exemplo do que Cassirer (2001) chama de formas simbólicas de conhecimento: agricultor e agrônomo estão diante de um mesmo objeto de análise, mas as ferramentas e concepções utilizadas produzirão interpretações diferentes, porém igualmente válidas.

O conceito de vernáculo tem sido utilizado também nos estudos de arquitetura e design para apreender o saber-fazer de comunidades que apresentam traços distintos de uma produção de conhecimento ligado ao local onde se inserem. Uma das áreas da arquitetura que se vale deste conceito é o paisagismo, mostrando que os jardins representam uma identidade cultural repleta de conhecimentos e racionalidades distintas nos diversos contextos onde se apresentam (HUNT e WOLSCHKE-BULMAHN, 1990). Esses mostram ainda que o jardim em várias culturas era um espaço não somente paisagístico, mas de produção de alimentos. Desde os indígenas amazônicos às cidades romanas, o espaço ao redor da moradia alimentava a mesa das famílias.

Entende-se então como prática vernacular na agricultura urbana a ação e reflexão sobre a realidade desenvolvida ao longo do tempo, provocando e sofrendo mudanças com a cidade produzindo assim um saber-fazer próprio. Seus atores são fruto tanto do processo de migração da população rural para a cidade quanto da transformação do espaço rural em espaço urbano e caracterizam-se por uma

relação com a produção de alimentos que transcende o valor econômico, são movidos por sentimentos de apego à terra, tanto da nostalgia do lugar onde viveram como da compreensão que não se pode privar à terra da sua capacidade de produzir.

Estes conceitos e seus respectivos autores compõem um recorte epistemológico que parece ser suficiente para explorar a AU conforme proposto nos objetivos desta dissertação, dando subsídio para observar as diferentes práticas agrícolas em Curitiba respeitando e evidenciando as particularidades de cada grupo. Certamente que outras abordagens seriam possíveis, dado o vasto campo de investigação que há em torno da AU, mas pensar esta prática enquanto segurança e soberania alimentar e saberes vernaculares parece ser uma boa contribuição a se construir nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2. AGRICULTURA URBANA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

A agricultura urbana tem ganho cada vez mais espaço nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento, sendo apontada como uma possibilidade de minimizar os impactos decorrentes da produção de alimentos, como a longa distância percorrida da área produtiva ao consumidor, o uso de agrotóxicos para permitir uma produção em larga escala, o manejo dos resíduos orgânicos produzidos na cidade, entre outros (CARMO, 2006). As propostas sugerem desde medidas simples, como o cultivo de hortaliças em hortas domésticas utilizando materiais recicláveis até empreendimentos de alta tecnologia, como fazendas verticais que produzem toda sorte de vegetais utilizando iluminação artificial, controle de temperatura, umidade e irrigação por meio de computadores.

Mas a produção de alimentos no interior de cidades não é prática recente. É justamente a proximidade do alimento que propicia o adensamento populacional, fato que ocorreu em todo o mundo, como aponta Leshner Jr. (2006, p. 15):

A história da agricultura urbana começou no processo de urbanização de todas as civilizações do mundo antigo. Sugere-se que "a produção intensiva de alimentos é o que permitiu as sociedades criarem cidades e civilizações." A agricultura intensiva contígua à cidade foi essencial para a formação e manutenção da cidade. Evidências de agricultura urbana foram encontradas em Gana, China, Índia, Java, Paquistão, Guatemala, México e Peru. A agricultura peri-urbana era rotineiramente usada para tratar, dispor e usar como um recurso os resíduos urbanos antes do desenvolvimento de sistemas de saneamento modernos do final dos anos 1800. Como exemplo, o "Marais", sistema de agricultura de Paris do século 19, que rendeu 3 a 6 colheitas por ano em 1/6 da área de terra da cidade, foi descrito e está sendo estudada para a agricultura urbana hoje.

Gravuras da idade média mostram que no interior das muralhas de castelos na Europa haviam hortas e criação de pequenos animais. Do mesmo modo, os astecas produziam há 600 anos atrás alimentos ao redor das moradias utilizando aterros sobre área alagadas, as chamadas chinampas. Outros exemplos similares são encontrados em outras partes do mundo, demonstrando que a agricultura urbana é muito mais antiga do se imagina (SMITH, 2012).



FIGURA 3: representações de agricultura urbana na idade média. Europa e México.
 FONTE: SMITH, 2012.

O acesso ao alimento é condição *sine qua non* para a fixação da espécie humana. Do mesmo modo, o distanciamento ou o excesso de contingente em relação a disponibilidade alimentar pode levar uma civilização ao colapso. Exemplo desta relação foi o ocorrido com os Anasazis na América do Norte, os Maias na América Central e os Rapa Nuis na América do Sul. No velho mundo, os Khmers do Camboja e os povos mesopotâmicos, que dizimaram a maior floresta do mundo, ilustram como a derrocada de uma civilização está diretamente relacionada com o manejo ambiental do território. Do outro lado também é verdadeiro: povos que desenvolveram uma maneira mais harmoniosa de viver com seu espaço mostram que a intervenção humana no ambiente não precisa ser negativa ou chegar ao ponto do colapso, como ocorreu nas ilhas do Japão, Java, Tonga e entre os indígenas amazônicos (DIAMOND, 2007).

Um dos pontos de inflexão entre cidades ou territórios sustentáveis ou insustentáveis, utilizando estas palavras como as condições da reprodução da vida, sejam elas ambientais, econômicas ou sociais, é a capacidade de abastecimento alimentar. Os registros arqueológicos levantados por De Sena e Ikäheimo (2003) sobre Pompéia entre 150 a.C. e 79 d.C. ilustram o que ocorreu com inúmeras cidades ao longo da história. Os indícios encontrados na câmara dos vestais¹² mostra que a oferta de azeite, peixe e cerâmica eram produzidos localmente. A cidade funcionava como um *centro de produção* para auto abastecimento. Com a incorporação ao império romano, a cidade se tornou um dos principais portos da

¹² Trata-se de um templo onde virgens recebiam as oferendas e as estocavam em câmaras que eram posteriormente utilizadas nos rituais.

região, mudando completamente a dinâmica urbana, passando para um importante *centro de consumo*, abandonando as práticas de produção de alimentos dedicando-se ao comércio.

Uma vez que o abastecimento de uma população é dependente da produção externa, seu grau de autonomia e segurança alimentar diminui. Basta uma guerra ou um desastre ambiental (e nos dias de hoje, até mesmo uma greve) para que a cidade esteja em risco. O sistema de administração da produção *just in time* tende a agravar este tipo de problema. O estoque alimentar de uma cidade, considerando a reserva doméstica e dos supermercados, não ultrapassa 72 horas, pois os produtos estão em trânsito. Se não há acessos, o alimento não chega ao destino. Esta medida é tão importante que serve para a tomada de decisão de ações de controle em situações de risco. Na falta do alimento, o conflito se instaura. Como disse o agricultor e chefe da agência de assuntos rurais da Inglaterra, Cameron Dillington, a cidade, seja ela pobre ou rica, está a nove refeições do caos (SIMMS, 2008).

A agricultura urbana tem se mostrado efetiva nos momentos de grandes crises, como recessões econômicas e guerras. Assim se deu durante a segunda guerra mundial, onde as campanhas dos governos dos Estados Unidos (*VictoryGardens*) e Inglaterra (*Dig for Plenty*), mobilizaram milhões de moradores dos centros urbanos criando hortas em espaços públicos, quintais domésticos, lajes de edifícios e até mesmo crateras produzidas nos bombardeios à Londres, aproveitando o NPK residual das bombas. Durante a crise de 1929 nos Estados Unidos, a agricultura urbana novamente ajudou a manter a subsistência da população. Países como Japão e Rússia também se valeram da agricultura urbana para superar os problemas de abastecimento das cidades nos períodos de guerras. Somente nos Estados Unidos, cerca de 20 milhões de hortas foram formadas, produzindo 10 milhões de toneladas de alimentos. Após o conflito, a atividade nestes jardins fora reduzida, muitos extintos e a agricultura urbana passou a ser uma atividade marginal (DeSilvey, 2003).

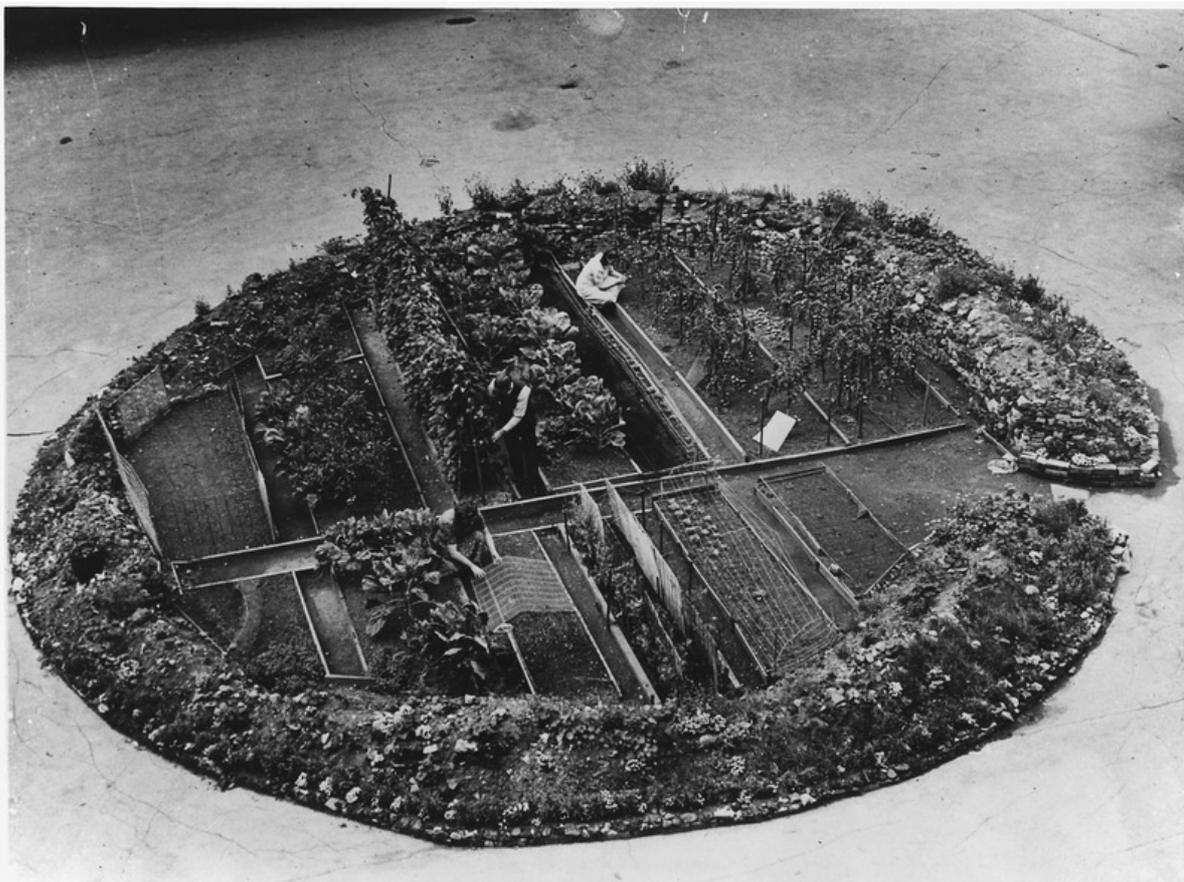


FIGURA 4: Horta instalada sobre cratera deixada por uma bomba lançada em Londres.
Fonte: Sprouts in the sidewalk, 2011.

Nestes países, a renovação da agricultura urbana se deve a ação política da sociedade civil, que encontrou nesta prática uma estratégia para reforçar a antipatia ao atual sistema de produção e distribuição de alimentos, relacionados a questões econômicas, ambientais e de saúde. Com a crescente adesão, vários governos municipais têm apoiado a população, legislando a favor da produção vegetal e animal urbana como ocorre nas cidades de Seattle, Lacey, Chicago, Detroit e São Francisco, nos Estados Unidos; Campbell River e Toronto, no Canadá; Bruxelas e Mouscron, na Bélgica; Todmorden, Liverpool e Londres, Inglaterra. Em Genebra, Suíça, há um bairro experimental baseado na agricultura urbana onde todas as casas dispõem de espaços produtivos (HB Lanark, 2013; Detroit, 2013; SMITH e HERMAN, 2012; LACEY, 2011; LERMAN, 2012; GOLDSTEIN, BELIS, MORSE e URA, 2011).



Figura 5: Horta urbana em Berlin, Alemanha.
Fonte: portal ecodebate, 2013.

Na América Latina, a experiência que melhor representa a agricultura urbana atuando em tempos de crise ocorreu em Cuba. Com a queda da União Soviética e o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos, o país ficou completamente desassistido em termos de manutenção das necessidades básicas, como alimentação e energia. Rapidamente, a população passou a ocupar espaços ociosos para a produção de hortaliças e pequenos animais, ganhando logo o incentivo governamental. Cuba conseguiu desenvolver em pouco tempo um sistema de produção orgânica de alimentos, baseado na ciclagem dos resíduos orgânicos domésticos. O sucesso desta iniciativa fez com que, mesmo após a abertura comercial do país, os programas de agricultura urbana não cessassem. Atualmente 14,6% da área urbana do país é utilizada para a produção de alimentos, abastecendo integralmente as cidades com hortaliças, além de prover 60% das raízes e 30% da carne (DIAZ, 2005).

Além destas e outras experiências individuais, existe um plano envolvendo estratégias de mobilização global sendo executado por organismos internacionais. Desde 1996, FAO, Banco Mundial, Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, Instituto de Recursos Naturais da Universidade de Greenwich – NRI entre outros,

têm unido esforços para desenvolver projetos de agricultura urbana em países pobres e em desenvolvimento como estratégia de combate à fome nos centros urbanos. Desde então, várias organizações sem fins lucrativos surgiram para apoiar tais estratégias, como o Centro de Recursos para a Agricultura Urbana e Segurança Alimentar – Fundação RUAF, vinculado à FAO e sediado em Nova York, EUA. (FAO, 1999).

Tais medidas fazem parte dos 25% de investimentos feitos em melhorias no sistema produtivo de alimentos pelo Programa Mundial de Alimentos gerenciado pela FAO. No entanto, nota-se que há um grande incentivo a uma produção para comercialização e menos para o auto abastecimento, mantendo as famílias no ciclo vicioso de uma economia débil e instável que os faz permanecer em uma situação de insegurança alimentar, pois a garantia de que haverá comida na mesa depende ainda, sobretudo da economia formal monetarizada e menos de uma produção própria e dos vínculos de solidariedade comunitária.

2.1. O contexto brasileiro

No Brasil, os incentivos internacionais para o desenvolvimento da AU são recebidos por meio do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e distribuídos em programas executados por prefeituras e universidades, muitas vezes com o apoio de organizações não-governamentais. Estes programas atendem preferencialmente populações de baixa renda estimulando o cultivo de hortaliças no espaço domiciliar e organizando hortas comunitárias em áreas públicas e privadas urbanas e peri-urbanas. A assistência oferece ainda adubos, mudas, sementes e orientação técnica. Vários trabalhos acadêmicos têm analisado estes programas, partindo de uma leitura que privilegia as políticas públicas, sob a bandeira da segurança alimentar (MICHELON et al., 2011; COUTINHO e COSTA, 2011; LEPPER, 2007).

A exemplo do que ocorreu nos países citados anteriormente, os programas de agricultura urbana brasileiros surgiram em grande parte por iniciativa da sociedade civil, sendo posteriormente apoiados pelo Estado. Um levantamento

realizado em 2007 pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento Sustentável– IPES e Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE identificou 635 iniciativas de agricultura urbana em onze regiões metropolitanas do país onde se realizam a produção vegetal, produção animal e produção de insumos (adubos, mudas, etc.). Os produtos servem para o autoconsumo, comercialização e beneficiamento com vias de agregar valor ao produto final. Existem também atores envolvidos com a prestação de serviços, como transporte e manutenção de áreas (SANTADREU; LOVO, 2007).

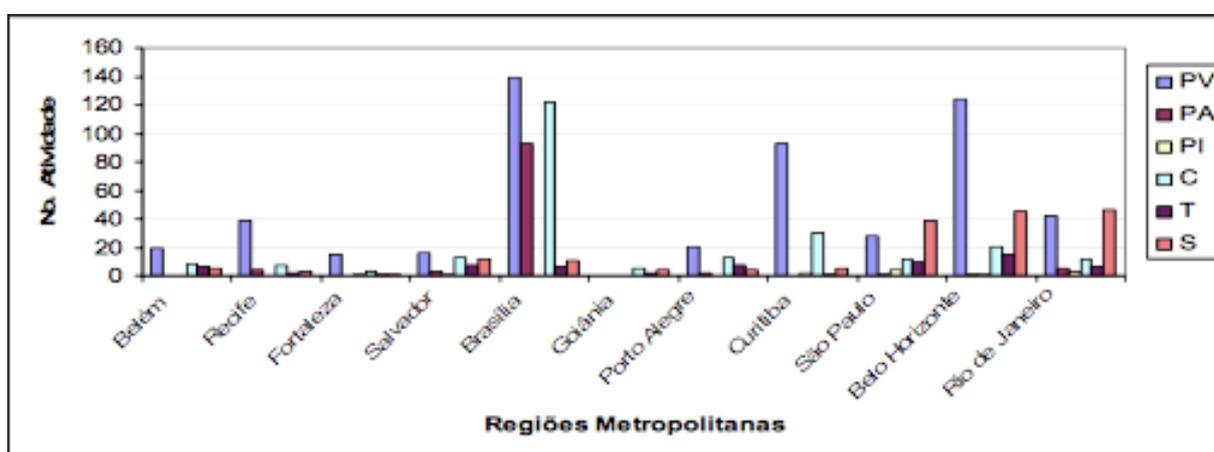


FIGURA 6: Produtos e serviços gerados na AU em onze capitais brasileiras

FONTES: SANTADREU; LOVO, 2007

PV= Produção Vegetal; PA= Produção Animal; PI= Produção de Insumos; C= Comercialização; T= Transformação; S= Serviços.

O levantamento mostra que a consolidação da agricultura urbana se deu por organizações da sociedade civil, como associações de moradores e ONGs que atuam há mais de dez anos nas comunidades. As iniciativas financiadas pelos governos federal e municipais tinham em 2007 apenas de dois a quatro anos, com exceção de Curitiba que conta com um programa municipal com cerca de vinte anos. Hoje, muitos projetos levantados recebem recursos do Governo Federal para a execução dos seus trabalhos. Somente em 2008, mais de 12 milhões de reais foram investidos em projetos de agricultura urbana.

É importante observar que a maior parte destas iniciativas trata-se de produções peri-urbanas, dispendo de áreas mais extensas onde o cultivo é orientado principalmente para a comercialização. Somente na região nordeste a produção para o autoconsumo foi mais destacada, representado por 45 iniciativas em face de

38 focadas prioritariamente na comercialização. Mesmo assim, nota-se que a geração de renda tem sido um fator importante nos incentivos à agricultura urbana no país. Além destas iniciativas institucionalizadas, vale lembrar que há em todas as cidades cidadãos cultivando por iniciativa própria, sem estarem vinculados a qualquer grupo e que portanto ficaram de fora da pesquisa citada (SANTADREU; LOVO, 2007).

Além destas iniciativas visando a segurança alimentar, existe um público crescente, principalmente entre os jovens, que não tiveram contato com a produção agrícola, mas que buscam este conhecimento porque veem na agricultura urbana um ato de resistência contra a lógica do agronegócio¹³, ou dos “impérios alimentares” (PLOEG, 2008), sobretudo no que tange, sobretudo no que tange ao uso excessivo de combustíveis fósseis e aos problemas e riscos relacionados à saúde por conta dos agrotóxicos. Muitos destes atores possuem não mais do que o balcão de uma sacada para fazer seu cultivo, o que revela o simbolismo que envolve a nova agricultura urbana. Nos países norte-americanos e europeus este público já soma um grande número de pessoas, dando origem a feiras, clubes, redes e outras formas organizativas. Além de gerar discussões acerca da promoção de tecnologias apropriadas desta prática, isso tem levado algumas administrações públicas a reverem suas leis, permitindo e incentivando até mesmo a criação de animais nos centros urbanos (SMIT, 2001; COCKRALL-KING, 2012).

Uma das maneiras destes novos agricultores urbanos se conectarem é por meio das redes sociais. Já soma mais de uma dezena os grupos virtuais de agricultores urbanos na rede Facebook, onde os participantes trocam informações via o compartilhamento de experiências pessoais, guias técnicos encontrados na internet, vídeos, fotos entre outros recursos. Somente o grupo “hortelões urbanos” conta com 7.800 membros; o grupo “agricultores urbanos de Curitiba” conta com 728 membros. Encontra-se também grupos presenciais, agricultores urbanos que se encontram para cultivar e aprender juntos, buscar formações e compartilhar suas experiências. Em São Paulo, a Horta das Corujas, na vila Madalena conta desde 2012 com dezenas de pessoas que cultivam juntas uma área pública de 800m². Em Curitiba, um grupo de vizinhos tem ocupado desde janeiro de 2014 um bosque que

¹³Entende-se por lógica do agronegócio o modelo de desenvolvimento agrícola capitalista baseado na produção de commodities em larga escala em sistemas monoculturais e orientadas ao lucro e menos a produção alimentar. Ver Ferreira, 2012.

está ameaçado pela construção de uma rua. Institucionalmente, a Associação Casa da Videira fomenta o encontro em uma feira de agricultura urbana que ocorre no pátio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, além de encontros para visitas técnicas em sua estação experimental de agricultura urbana, a Quinta da Videira¹⁴.

De modo geral, estes participantes compõem um perfil diferente daqueles que frequentam os projetos apoiados pelo Estado ou ONGs. Eles pertencem a classe média, possuem alta escolaridade, moram em regiões onde há pouca ou nenhuma intervenção dos programas de segurança alimentar. Conforme apresenta Comasseto et al.. (2011) no caso de Porto Alegre, a prática agrícola destas pessoas está relacionada a sensação de bem estar, e a uma ação política frente a lógica de produção e consumo. A mesma característica é encontrada entre os paulistanos e curitibanos, mostrando que a agricultura urbana é uma ferramenta que vai muito além da segurança alimentar¹⁵.

É interessante ressaltar que o crescimento das iniciativas de agricultura urbana ocorre novamente em um contexto de anúncio de crises, principalmente ambiental, alimentar e econômica. Sob todos estes problemas justifica-se os movimentos de agricultura urbana presentes hoje e projetam medidas de segurança para um futuro próximo. Países que enfrentam hoje uma crise econômica como Espanha, Grécia e Portugal tem criado programas de incentivo à agricultura urbana. Do mesmo modo no Canadá e Estados Unidos criam programas e leis que favorecem a ampliação do espaço produtivo nas cidades. Como exemplo verificamos o município de Detroit, a cidade norte-americana símbolo da industrialização declarou a maior falência municipal da história e foi a primeira do país a transformar suas áreas ociosas em grandes espaços de produção de alimentos. No Brasil, percebe-se que as ações do MDS e de uma série de ONGs em torno deste tema buscam de algum modo ajudar a sanar um problema histórico no país – o combate a fome – e mais recentemente a qualidade alimentar. (AGÊNCIA ESTADO, 19/07/2013; AGÊNCIA EFE 28/07/2013).

¹⁴Dados coletados em pesquisas na internet e da experiência pessoal do autor na Associação Casa da Videira.

¹⁵Embora não haja trabalhos anteriores sobre este perfil de agricultores urbanos em Curitiba e São Paulo, deduz-se que possuem características similares aos apontados por Comasseto et al. (2011) em Porto Alegre a partir do relacionamento do autor com estas pessoas nos trabalhos da Casa da Videira.

Em toda parte, grandes eventos reunindo políticos, pesquisadores, ativistas e a população em geral tem sido realizados para discutir os potenciais da agricultura urbana em contribuir para sanar os problemas de abastecimento e gestão de resíduos das cidades. No Brasil, o MDS promoveu em novembro de 2012 o III Seminário Latino Americano e Caribenho de Agricultura Urbana. Seminários municipais e estaduais também têm ocorrido nos últimos três anos. A conferência internacional Technology, Entertainment and Design - TED, com edições também no Brasil, reúne pessoas com ideias criativas para compartilhar suas experiências. Desde seu início em 1984, apresentou 63 palestras sobre agricultura urbana. Encontros internacionais igualmente ocorreram no Canadá, Estados Unidos e Portugal.

No âmbito acadêmico, desde 1996 trabalhos científicos vem sendo publicados no Brasil acerca do tema, contemplando um largo espectro de perspectivas: educativas, espaciais, agronômicas, ecológicas, nutricionais, políticas entre outras. O interesse pela agricultura urbana fez surgir grupos de pesquisa, centros de referência, projetos sociais e mesmo políticas públicas de fomento a esta prática produtiva, processo ocorrido também em outros países, desenvolvidos e em desenvolvimento. As abordagens apontam principalmente para duas representações da agricultura urbana – políticas públicas e em menor escala a mobilização da sociedade civil – praticadas em diferentes lugares do mundo, que caracterizam seus atores com suas motivações de modo distinto, como combate à pobreza, melhoria nutricional, ato simbólico frente à lógica agroalimentar dominante, ainda que expressem práticas semelhantes.

O foco das pesquisas realizadas no Brasil até o momento debruça-se sobremaneira nas populações de baixa renda, que fazem uso dos equipamentos sociais disponibilizados por prefeituras, ONGs e universidades. Destacam-se neste grupo famílias originárias do campo, alocadas agora em espaços urbanos muitas vezes desprovidos das condições apropriadas para o cultivo de alimentos, como a falta de espaço devido ao grande adensamento nas periferias, como se verifica os trabalhos de Arruda (2006), Almeida (2007), Alves e Corrêa (2008), Frozi (2009), Prado (2012) entre outros. Estas pesquisas direcionam para a importância do poder público em fomentar iniciativas de hortas comunitárias como um dos meios de garantir a segurança alimentar.

Apesar do grande número de publicações existentes sobre o tema, a prioridade das investigações tem sido sobre as políticas públicas e ações em populações de baixa renda, havendo poucas e breves citações da ocorrência em outras faixas da população. Isso mostra o vasto campo de investigação que ainda há nas práticas de agricultura urbana, explorando suas várias faces e atores. Um dos poucos trabalhos que mostra a manifestação da agricultura urbana em um outro contexto sociocultural foi realizado em Curitiba.

Otmman (2011) analisou o fenômeno da agricultura urbana nos bairros Fanny e Parolin, em Curitiba. Na sua pesquisa verifica-se que a agricultura manifesta-se independente da renda, uma vez que as famílias do primeiro bairro possuem uma condição econômica melhor (em torno de 5,3 salários mínimos mensais por habitante) em relação a segunda (menos de dois salários mínimos por habitante), uma área de ocupação irregular caracterizada como favela. Embora haja especificidades econômicas e espaciais entre os bairros, nos dois verifica-se a ocorrência do cultivo de alimentos em proporções similares. Assim, 67,1% dos entrevistados do Parolin e 74% do Fanny possuem algum alimento cultivado em seus quintais.

Os resultados obtidos por Otmman no bairro Fanny evidenciam ainda uma terceira manifestação da agricultura urbana, que hipoteticamente pode ser encontrada em outras cidades brasileiras. Os entrevistados apontam benefícios estéticos e de saúde como os mais relevantes às suas justificativas para desenvolver a atividade (88,3% e 81,69% respectivamente), sendo poucos os que consideram sua prática agrícola um benefício econômico (24,65%), e mesmo os que consideram, é entendido como uma redução na despesa e não como geradora de renda. Outro dado que chama atenção é o fato de 52,35% serem provenientes de áreas urbanas, o que ratifica o aspecto da agricultura ser uma cultura urbana.

Estas pessoas possuem uma relação com seu quintal como espaço de produção que não contempla os aspectos da segurança alimentar, pois não estão na situação de vulnerabilidade como as populações atendidas pelos programas públicos e das organizações civis. Tampouco se expressa a preocupação do ato político da soberania alimentar, de discutir questões como o modelo de produção ou as questões ambientais que movem os novos agricultores urbanos. Estes “antigos” agricultores se caracterizam por aquilo que Illich (1981) chama de prática vernacular: ou seja, são movidos por ações não-monetarizadas de subsistência, onde a

solidariedade entre os vizinhos cria uma rede de co-dependência onde circulam saberes e produtos locais.

Entendendo que as políticas públicas e ações em comunidades de baixa renda estão bem contempladas nas investigações já realizadas por outros pesquisadores e que existe uma agricultura urbana a ser evidenciada em outras parcelas da população, a pesquisa aqui apresentada concentra-se principalmente em trazer uma contribuição para compreender outras manifestações.

São pessoas que habitam a região desde que era área rural, como os que chegam à cidade vindas do campo trazendo consigo histórias e modos de vida frequentemente associadas ao fazer agrícola. Não raro é possível observar nestas pessoas e grupos a manutenção de hábitos e práticas que remetem ao espaço e ao modo de vida rural no qual outrora viveram. Pequenas áreas de produção e criação de animais evidenciam esse fenômeno, ainda pouco esclarecido. O senso comum pode sugerir que ele é um mero resquício do rural no urbano, cultivado de forma saudosista pelos mais velhos e fadado a desaparecer, sem que mereça, portanto, maiores preocupações dos pesquisadores. No entanto, a ampliação da discussão em torno da viabilidade da agricultura urbana em propiciar melhorias à cidade tem mostrado que a produção de alimentos no meio urbano tende a expandir e nada a priori permite concluir que a presença desses indivíduos e grupos não possui uma contribuição importante para a expansão dessa prática ou, pelo menos, para o intercâmbio de conhecimentos que faz da agricultura urbana uma inovação baseada nas tradições, como suas formas de manejo e uso de sementes crioulas, por exemplo.

Para compreendermos de que modo a agricultura urbana representa uma prática cultural local, faz-se necessário entender de que modo se deu a ocupação do planalto curitibano e sua transformação ao longo do tempo, convertendo-se de espaço rural para urbano, porém sem perder por completo sua produção agrícola, como mostrado na seção seguinte.

2.2. A agricultura no município de Curitiba: o campo na cidade e a cidade no campo

A interdependência entre o rural e urbano sempre se fez presente, promovendo fluxos de produtos e saberes que influenciam ambos os lados. Nesta cadeia de trocas, os alimentos produzidos no campo são essenciais para a sobrevivência na cidade, enquanto artefatos produzidos nas fábricas ou mesmo por artesãos são ferramentas úteis aos trabalhadores agrícolas. Mendras (1978) mostra a dependência do camponês europeu da idade média com a cidade e como, do mesmo modo, a cidade depende da produção deste trabalhador rural.

A modernização da agricultura fez com que este trânsito cultural se tornasse mais intenso. No campo chegam cada vez mais intensamente as tendências urbanas, não somente no que diz respeito ao modo de produção industrial, mas também no imaginário das pessoas. A busca por rendimentos financeiros melhores, o acesso a educação e cultura, o contato com o “mundo moderno” entre outros servem como argumento para que principalmente os jovens busquem os centros urbanos, abandonando a atividade agrícola e criando problemas relacionados à sucessão no meio rural (ZAGO e BORDIGNON, 2012). Para os que permanecem, surgem atividades geradoras de renda paralelas à agricultura. A pluriatividade¹⁶ adentra ao próprio ambiente rural e, em alguns casos, leva o agricultor até as áreas urbanas por curtos períodos de tempo devido as facilidades de transporte e a proximidade com a cidade (SCHNEIDER, 2003).

Mas as influências não se dão somente nesta direção, da cidade para o campo. Dois processos marcam as áreas urbanas com influências rurais criando mesclas culturais. Primeiro destaca-se o êxodo rural, provocando um inchaço nos grandes centros urbanos, trazendo hábitos diferentes, entre eles o cultivo de hortaliças para subsistência. Vinholi (2011) e Coutinho e Costa (2011) mostram que uma das características dos agricultores urbanos é sua origem no campo, o que os fazem ter um apego à terra que reproduzem em seu novo espaço de viver.

O processo de êxodo rural no Paraná ocorre, sobretudo, a partir da década de 1960 com a estratégia de modernização econômica do governo militar. O café é era o principal produto de exportação brasileira, sendo o Paraná responsável pela metade da produção nacional. O crescimento da produção causou um desequilíbrio

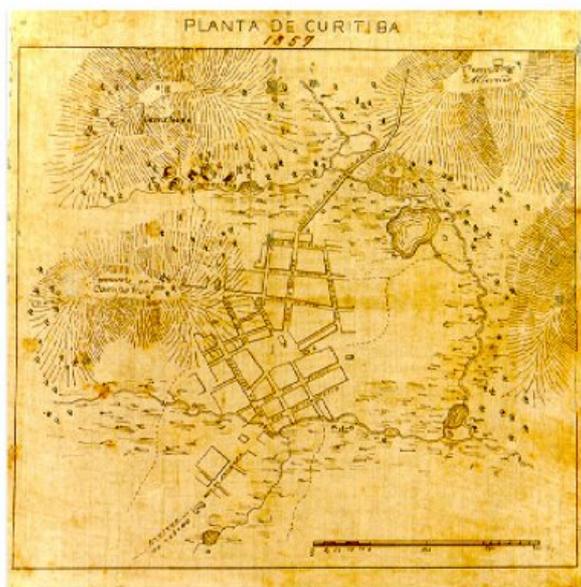
¹⁶ Para Schneider, a pluriatividade “refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos” (2003, p.100).

nos preços, afetando a balança comercial e exigindo do governo medidas de contenção, criando grandes estoques e até mesmo queimando os excedentes de produção. De modo a controlar o mercado e abrir espaço para as novas commodities agrícolas, o governo federal cria um programa de racionalização da produção, pagando aos cafeeiros para trocarem o café por outros produtos de demanda nacional e internacional. Isso fez com que o Paraná tivesse uma redução de 47% das plantações cafeeiras até o ano de 1975¹⁷. A mecanização das culturas de soja e milho, principais substitutos do café no estado, fez com que grande parte dos trabalhadores não pudessem ser absorvidos pela nova dinâmica da agricultura paranaense. Além da migração para outras áreas agrícolas do país, uma parcela considerável encontrou lugar na periferia das cidades (SWAIN, 1988).

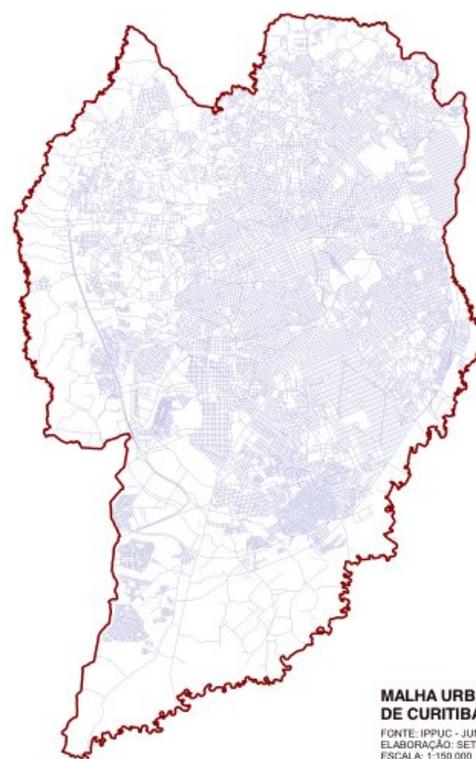
O segundo processo diz respeito à urbanização de áreas rurais no entorno dos municípios. O crescimento demográfico das cidades tanto por conta do êxodo rural quanto da redução da mortalidade aumentou a pressão periurbana, dando origem a novos bairros outrora áreas agrícolas. Em Curitiba, a denominação de certos bairros tem origem no nome de antigos proprietários de fazendas como Hauer e Fanny, ou na composição das propriedades, como os xaxins que dividiam as áreas que deram origem ao nome do bairro homônimo. Nestas localidades, encontram-se famílias que vivenciaram esta transição e ainda continuam fazendo do seu espaço de viver uma área de produção (IPPUC, 2008).

Entre 1850 e 1950, a cidade de Curitiba passou de seis mil para cento e oitenta mil habitantes. Hoje, conta com cerca de 1,7 milhão. A taxa de crescimento demográfico dos últimos dez anos (segundo os censos de 2000 e 2010) foi de 10%. A conurbação com a região metropolitana ocorre em várias de suas fronteiras. É possível, por exemplo, adentrar nos municípios de Pinhais, Campo Magro, Campo Largo e Araucária sem se dar conta que foi ultrapassado o limite geopolítico entre eles e a capital.

¹⁷O ano de 1975 marcou o desfecho do ciclo cafeeiro no Paraná. As fazendas que mantiveram a produção após a medida econômica do governo militar de redução dos cafezais sofreram um grande golpe quando no dia 18 de julho uma geada negra dizimou cerca de 850 milhões de pés de café, obrigando os produtores a aderir a tendência da soja que já tomava conta do estado. Ver Swain, 1988.



Mapa de Curitiba em 1857. Doação da Família Groff.



MALHA URBANA DE CURITIBA
 FONTE: IPPUC - JUN/2002
 ELABORAÇÃO: SET/2002
 ESCALA: 1:150.000



FIGURA 7: crescimento da mancha urbana no município de Curitiba: 1817, 1935 e 2002.
 FONTE: IPPUC, 2013.

Este fenômeno tem acontecido tanto em cidades grandes quanto naquelas de médio porte, afetando também pequenos municípios em seu entorno criando a conurbação das regiões metropolitanas. O comitê da bacia do rio Caí, no Rio

Grande do Sul, que engloba 42 municípios dentre eles Gramado e Caxias do Sul, aponta que a taxa média de crescimento da mancha urbana de 1975 a 2004 foi de 400% (COMITÊ CAÍ, 2008). Em Campinas, este crescimento entre os anos de 1989 e 2000 foi de 30% segundo Caiado e Pires (2006). Por sua vez, Porto Alegre sofreu uma expansão de 20% da área urbana entre os anos de 1979 e 2001 (DIAS, 2011). As áreas que sofreram expansão eram ocupadas anteriormente com produção agrícola ou mata nativa.

2.3. O processo de ocupação do solo no município de Curitiba¹⁸

O planalto curitibano, antes ocupado por povos indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Xokleng recebe seus primeiros exploradores portugueses em meados do século XVII, bandeirantes em busca de ouro que montaram os primeiros acampamentos em áreas já abertas pelos indígenas. Em 1650, o Administrador das Minas¹⁹ Ébano Pereira fundou a primeira vila às margens do rio Atuba. No final do século o povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais já contava com a presença de 90 homens, agora instalados ao redor da capela, na atual praça Tiradentes.

Em 1721 o ouvidor Rafael Pires Pardini foi designado para organizar a ocupação, agora sob o título de vila. A comunidade vivia em um raio de 46 quilômetros da sede, que compreendia a área de rocio. Além disso só havia a mata nativa, exceto no lado norte onde haviam algumas fazendas de gado à margem da estrada em direção à São Paulo. Na área urbana, o uso do solo era bem delimitado. As casas deveriam ser construídas lado a lado, sem corredores ou pátios entre si de modo a aumentar a segurança dos moradores. Não se permitia plantio algum nesta área sendo a vila dedicada exclusivamente às atividades comerciais, artesanais e religiosas. A agricultura ocupava a área no entorno da vila, denominada rocio.

¹⁸ O levantamento relatado a seguir se vale dos dados disponibilizados pelos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, a saber o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (2008, 2009) e Fundação Cultural de Curitiba (Hladczuk et al., 2000).

¹⁹ Este título é conferido porque a primeira atividade exploratória no planalto curitibano foi a extração de ouro. Ver Hladczuk et al., 2000.

A abertura da estrada do Viamão em 1731, ligação entre o Rio Grande do Sul e Sorocaba, caminho dos tropeiros que passavam pelos campos de Curitiba, impulsionou o crescimento da vila. Em 1780 a população alcançou 3.194 habitantes distribuídos em outras dez localidades além do centro. O tropeirismo, a criação de gado e a exploração de erva-mate impulsionaram o crescimento local. Os viajantes europeus que retratavam o Brasil começaram a visitar a região, deixando registrado o cotidiano da vila, dentre eles Auguste de Saint-Hilaire e Jean Baptist Debret, que pinta o primeiro retrato da cidade.



IMAGEM: Curitiba 1827, Pintura de Debret
FONTE: Casa da Memória, 2014

A partir da segunda metade do século XIX Curitiba vive uma grande expansão com a vinda dos imigrantes da Europa como alemães, italianos, poloneses, ucranianos, galícios entre outros, os quais ocuparam as áreas do rocio com o fim de abastecerem a cidade com produtos hortifrutigranjeiros. Estes imigrantes foram alocados principalmente na região norte/noroeste em quarteirões (Pilarzinho, Mercês, Ahú e Bacacheri) e colônias (Abranches, Santa Cândida, Dantas, Orleans e Santa Felicidade). A população triplica em 25 anos. De 1890 a 1896 a cidade recebeu 28.000 imigrantes. Entre 1907 e 1914 chegaram outros 27.000.

2.4. A configuração dos bairros de Curitiba

Uma vez que interessa a esta pesquisa entender o processo de transição do rural para urbano na periferia da cidade, consideraremos o processo de ocupação do solo a partir do movimento imigratório de 1850. A área do rocío começa a partir de então a ser ocupada e organizada, dando espaço a propriedades menores. A cidade continha 27 quarteirões, unidade administrativa do período provincial bastante diferente do conceito utilizado atualmente no planejamento urbano.

A ideia de quarteirão se aproxima do que chamamos atualmente de bairro. Assim, o quarteirão do Pilarzinho se refere a área do atual bairro homônimo. Estas áreas eram recortadas por pequenas chácaras concedidas aos imigrantes para produção de alimentos. Elas localizavam-se nas regiões do município com maior desenvolvimento, seguindo do centro em direção ao norte. Nos pontos mais isolados do rocío instalaram-se as colônias. Estas áreas eram mais extensas e sua organização ficava a cargo do grupo de imigrantes que as recebia.

À medida que a população da cidade crescia, estas áreas tomavam ares mais urbanos. Em 1913 a área urbana tinha seus limites no que hoje delimita a regional matriz, compreendendo em seu entorno os bairros Ahú, Cabral, Jardim Social, Alto da XV, Jardim Botânico, Rebouças, Água Verde, Batel, Bigorrião, Mercês e Bom Retiro. Além desses bairros, se estendiam áreas agrícolas que paulatinamente foram sendo anexadas à mancha urbana.

A Regional Boa Vista começou seu processo de urbanização a partir da instalação das bases militares no bairro Bacacheri na década de 1930. O fluxo criado por conta destes empreendimentos fortaleceu o comércio e atraiu novos moradores para a região.

O desenvolvimento no lado noroeste, na Regional Santa Felicidade, se deu mais intensamente a partir de 1970. Ainda hoje encontram-se na região chácaras com produção vegetal e animal, mas a recente especulação imobiliária vem transformando drasticamente a região, ocupando áreas de preservação e quintais tradicionais com condomínios de luxo.



FIGURA 9: Divisão das regionais de Curitiba
Fonte: IPPUC, 2014

Fronteiriça com a região central, a Regional Portão se desenvolveu pela influência industrial do bairro Rebouças e pela construção da estrada de ferro que cortava a região em direção à Ponta Grossa. Havia também na região um posto fiscal que regulava a entrada e saída de mercadorias desde a época do tropeirismo. Ainda hoje naqueles bairros nota-se a forte vocação para a indústria e o comércio.

A regional Cajuru apresenta registros de ocupação de terrenos agrícolas desde 1840. Mas foi somente a partir de 1930 que a região se expandiu, primeiro com a implantação da vila oficinas²⁰, para atender os ferroviários que trabalhavam na manutenção dos trens. Por sua vez, na década de 1940 bairros como o ainda apresentavam extensas áreas de mata nativa. Com a abertura da BR-277 em 1960 o processo de urbanização se intensifica nesta região.

Ao sul, a Regional Boqueirão, abrangendo os bairros Boqueirão, Alto Boqueirão, Hauer e Xaxim iniciou sua atividade agrícola familiar com os imigrantes alemães menonitas que chegaram a partir de 1930. Ainda hoje encontra-se na região grandes terrenos com produção agropecuária.

As regionais do extremo-sul do município, Cidade Industrial, Pinheirinho e Bairro Novo são aquelas que apresentam um processo de urbanização mais recente, a partir de 1950. Caracteriza-se por ser a área de população predominante de baixa renda, com maior adensamento horizontal e com um grande número de programas públicos, inclusive de agricultura urbana.

Nota-se, portanto, nesta descrição que apesar do município completar, em 2013, 320 anos, até muito recentemente o mesmo apresentava características eminentemente rurais em sua maior parte. Desse modo pode-se inferir que a prática agrícola entre os habitantes ainda está viva e permanece na memória dos moradores mais antigos. É importante observar que a explosão populacional da cidade ocorre no mesmo período a crise cafeeira no estado, ficando claro o papel de Curitiba em absorver este grande contingente de migrantes que saíram do interior para urbanizar as áreas rurais da capital e também povoar os bairros já constituídos, promovendo o adensamento urbano.

2.5. A agricultura urbana no município de Curitiba

O processo de constituição da cidade, bem como sua inserção no cenário internacional no que diz respeito as causas ambientais²¹ contribui para que múltiplas

²⁰ Esta vila foi contruída pela companhia férrea para alojar as famílias dos funcionários que trabalhavam na manutenção dos trens.

²¹ Curitiba tem sido reconhecida nos últimos vinte anos como uma capital ecológica, tanto no Brasil como no exterior. Isto se deve ao seu sistema de transporte público, ao

representações da agricultura urbana sejam possíveis. Cabe aqui procurar evidenciar aquelas que justificam os apontamentos desta pesquisa: as políticas públicas, o movimento da sociedade civil e a prática vernacular.

Primeiramente destaca-se o trabalho que a Prefeitura de Curitiba vem desenvolvendo desde a década de 1980, atuando em comunidades de baixa renda fomentando projetos de agricultura urbana por meio de dois programas, Nosso Quintal e Lavoura. O primeiro caracteriza-se pelo apoio a hortas domiciliares e institucionais, como em escolas, unidades de saúde, ONGs, azilos entre outros. O segundo, promove assistência técnica para as propriedades agrícolas remanescentes de agricultura familiar e áreas comunitárias de hortas e lavouras (CURITIBA, 2013)

Os dados da Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba - SMAB apontam que, em 2013, estes programas atendiam respectivamente 129 e 29 locais. A maior concentração está na zona sul, a saber nas regionais Pinheirinho, Cidade Industrial, Boqueirão, Bairro Novo e Cajuru. O propósito destes programas é fornecer por um período de 6 a 12 meses assessoria técnica e insumos, como fertilizantes, sementes e mudas. Dentre o total, vinte locais do programa Lavoura são áreas cedidas à prefeitura pelas empresas de energia elétrica Copel e Eletrosul, sendo permanente o trabalho dos técnicos da SMAB. Ao todo, são atendidas 1.300 famílias.

Apesar da lei municipal de zoneamento e ocupação do solo nº 9.800/2000 ter acabado com as áreas rurais, a prática mostra que as atividades agrícolas ainda persistem em 275 propriedades espalhadas na periferia da cidade, sobretudo na região sul. Estas chácaras representam 3% do território do município, o que corresponde a uma área de 1.616,934 hectares. Tal característica é chamada na literatura de Agricultura Periurbana, pois embora esteja dentro do zoneamento urbano, permanece com as características de propriedades rurais, inclusive contando com áreas extensas o suficiente para uma produção comercial,

grande número de parques e bosques, ao sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a destinação final destes em aterro sanitário controlado. A cidade vem ganhando neste período títulos de cidade sustentável e visitas de planejadores urbanos que buscam inspirar-se no exemplo da capital paranaense. Este contexto criou na população uma cultura de cuidado com a cidade, principalmente com respeito a separação dos resíduos e manutenção dos jardins domésticos, espaço que quando mantido favorece a prática da AU.

constituindo-se como a atividade econômica principal das famílias (MOUGEOT, 2000).

Pesquisa realizada por Ottmann *et al.* (2010) em uma horta comunitária no bairro Tatuquara, mostra que o envolvimento de muitos dos moradores se dá por poderem praticar novamente a atividade agrícola. Outro fator importante está na melhoria da dieta, antes com pouco uso de vegetais. A horta comunitária contribuiu também para a melhoria da renda dos participantes. Cabe aqui salientar que esta melhora se deve principalmente à redução no custo alimentar, mais do que o valor gerado com a venda do pequeno excedente.

A AU evidenciada neste trabalho busca lançar luz para a produção de alimentos nos espaços mais adensados da cidade. Portanto, não será tratado dos aspectos periurbanos. A título de referência, o público aqui considerado, atendido pelo programa municipal nas hortas comunitárias, será chamado de agricultores urbanos *assistidos*.

Uma segunda representação da agricultura urbana se reconhece nos habitantes de Curitiba que, preocupados com os problemas ambientais, fazem do seu espaço domiciliar um local de produção, mesmo que meramente simbólico. Outro aspecto se relaciona com a alimentação mais saudável, sem agrotóxicos. Estas justificativas têm levado um grupo crescente de pessoas a procurarem formas alternativas de produzir parte de seu alimento em casa.

Os meios de comunicação têm explorado este movimento com maior intensidade nos últimos anos. (CARRANCA, 2009; FERNANDES, 2010; O Estado de São Paulo, 16/11/2011) As hortas têm surgido em escolas, terrenos baldios, quintais, sacadas, lajes, etc. Outro incentivo à esta prática no Brasil está relacionado ao fato de sobretudo em países da Europa e América do Norte o movimento de agricultura urbana ser bem consolidado, com cooperativas de produtores, programas de incentivo, e leis municipais que regulam e apoiam esta prática (GONDSTEIN, MORSE e URA, 2011). A facilidade de acesso à informação por meio da internet faz com que tal realidade inspire adeptos no Brasil, formando, em alguns casos, redes de agricultores urbanos em diferentes países. Castells (2004) mostra a revolução que este meio de comunicação – a internet – tem causado, conectando grupos e pessoas em lugares distantes em torno de um mesmo propósito, facilitando o tráfego de informações.

Estes atores encontram-se na faixa dos 20 a 40 anos de idade, de origem urbana, em sua maioria acompanhantes dos movimentos ambientais e das tendências internacionais. Ademais, verifica-se que entre os consumidores das feiras de orgânicos da cidade de Curitiba, vários deles cultivam temperos, ervas medicinais e algumas hortaliças em casa. Estes atores podem ainda ser encontrados em lojas que comercializam mudas e adubos e frequentam espaços de formação como cursos de jardinagem e horticultura²². Estes agricultores urbanos são chamados para efeito desta pesquisa de *politizados*²³.

Observa-se ainda um terceiro grupo de praticantes da agricultura urbana, originado com os imigrantes e migrantes que ocuparam o território curitibano ao longo do tempo e adaptaram seus conhecimentos agrários à realidade urbana, fazendo dos seus quintais espaços de produção vegetal e animal. Nota-se neste grupo que não há uma relação direta entre produção e segurança alimentar, uma vez que as famílias dispõem de condições financeiras bem estabelecidas. Também se observa que o hábito é anterior às discussões ambientais contemporâneas, não sendo esta a razão principal para aderirem à prática. São estes os agricultores urbanos vernaculares, evidenciados no capítulo seguinte. Dentre eles, reside um apego à terra e um entendimento que o espaço domiciliar deve ser também um espaço de produção. Eles estão presentes em toda a cidade, com hortas de diferentes tamanhos e finalidades (alimentar, medicinal, paisagístico), caracterizados por um trabalho silencioso, que ecoa apenas em um pequeno grupo de amigos e vizinhos onde ocorrem as trocas recíprocas de alimentos²⁴.

2.6. As hortas curitibanas e seus atores

Neste capítulo são analisados os resultados obtidos na coleta de dados em campo, cotejados a partir de elementos teóricos apresentados no primeiro capítulo.

²² Este perfil foi obtido através de entrevistas não publicadas feitas pela Associação Casa da Videira.

²³ O termo *politizado* é empregado aqui tendo como referência os estudos sobre o *consumo politizado*, utilizado nas ciências sociais, pois nos dois contextos os atores apresentam uma ação autônoma de intenção política frente a uma dada realidade com a qual berceba uma necessidade de mudança. Ver Potilho, 2009.

²⁴ O mesmo nota-se entre as comunidades rurais, onde as trocas recíprocas de alimentos são comuns. Este traço urbano entre os agricultores pode ser entendido como uma herança do campo, tanto para aqueles que vieram do interior como entre os que tiveram seu espaço rural urbanizado. Ver Cassol e Farias, 2011.

Foram aplicados ao todo 142 questionários, sendo 50 na regional Santa Felicidade, selecionados a partir dos cadastros feitos nas escolas e comércios de insumos agrícolas (33 questionários) e no rastreamento visual de hortas domésticas feito em caminhadas pelo bairro (17 questionários); 15 com moradores de diferentes regiões de Curitiba, encontrados em um comércio de insumos agropecuários no centro de Curitiba; 10 com os atendidos pelo programa municipal, encontrados em visitas às hortas; 42 com os membros do grupo “agricultores urbanos de Curitiba” na rede social Facebook, por meio de questionário on-line; 1 com o superintendente do programa municipal de Agricultura Urbana e 3 participantes de uma horta comunitária na Cidade Industrial.

Os dados coletados permitem observar três realidades distintas que compõem a agricultura urbana no município de Curitiba onde os atores transitam com seus conhecimentos e motivações. As questões abarcam aspectos relacionados a história de vida, como cidade de origem, tempo que vive em Curitiba, passado da família quanto ao trabalho no campo e tempo de moradia no bairro atual; dinâmica de trabalho, como tempo que mantém a horta, periodicidade do trabalho, pessoas envolvidas, plantas cultivadas, métodos de controle de doenças e insetos e fertilização; e sobre as motivações para a tal prática.

2.7. As políticas públicas municipais de agricultura urbana

De acordo com Edson Rivelino Pereira²⁵, superintendente do programa de agricultura urbana da secretaria de abastecimento do município de Curitiba, existem atualmente 1.306 hortas sendo atendidas, envolvendo 14.278 pessoas e ocupando uma área total de 80ha. Esta área está distribuída em hortas comunitárias em terrenos públicos, hortas comunitárias em terrenos particulares, hortas caseiras, hortas institucionais (escolas, centros comunitários e igrejas), hortas escolares e hortas de produtores rurais²⁶. Elas estão concentradas principalmente nos bairros ao sul da cidade, região com os menores índices de desenvolvimento social. O fato das

²⁵ Informação obtida por meio de entrevista em 04 de setembro de 2013.

²⁶ Embora não haja mais áreas rurais no zoneamento urbano, persistem na região sul da cidade 8 famílias cadastradas que vivem da produção agrícola.

ações de agricultura urbana no município se concentrarem nestas áreas reflete o alinhamento com as recomendações da FAO, as quais sugerem lançar mão da produção de alimentos na cidade com meio de garantir a segurança alimentar dessas populações.

As hortas comunitárias instaladas sob áreas de linhas de transmissão da empresa Eletrosul Centrais Elétricas S. A. estão localizadas no bairro Tatuquara. Neste bairro, a exemplo do que ocorre em outras regiões da cidade, algumas áreas de servidão já vinham sendo utilizadas por alguns moradores para o cultivo de hortaliças, sem nenhum comunicado à empresa. Em 2003, buscando regularizar e organizar tais áreas, a Eletrosul procurou a prefeitura, oferecendo os espaços para o desenvolvimento de um programa de agricultura urbana. Os lotes são concedidos aos moradores do entorno, o que corresponde atualmente a 170 famílias que estão distribuídas em 16 hortas. Cabe à prefeitura monitorar as atividades, oferecer assistência técnica e garantir o uso adequado das áreas. Segundo Pereira faz-se importante a presença contínua da prefeitura para evitar conflitos entre os moradores por invasão de áreas e acúmulo de lixo no entorno da horta. Nos momentos em que a frequência das visitas dos técnicos diminuiu, problemas deste tipo surgiram no local. As visitas são feitas uma vez ao mês, quando são distribuídas mudas e adubos orgânicos.

Porém, o objetivo do programa não é ser tutelar. Muitas hortas que iniciaram com a ajuda da prefeitura hoje são administradas pelos próprios moradores sem a necessidade de intervenção pública. Aquelas que estão instaladas em associações de moradores, escolas e centros comunitários gozam de plena autonomia, muitas vezes sendo visitadas pelos técnicos somente quando requisitados. Experiências em outras capitais brasileiras mostram que as comunidades e organizações da sociedade civil desenvolvem projetos com baixa dependência do poder público, bastando pequenas interferências, como a assistência técnica, para que a agricultura urbana se desenvolva de modo satisfatório (Santandreu e Lovo, 2007).

As entrevistas com o público das hortas comunitárias foram realizadas nos jardins Santa Rita e Paraná, bairro Tatuquara (FIGURA 10). Ali encontram-se 13 das 16 áreas do programa, contendo de 22 a 45 lotes cada uma. Cada lote é ocupado por uma família que dispõe de uma área que varia de 150 a 200m² onde podem ser cultivados hortaliças e chás. Há uma restrição ao cultivo de algumas culturas como milho e feijão e um ordenamento do plantio organizado pela prefeitura. Os cinco

Quanto à origem, as dez famílias responderam serem oriundas do interior do Paraná, sendo oito nascidas neste estado. A atividade agrícola fez parte da vida de todos, sendo que nove entrevistados já haviam trabalhado no campo enquanto adulto e apenas um migrado para a cidade ainda jovem, acompanhando os pais. O cultivo de alimentos tanto para autoconsumo como para comercialização fez parte da vida de todos os entrevistados, sendo esta a principal fonte de informação para a prática atual na horta. Apesar desta vivência, o retorno à atividade hortícola só ocorreu, para 80% dos entrevistados, com o início do programa municipal, alegando que com o pequeno lote residencial que possuem não foi possível construir uma horta. Apenas dois entrevistados já cultivavam na área particular, mas um deles abandonou a prática, pois acabou ocupando o restante do terreno com outra construção e apenas uma continuava cultivando também fora da horta comunitária. Este último chama a atenção pelo fato de também ter ocupado todo seu lote com construções, mas transferiu a horta para a frente de sua casa, junto à calçada da rua.

Isso mostra a forma como foram alocados os migrantes que ocuparam a região do extremo-sul da cidade, caracterizada por lotes bastante pequenos que, ademais, comportam muitas vezes mais de uma residência, como revela a figura 11. Desde a década de 1970 encontram-se na região moradias irregulares de grupos migrantes que vieram para Curitiba em busca de trabalho. Na década de 1980 o governo desapropriou 220 mil metros das terras do Tatuquara, área que pertencia a uma imobiliária. A colonização organizada ocorreu apenas a partir de 1993 com os projetos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT. Os lotes vendidos tinham entre 100 e 150m², restando pouco espaço livre para o uso com jardim ou horta (IPPUC, 2010).

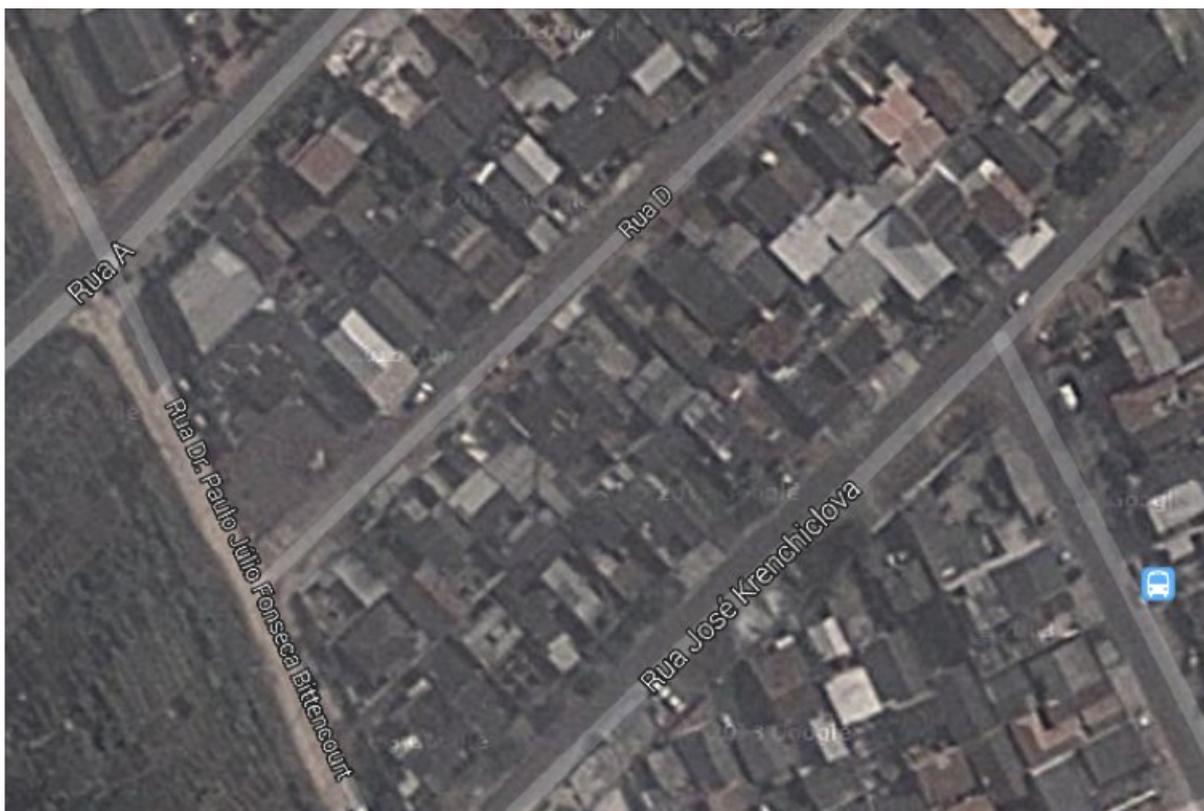


FIGURA 11: QUADRAS RESIDENCIAIS PRÓXIMAS À HORTA COMUNITÁRIA.
FONTE: IMAGEM DE SATELLITE DO GOOGLE MAPS, 2014.

Com relação as atividades exercidas, todos os entrevistados responderam que praticam alguma atividade remunerada. Resta então pouco tempo para dedicarem-se à horta, visitando-a principalmente no fim do dia, quando retornam do trabalho e fazem a rega, e nos fins de semana, quando podem dedicar mais tempo para a limpeza e cultivo. Porém, todos manifestaram que há muitos aposentados que possuem lotes, os quais dedicam mais tempo ao trabalho na horta. As atividades que demandam maior esforço, como o revolvimento do solo, calagem, aplicação de esterco e montagem dos canteiros é feita mecanicamente pela prefeitura, restando aos usuários apenas zelarem pelo espaço.

O relatório do IPES (2007) sobre o panorama da AU no Brasil aponta que de um modo geral nas hortas comunitárias fomentadas pelo poder público e ONGs o cuidado dos lotes é realizado por mulheres que não possuem trabalho formal remunerado, dedicando-se mais aos afazeres domésticos. Em sua maioria, tratam-se de famílias de baixa renda, que se beneficiam do cultivo tanto pela economia gerada quanto, em alguns casos, pela renda obtida com a venda de excedentes.

Outrossim, muitos aposentados encontram na horta uma ocupação, contribuindo como uma atividade terapêutica (COUTINHO, 2010).

Em 90% dos casos analisados há na horta comunitária o envolvimento de outros membros da família, como cônjuge, filhos, sobrinhos e cunhados. Isso se deve ao fato de em um mesmo terreno domiciliar residirem mais do que a família nuclear (pai, mãe e filhos), agregando outros familiares. Daí a frequente ocupação total do terreno com área construída, inviabilizando a horta domiciliar. Nota-se no bairro que normalmente há mais de uma casa em cada terreno. Apenas um entrevistado disse trabalhar sozinho, confessando que o filho lhe pede para plantar pimentas, mas sequer sabe onde é a horta. Há também o envolvimento de vizinhos. Uma vez que não há lotes para todos, alguns optam por dividir seu espaço com outra família.

A informação técnica sobre os meios de cultivo vem principalmente da prática anterior com agricultura. Nenhum dos entrevistados mostram preocupação com a procura por mais conhecimentos sobre algum assunto relacionado a prática. Os técnicos da prefeitura acabam sendo um meio recorrente para acessar novas informações, principalmente sobre agricultura orgânica. Todos os entrevistados trabalharam no passado com cultivos convencionais, utilizando agrotóxicos. A primeira experiência com uma agricultura orgânica foi na horta comunitária, porque há uma proibição do uso de herbicidas, inseticidas ou adubos químicos. Quando perguntados se realizam algum tipo de adubação, todos responderam que não é necessário, pois a prefeitura se encarrega de aplicar os adubos no momento de revirar os canteiros.

Estudos em outras regiões do país destacam o benefício de investir em aprendizado. A promoção da AU realizada por ONGs em Belo Horizonte, Florianópolis e Rio de Janeiro ocorreu por meio de intervenções em comunidades de baixa renda, oferecendo capacitação técnica sob os princípios da agroecologia. Embora muitos dos envolvidos tenham experiência rural, na maioria dos casos estão habituados a práticas agrícolas convencionais. Investir na formação dos envolvidos fortalece o vínculo comunitário, por promover atividades conjuntas, gera valorização pessoal, pois estes grupos estão sob a condição de exclusão social e propicia uma melhoria técnica do trabalho produtivo (ALMEIDA, 2004; ALVES, 2009; AQUINO e ASSIS, 2007).

Os resíduos orgânicos domiciliares são pouco aproveitados como fonte de nutrição do solo. Apenas um quinto dos entrevistados afirmou colocar cascas de frutas e legumes nos canteiros. Nenhum pratica a compostagem²⁷. Em apenas em um lote foi visto uma pequena pilha com os restos de cultura, para a humificação do material. A justificativa para o não uso dos resíduos domiciliares é o fato da prefeitura fazer a aplicação do esterco e pó de rocha, bem como a atração de vetores, como ratos, lesmas e cães. O coordenador do programa, quando perguntado sobre o uso de tais resíduos, disse não haver uma metodologia desenvolvida para o uso adequado, ficando a cargo de cada usuário utilizar ou não seus resíduos como forma de nutriente.

As publicações técnicas de incentivo a criação de hortas (manuais, cartilhas, vídeos, entre outros) preconizam a ciclagem dos resíduos orgânicos por meio da compostagem como uma fonte de nutrientes para o solo (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2008; CEPAGRO, 2009; MACHADO E MACHADO, 2002). Em Nairóbi, Quênia, as universidades de Copenhagen e Wageningen têm desenvolvido estudos sobre a eficácia da AU em ciclar os resíduos orgânicos domiciliares em sistemas de compostagem, utilizados posteriormente em hortas domésticas. Mas não é necessário ir tão longe para ver os benefícios da associação entre AU e manejo de resíduos. Em Florianópolis, o projeto Revolução dos Baldinhos, uma iniciativa da própria comunidade, tem conseguido manejar 5,6 toneladas/mês de resíduos orgânicos, transformados em composto e utilizado nas hortas comunitárias (FARIAS, 2010).

Os usuários das hortas públicas curitibanas que foram entrevistados vivem no bairro a mais de 15 anos, sendo os primeiros donos dos lotes onde moram. Os mesmos relataram que as torres de alta tensão já estavam ali antes da ocupação, e mesmo com as áreas livres, poucos foram os que a utilizaram para a produção de alimentos. Quando isso ocorria, não passavam de pequenas faixas próxima à rua. O maior uso destas áreas era para o despejo de resíduos não coletados ordinariamente pela prefeitura, como entulho e móveis. A vegetação espontânea que crescia ali criava esconderijos para usuários de drogas. Neste sentido, todos os entrevistados ressaltaram a mudança na qualidade ambiental do bairro com o programa das hortas, pois agora estas áreas são mantidas limpas e a frequente

²⁷ Técnica de decomposição de restos vegetais com o intuito de promover a humificação, disponibilizando nutrientes e matéria orgânica ao solo. Ver Howard, 2007.

presença de moradores inibe o retorno de práticas que degradem novamente aquele espaço. Os participantes relataram que o bairro está mais bonito e que mesmo os que não cultivam gostam da nova paisagem. Um dos entrevistados relatou que leva os visitantes que vão à sua casa para conhecerem a horta, que considera o seu jardim.

Valieri (2012) também aponta o contentamento da vizinhança com relação a melhoria ambiental que as hortas trouxeram para o bairro Tatuquara, onde 60% demonstraram o benefício ambiental. Mougeot (2000) ressalta que dentre as vantagens do incentivo da agricultura urbana está o cuidado com os espaços ociosos da cidade, evitando o uso ilícito, acúmulo de lixo e mantendo a limpeza destes locais. A deposição inadequada de resíduos nestes espaços pode acarretar a contaminação do solo, quando há substâncias tóxicas como tintas, acumuladores elétricos, plásticos entre outros, além do risco de ferimentos com objetos cortantes.

Sobre o papel das políticas públicas, todos os entrevistados manifestaram que, de outro modo provavelmente não estariam cultivando alimentos hoje, e se a prefeitura não seguir apoiando e organizando os trabalhos, creem que o programa poderia acabar. Neste sentido, nota-se uma grande dependência dessa comunidade em relação ao poder público por parte dessa comunidade, uma vez que sempre estiveram amparadas, desde a aquisição dos lotes residenciais, dos equipamentos públicos de assistência social e do apoio financeiro, sobretudo por meio do programa Bolsa Família. Trata-se de uma situação complexa uma vez que a assistência social a estas famílias parece necessária face às suas condições de vida, haja vista que o Tatuquara é um dos bairros mais pobres e também um dos mais violentos de Curitiba. Apesar de estar cercado de indústrias, a baixa escolaridade e qualificação técnica não habilitam os moradores a ocuparem as vagas disponíveis nas cercanias, conseqüentemente inibindo o desenvolvimento do comércio local (IPPUC, 2010).

Quanto à promoção da segurança alimentar, os entrevistados não aludem para necessidades alimentares urgente como motivação para participarem da horta. A renda familiar dos atendidos pelo programa, segundo Pereira, é em média de 2 a 4 salários mínimos e os entrevistados disseram que atuam na horta por prazer e não por necessidade. Mesmo assim, nota-se um impacto econômico significativo, pois todos disseram que reduziram suas despesas com alimentos depois de entrarem no programa, além de ganharem algum dinheiro com a venda de excedentes, em torno

de 70 a 100 reais. Parte desse recurso é destinada a para um caixa comum utilizado para a manutenção de cercas e sistema de irrigação.

Valieri (2012) e Ottman (2010) mostram que o programa de hortas comunitárias no Tatuquara trouxe uma melhoria de renda, principalmente pela economia gerada por redução da compra. A comercialização é muito pequena, tanto por causa da área disponível, quanto pela intenção expressa do programa e dos participantes, de garantirem o autoconsumo. Sendo assim, 60% do excedente produzido é doado para amigos, vizinhos e familiares. De modo geral, nota-se que há um grande excedente de alguns gêneros, como alface, rúcula e repolho. Estes vegetais são cultivados em número muito maior que a capacidade de consumo da família, ocupando uma área considerável da horta. Na ocasião da visita à horta, em setembro e dezembro de 2013, haviam apenas seis espécies sendo cultivadas, a metade das áreas estavam ocupadas com alface. Uma maior diversificação do cultivo poderia gerar um menor excedente de alguns gêneros, mas melhorar a dieta dos envolvidos no programa.

Nos termos em que opera o debate, é importante observar quem de fato é atendido pelos projetos de agricultura urbana existentes no país e se realmente esta população está sob situação de risco, constituindo público prioritário segundo o MDS. O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, pontua como uma de suas diretrizes a “promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional”. Os projetos vistos nos trabalhos acadêmicos levantados na bibliografia desta pesquisa, como os de Arruda (2006) e Lepper (2007), apresentam a AU como instrumento da promoção da segurança alimentar e nutricional, mas deve-se atentar para o que chamam de “baixa renda” e qual a disponibilidade que possuem para acessar alimentos por outros meios que não o cultivo direto.

O decreto nº 6.135/2007 define família de baixa renda aquela que possui um rendimento familiar mensal de meio salário mínimo *per capita* ou renda familiar mensal total de três salários mínimos. Já o programa Fome Zero classifica família de baixa renda em dois grupos: extremamente pobres, com rendimento *per capita* de até setenta reais; e pobres, com renda *per capita* entre setenta reais e um centavo até cento e quarenta reais. Nos trabalhos consultados, não há referência em termos de valores médios, apenas apresentam o público como de baixa renda, ficando difícil

saber se ocorre o mesmo que em Curitiba, onde os atendidos não são aqueles que estão em situação de insegurança alimentar, próximos da linha da pobreza, público alvo segundo a FAO e o MDS (FAO, 1999; BRASIL, 2012).

A exemplo, a prefeitura de Curitiba, por meio do programa Família Curitibana vem trabalhando com a população em situação de vulnerabilidade social, utilizando os recursos disponíveis no programa federal Fome Zero e do Fundo Municipal de Assistência Social. O público prioritário são famílias com rendimento inferior a setenta reais *per capita*. Uma integração entre todas as secretarias do município compõe este programa, atuando em diversas frentes com o intuito de retirar as famílias de tal situação. A ação ocorre durante dois anos, tempo em que as famílias conseguem ascender a um nível mais elevado de segurança social. A SMAB tem participado deste trabalho fornecendo crédito no Armazém da Família. Ademais, a secretaria também realizou em 2001 um trabalho específico de estímulo à agricultura urbana entre essa população, mas a adesão foi pequena e atualmente não há registros de famílias deste perfil inclusas no programa de AU. Este fato mostra a razão das hortas comunitárias serem utilizadas por famílias com melhor condição econômica, revelando que a AU não necessariamente corresponde, na perspectiva de quem faz, a uma estratégia de segurança alimentar para as populações mais vulneráveis. A rigor, esta é uma dificuldade que não é específica às políticas de AU, uma vez que outros programas com foco na segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar, também tem revelado as dificuldades interpostas para que o Estado chegue até essas populações (Coradin e Niederle, 2012).

Segundo o superintendente, o Programa Municipal de AU têm outro enfoque principal. Enquanto o mote da maioria programas de AU no país, inclusive do próprio MDS, é o acesso ao alimento e a geração de renda – ponto fundamental nas discussões sobre segurança alimentar e nutricional –, a prefeitura de Curitiba tem ampliado seus objetivos e utilizado a AU como ferramenta de promoção da educação ambiental e uso terapêutico. Com efeito, 80% das escolas municipais recebem atendimento técnico para o manejo de hortas. Igrejas, centros comunitários, associações de moradores, ONGs e unidades de saúde também são atendidos, totalizando 129 instituições.

Sobre as motivações, todos os entrevistados responderam que sentem prazer em desenvolver a atividade. Cerca de 70% responderam que a horta remete a representações sobre sua vida no campo e que apesar desta atividade passada não ter possibilitado a permanência na terra, recordam-na com nostalgia. A lembrança mais citada é a “fartura que a terra dá”. Embora a produção não fosse suficiente para gerar a renda necessária, o básico para subsistência sempre foi garantido pelo trabalho da família no quintal, gerando uma grande diversidade alimentar. Apenas um entrevistado relatou que enfrentava muitas necessidades de abastecimento alimentar, pois não tinham a propriedade da terra e a relação com o empregador era abusiva, pagando baixos salários e servindo de atravessador dos produtos vindos da cidade, como roupas, produtos de limpeza a higiene e alimentos, repassando a preços altos que mantinha a família com uma constante dívida com seu empregador.

Este dado corrobora com os estudos sobre processos migratórios do campo para a cidade. Lima (1995) e Oliveira e Oliveira (2011) apontam como um dos motivadores da migração a possibilidade de melhorar a renda executando uma atividade menos exaustiva. A ideia de que o trabalho no campo é mais custoso fisicamente que o urbano e que os salários da cidade são melhores que no campo prevalece na geração de justificativas dos migrantes. A imagem da cidade como um centro desenvolvido que oferece aos seus habitantes uma qualidade de vida melhor cria critérios de comparação que colocam as qualidades do campo em desvantagem frente à cidade, principalmente no que se refere ao acesso aos bens de consumo.. Cabe aqui a transcrição de uma das entrevistas para exemplificar a mudança de valores desta população. Quando perguntado sobre a razão da migração, um dos agricultores urbanos entrevistado responde:

Naquela época, eu era meeiro, plantava algodão para meu patrão lá em faxinal. Como era longe de tudo, o patrão comprava pra mim as coisas na cidade e depois descontava do salário. Não sobrava quase nada, a lavoura dava pouco e tudo que vinha da cidade era caro. A vida era difícil ali. Uma vez meu cunhado veio visitar a gente, ele morava aqui em Curitiba já tinha uns quatro anos. Daí levou minha mulher pra ficar uns dias com a mãe na cidade e quando voltou disse que eles estavam bem. Tinham uma casa, emprego, eletrodomésticos. Perguntei se achava que estavam melhor do que a gente, ela disse que sim. Daí falei: mulher, vamos embora também? Ela

aceitou, juntamos nossas coisas e viemos para Curitiba. (Entrevista com agricultor urbano em Curitiba. Pesquisa de Campo, 2013).

A relação com a geração de renda foi um fator determinante, outros critérios de subsistência e bem estar estando sujeitos a este. Ao perguntar se passavam dificuldades de suprir as necessidades alimentares, apareceram outras fontes de riqueza deixadas em segundo plano:

Fome a gente não passava. Tinha muita coisa no quintal: mandioca, feijão, muita fruta. Sempre tinha galinha para matar e bastante ovo. De vez em quando, ajudava os vizinhos a matar um porco ou um boi e voltava com carne pra casa. A terra é generosa, não deixa a gente na mão. Isso não dá pra reclamar, comíamos melhor lá do que aqui e os vizinhos de lá eram mais generosos que na cidade. Era bom viver no sítio, só não dava dinheiro (Entrevista com agricultor urbano em Curitiba. Pesquisa de Campo, 2013).

Nota-se que a mediação das necessidades e os valores domésticos mudam, criando as motivações para a migração. A produção é substituída pela vontade de consumo e a riqueza da casa é medida pelos bens e não pelo suprimento das necessidades básicas. Este entrevistado não possuía a propriedade da terra, fator que agrava a condição de insegurança e dependência do empregador, mas relatou que tinha a possibilidade de voltar para a terra dos pais, pois havia muita área para pouca gente.

Ainda sobre as motivações, todos responderam que a horta é um meio de obterem alimentos sem agrotóxicos. Não há nas proximidades uma feira de alimentos orgânicos e mesmo que houvesse, relataram que o alto custo dos produtos inviabilizaria o consumo. O conhecimento sobre os riscos dos agrotóxicos emergiu, sobretudo, com a mídia e com a escola, neste caso a partir das informações trazidas pelos filhos e netos. Quando agricultores rurais, utilizavam fertilizantes químicos, herbicidas e inseticidas e relataram não saber que os riscos a saúde eram tão altos. Hoje associam a doença de amigos e familiares que trabalham no campo com a exposição contínua a tais insumos químicos e se veem satisfeitos por poderem cultivar de forma orgânica. O frescor das hortaliças também foi apontado por todos os entrevistados como motivador, pois no supermercado os vegetais encontrados geralmente estão “passados e sem sabor”.

Nota-se na fala dos entrevistados que estes se sentem orgulhosos do seu trabalho e valorizam os frutos colhidos. A valoração não é monetária, pois todos vendem seu excedente a preços iguais ou até menores que o praticado no comércio local. O valor está na autonomia, no “orgulho de ver a planta crescer”, de “ver a satisfação dos que levam as verduras para casa”, de “saber que está comendo um alimento limpo, sem veneno”, utilizando as expressões de alguns entrevistados.

Outro motivador apontado por pela metade dos entrevistados é a ocupação do tempo. A atividade na horta é observada como diletante, pois preferem passar o tempo livre cultivando hortaliças do que se entretendo com atividades não produtivas. Nas palavras de um entrevistado, *“cuidar da horta é melhor do que passar o fim de semana na frente da televisão”*. Durante a pesquisa de campo, notamos que nas ruas ao redor da horta permanecem muitos jovens ouvindo música com seus celulares ou simplesmente conversando em pequenos grupos. Foi encontrado apenas um jovem trabalhando na horta e ainda a pedido de sua mãe. Ele próprio diz não gostar tanto da atividade, mas se dispõe a ajudar. Segundo os entrevistados, não há jovens trabalhando regularmente na horta. A participação é pequena, suprimindo a falta de um membro da família quando este não pode comparecer para fazer a rega, por exemplo.



FIGURA 12: agricultor urbano na horta comunitária do Tatuquara.
Fonte: o autor.

Em suma, a partir deste pequeno recorte da ação pública na promoção da AU no município de Curitiba encontra-se uma intervenção que permitiu aflorar na população atendida um desejo latente, que mostrava seus sinais nas diminutas e esparsas hortas domiciliares e nos poucos moradores que ousaram fazer uso de um espaço particular ocioso. A sensibilidade do poder público de perceber a vocação da sua AU – a educação ambiental e atividade terapêutica – propiciou o surgimento de outra manifestação, qual seja, o resgate da atividade produtiva para o autoconsumo, tão presente entre as famílias camponesas no passado e no presente (GRISA, 2007).

De outro lado, as necessidades para operacionalizar um programa que mobiliza tantas pessoas e que utiliza uma área particular exige algum tipo de controle, o que dificulta o aprendizado da comunidade em encontrar soluções para seus problemas, como a rotatividade das famílias, deveres e direitos e colocar limites entre os participantes e não-participantes. Entende-se que a própria cultura de dependência faz com que as iniciativas surjam da parte do poder público, mas deve-se ressaltar que sem o desejo da comunidade em participar e contribuir com a construção desse programa, o mesmo talvez não teria obtido êxito.

2.8. Agricultura urbana e ação política

Este grupo pesquisado constitui-se de cidadãos que praticam a agricultura urbana como uma das estratégias para comunicar sua insatisfação com o sistema agroalimentar atual e a degradação ambiental provocada pelas relações de produção e consumo. Eles foram localizados por meio de questionários em lojas de insumos agrícolas, visitas nas residências e por meio de questionário on-line circulado no grupo “agricultores urbanos de Curitiba”, na rede social Facebook. Foram obtidos ao todo 128 informantes, 63 por via eletrônica utilizando-se de questionário e 65 em entrevistas presenciais.

O critério para alocar os entrevistados nesta categoria foi a intencionalidade com que praticam o cultivo. As respostas que indicavam um movimento pessoal frete à resolução de algum problema social foram consideradas ações políticas,

assim como fizeram Portilho (2009) ao definir os consumidores politizados e Comaseto et al. (20011) com os defensores do anticonsumo. As práticas e justificativas que serão apresentadas abaixo remetem às discussões sobre soberania alimentar, termo utilizado por alguns dos entrevistados.

com relação à origem, metade dos agricultores urbanos desse grupo são naturais de Curitiba, 42% vieram de outros estados e apenas 8% são originário do interior do Paraná. Por sua vez, 58% possuem entre vinte e quarenta anos, o que mostra que este público é bastante jovem. A maioria dos entrevistados nasceram na capital paranaense entre as décadas de 1970 e 1980. Esta época coincide com o período de maior migração da população rural para as áreas urbanas no Paraná, o que poderia indicar um passado rural na família, mas não é o caso. Com efeito, 38% dos informantes não possuem experiência agrícola anterior na família e o mesmo percentual apresentou uma experiência que remonta somente ao tempo dos avós. Apenas 24% dentre esse grupo tiveram os pais vivendo no campo, possíveis vítimas da revolução verde que gerou o esvaziamento da área rural.

Este público está bem distribuído na cidade, vivendo em bairros com melhores índices de desenvolvimento humano e renda familiar média entre 5 e 15 salários mínimos, segundo os dados do IPPUC (2010). Segundo a atividade profissional atual ou anterior, possuem ensino superior, 76% estão no mercado de trabalho, 17% são estudantes e 7% são aposentados. Sobre o tipo de moradia, 75% vivem em casa, 14% em apartamento e 11% em chácara na área urbana. O espaço disponível destes agricultores urbanos é bem diferente daqueles encontrado entres os agricultores urbanos no bairro Tatuquara (seção anterior). Neste caso, as hortas estão no quintal da casa ou na varanda do apartamento. A Figura 13 mostra uma quadra do bairro Santo Inácio, regional Santa Felicidade. Nota-se que em todas as casas há áreas livres onde é possível cultivar plantas, mesmo que as áreas sejam pequenas e tenham pouca insolação por causa das construções.

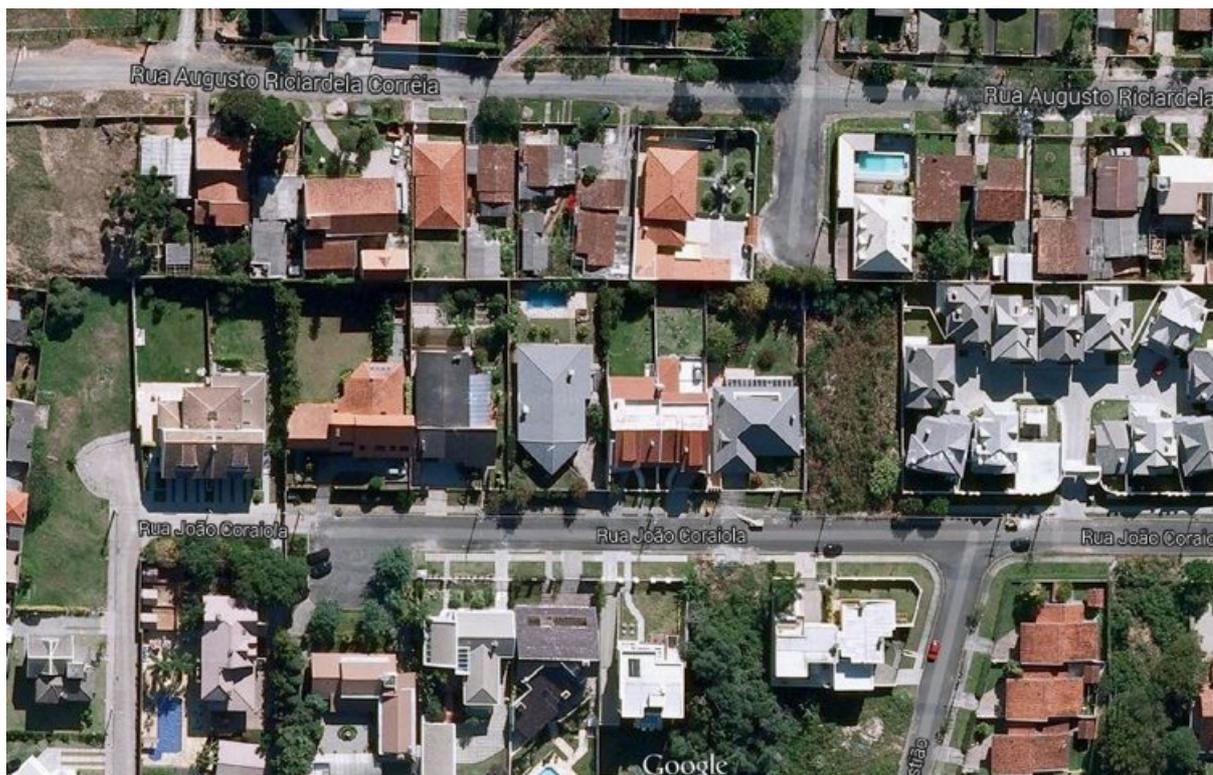


FIGURA 13: Quadra residencial no bairro Santo Inácio.
Fonte: imagem de satélite do Google Maps, 2014.

As hortas cultivadas por este público apresentam, em média, entre dez e trinta metros quadrados, ocupando cerca de 10% da área total do lote. O tempo dedicado ao cultivo é de uma a três horas por diárias, em média três vezes por semana. Chama atenção a diversidade cultivada em áreas tão pequenas. Os entrevistados listaram no mínimo oito espécies, a maioria perenes, como temperos. Alguns conseguem obter uma diversidade maior, como um agricultor urbano do bairro Atuba que, em uma área de doze metros quadrados, cultiva, entre perenes e estacionais, 23 espécies. Em áreas tão pequenas e com tamanha diversidade, o excedente é mínimo. Mesmo assim, os entrevistados relataram que compartilham a produção com familiares e vizinhos. O trabalho em 50% dos casos é feito por uma única pessoa, na outra metade agregam-se familiares do mesmo domicílio e amigos.

Lembrando que não há neste público um conhecimento prévio de agricultura, o aprendizado sobre o cultivo vem da experiência dos familiares, apontado por 32% dos entrevistados. Este dado mostra que mesmo não havendo uma origem agrícola na família, os familiares das gerações anteriores já utilizavam seu quintal urbano para produzir alimentos, ratificando a ideia da casa como um centro de produção conforme apresentado por Silva (2004) e Oliver (2012). Outras fontes de informação

sobre as técnicas agrícolas são a internet (52%), amigos (24%), cursos e livros (15%).

Sobre o tempo em que praticam AU, 25% possuem horta a menos de um ano, 43% entre um e cinco anos, 14% entre seis e dez anos e 18% a mais de dez anos. Os que vivem a menos de um ano na atual moradia, iniciaram sua horta no momento em que chegaram. Dentre aqueles que estão no mesmo domicílio de um a dez anos, 75% montaram sua horta nos últimos cinco anos, período que coincide com o aparecimento da AU na mídia e seu uso mais intensivo na educação ambiental e alimentar nas escolas, como mostrado no capítulo 2.

Quanto à fertilização, apenas um entrevistado disse utilizar produtos químicos e um não utiliza nenhum tipo de fertilização. 77% praticam a compostagem dos resíduos orgânicos domiciliares para nutrir o solo e 9% faz uso de esterco de aves. 9% utilizam outras fontes de fertilizantes orgânicos, como fosfatos, calcário, cinza e adubos verdes. Nota-se, portanto, que a AU tem se consolidado como uma prática que lança mão de recursos locais, como os resíduos alimentares domiciliares e privilegiando um manejo orgânico (GLIESMAN, 2009).

Sobre as motivações, todos apontaram preocupações com a saúde como um estímulo ao cultivo, sobretudo no que diz respeito à ingestão de agrotóxicos presentes nos alimentos produzidos no sistema convencional. Esta preocupação também foi encontrada na horta do Tatuquara, mostrando que as discussões sobre o uso excessivo de agrotóxicos têm atingido diferentes camadas da sociedade. Mesmo com uma produção pequena, estes agricultores urbanos se sentem contentes por reduzirem minimamente a compra de produtos convencionais. Acompanhando as postagens feitas no grupo “agricultores urbanos de Curitiba”, nota-se que há muitas publicações contrárias a agricultura química e a produção de transgênicos e um grande apreço pelos princípios agroecológicos.

Para 35% dos entrevistados, cultivar alimentos é uma tarefa prazerosa. Dentre os relatos mais presentes os entrevistados sustentam que “ver a planta crescer”, “colher um alimento fresco”, “relaxar na horta depois de um dia de trabalho” são motivadores para manter um jardim produtivo. Se para o primeiro grupo relatado na seção anterior, existe uma relação de nostalgia em relação à prática passada na área rural, para estes trata-se antes de tudo de uma descoberta, um aprendizado, já que o cultivo não fazia parte da atividade anterior. Enquanto os agricultores urbanos do Tatuquara falavam com naturalidade das suas motivações, este segundo grupo

se mostrou muito mais emotivo ao relatarem sua experiência. Os gestos, as palavras e a entonação dão a entender que o aprendizado gera prazer.

Esta relação de apego com o ambiente natural gerada tanto em quem tem um histórico de trabalho com a terra como entre quem descobre a agricultura urbana ou a jardinagem como atividade geradora de prazer pode ser chamada de *topofilia*, definida por Yi-Fu Tuan (1980, p. 107) como

Um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, a água, a terra. Mais permanentes e difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

Embora a cidade seja um espaço que tenda a afastar a relação humana com o meio natural, por causa da composição espacial artificial, é evidente a sensação de conforto que os urbanos sentem diante de uma paisagem natural. A busca de áreas de repouso no litoral ou em áreas rurais, por mais que, não raro, estes espaços turísticos tenham toda a infraestrutura que reconstitui um ambiente urbano (casas, móveis, veículos, conforto ambiental, entre outros), a própria paisagem da praia, do campo ou de uma floresta produz uma sensação de conforto em quem busca estes ambientes uma sensação de conforto, mas não ao ponto de se tornar um lugar para se viver.

Não obstante, quando ocorre uma aproximação emocional mais intensa, como se observa nos agricultores urbanos, um outro sentido pode ser dado a esta relação. Utilizando novamente as palavras de Tuan (1980, p. 107), “ a topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”. E é neste sentido simbólico que parece repousar a relação dos agricultores urbanos com suas hortas, como relatou um entrevistado

:

“O cultivo dos alimentos que consumimos nos faz refletir sobre o ganho que temos ao saber a origem daquilo que ingerimos, além do trabalho com a terra ser altamente gratificante. De como podemos

manejar esta terra para produzir bons frutos. É prazeroso ver brotar algo que um dia era apenas um tomate estragado, o qual certamente iria para o lixo. E depois poder acompanhar a evolução das plantas, de como elas se adaptam ao espaço, além da alegria de chegar em casa e ver uma planta que floresceu após um cansativo dia de trabalho. É assim que cada vez mais quero viver e dedicar os meus dias para viver com mais qualidade” (Entrevista com agricultor urbano em Curitiba. Pesquisa de Campo, 2013).

Uma outra motivação apontada é o aspecto relacional, ou seja, a construção de sociabilidades. Para 9% dos entrevistados deste grupo, encontrar outros agricultores urbanos e inspirar amigos, vizinhos e familiares a cultivar algum alimento é parte da sua ação. Esta intencionalidade demonstra uma ação política, pois percebendo os benefícios da sua prática, avançam em ampliar o contingente de atores envolvidos na “causa”. A mesma intencionalidade é encontrada nos consumidores politizados, estudados por Portilho (2009). São cidadãos que exercem um ativismo no seu ato de compra e mobilizam outros em torno da relação produção-consumo.

A diferença mais marcante entre os o movimento de consumidores e a AU está na maturidade. As discussões em torno do consumo já estão bastante avançadas, havendo não somente uma organização da sociedade civil, mas também áreas das ciências – como a sociologia, a economia e a comunicação – que se debruçam sobre o tema produzindo conhecimentos que retroalimentam o movimento. A AU brasileira ainda carece ainda tanto de grupos organizados da sociedade civil como da observação acadêmica de diferentes campos da ciência que analisem este fenômeno com um panorama mais amplo.

O fato de uma parcela do grupo pesquisado apontar uma motivação pela reunião dos praticantes aponta para a necessidade de haverem espaços de encontro para estas pessoas, não somente virtuais, como já vem ocorrendo no grupo mencionado da rede social Facebook. Em Curitiba, foram encontrados durante o período desta pesquisa cinco lugares onde alguns destes agricultores urbanos se encontram. Duas delas são institucionais: um clube de campo que disponibiliza uma área para os sócios produzirem hortaliças e uma feira e encontro de agricultura urbana que ocorre nas dependências da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, uma iniciativa da Associação Casa da Videira em parceria com a universidade.

As demais são iniciativas da sociedade civil: um dos entrevistados afirma participar de uma horta comunitária no bairro Boqueirão, localizada na casa de um amigo que compartilha seu espaço. Há uma outra horta comunitária em um terreno baldio particular no bairro São Brás, esta cuidada pelos moradores do entorno e uma terceira começa a se formar em uma área pública no bairro Batel. Esta última demonstra com maior intensidade a ação política da AU: a área ocupada é o bosque municipal da Casa Gom, que vem sendo desmatado para a construção de uma rua que servirá de acesso apenas a um shopping. Os moradores do bairro se mobilizaram, angariaram mais adeptos por meio das redes sociais e ocuparam o espaço, montando sobre o traçado da via hortas e jardins, como mostra a figura 14. O efeito neste caso é mais simbólico que produtivo, por os atores o fazem reprimindo o projeto do shopping e menos buscando produzir alimentos, demonstrando um forte valor político na ação.



FIGURA 14: jardim com flores e ervas aromáticas sobre a obra da rua no bosque Gom.

Fonte: página do movimento no Facebook, 2014.

As questões ambientais também apareceram como motivadoras da prática para 13% dos entrevistados. A principal contribuição da AU para o meio ambiente, segundo os relatos, está associada ao manejo dos resíduos orgânicos, já que quando são utilizados como fonte de nutriente para o solo, os mesmos deixam de ser depositados no aterro sanitário, aumentando a vida útil deste depósito.

Um rápido cálculo pode mostrar a eficiência dessa forma de manejo. Segundo Melo et al. (2009), a produção de resíduos sólidos por habitante em Curitiba é de 0,613 kg/dia. Destes, 47,9%, ou seja, 0,293 kg são de natureza orgânica, passíveis de serem reciclados por processos de compostagem. Considerando a população média de três habitantes por domicílio (IPPUC, 2000), tem-se 0,879 kg/dia de resíduos orgânicos por domicílio, 26,370 kg por mês. Multiplicando este valor pelos 99 agricultores urbanos que responderam praticar a compostagem, tem-se 2.610,630 kg de resíduos orgânicos por mês que deixam de entrar no aterro sanitário.

A compostagem é uma prática bem consolidada. As formas de fazê-lo são as mais diversas: enterro diretamente na horta, deposição em um buraco no quintal mantendo o material coberto com terra. Dentre as técnicas de superfície, apareceram o amontoamento em pilhas e canteiros de compostagem. Há também relatos de compostagem sendo realizados em recipientes fechados, como baldes e caixas plásticas. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305/10 prevê o uso da compostagem para a gestão dos resíduos orgânicos. Algumas experiências em maior escala já tem surgido por parte de prefeituras e empresas, como ocorre na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo. Ali, são processados 380 toneladas de resíduos sólidos totais. Da fração orgânica compostada, obtem-se diariamente em torno de sessenta toneladas de composto orgânico apto para a agricultura (Andrade, 2010).

Em Curitiba, apenas uma pequena fração das podas realizadas nas árvores das vias públicas e parques são utilizados para a compostagem. Não foram encontrados até este momento em nenhuma parte do país políticas públicas que estimulem a prática da compostagem domiciliar, ato que poderia contribuir para a gestão dos resíduos orgânicos da cidade.

Outras contribuições ambientais mencionadas foram a redução das emissões de carbono, uma vez que não há a necessidade de transporte, manutenção de áreas de drenagem, evitando enchentes, oxigenação da cidade e conservação do solo. Estas respostas mostram que este público está atento às discussões que ocorrem atualmente sobre os problemas gerados na cadeia produtiva de alimentos e nos dilemas do crescimento urbano e que sua atitude de cultivar alimentos na cidade é uma resposta cidadã e, portanto, política.

O crescimento da AU não é uma exclusividade curitibana. Em outras cidades brasileiras nota-se ações de AU, tanto por parte do poder público e ONGs promovendo a segurança alimentar e nutricional, quanto de cidadãos politizados, que fazem desta prática um ato político. Na cidade de São Paulo encontram-se algumas experiências que exemplificam esta ação. Assim como em Curitiba, a cidade conta com hortas comunitárias na periferia, em áreas de servidão das linhas de transmissão de energia elétrica. Estas iniciativas são desenvolvidas por ONGs, como a Cidades sem Fome, criando hortas comunitárias, escolares e apoiando pequenos agricultores que permanecem na área urbana. A prefeitura da cidade conta com um programa municipal de AUP, atendendo escolas, centros de saúde, associações de moradores e ONGs, a exemplo do que ocorre em Curitiba. A Universidade de São Paulo desenvolve um projeto de extensão em AU, fornecendo capacitação para os interessados em manejar hortas domésticas²⁸.

Ao mesmo tempo, surgem iniciativas da sociedade civil, criando hortas comunitárias em bairros mais nobres, como a Horta das Corujas, na Vila Madalena. Em 2011 duas jornalistas e pesquisadoras de agroecologia, Tatiana Achar e Claudia Visoni, fizeram uma oficina de AU no The Hub, reunindo cerca de cinquenta pessoas. Para manter o contato e a discussão sobre o tema, foi criado o grupo Hortelões Urbanos, no Facebook, que um ano depois já contava com 1.200 participantes. O desejo de sair do virtual e ter um espaço de cultivo mais generoso, pois muitos não dispunham de espaço nas suas residências, fez surgir a ideia de buscar uma área para a montagem de uma horta comunitária. Muitos dos interessados viviam na Vila Madalena e manifestaram o desejo de ocupar parte de uma praça do bairro com uma horta comunitária, ação autorizada pela prefeitura. Em 17 de julho de 2012, vinte e cinco pessoas deram início à Horta das Corujas, que hoje conta com 45 membros. Desde então, outras hortas com o mesmo propósito foram criadas, como a do Ciclista, em plena avenida Paulista e a da vila Pompéia²⁹.

A motivação dos participantes destas hortas, vistas nas matérias jornalísticas, mensagens no grupo do Facebook e vídeos disponíveis na internet, parecem apontar para as mesmas encontradas em Curitiba: cuidados ambientais, rejeição da cadeia produtiva de alimentos, busca por alimentos mais saudáveis e a

²⁸ Informações coletadas nos sites dos proponentes em 25 de março de 2014.

²⁹ Informações coletadas no blog da horta das corujas em 25 de março de 2014.

comunicação do seu ato, afim de catalisarem outras pessoas, dando a estas iniciativas um caráter de ação política.

2.9. Agricultura urbana e prática vernacular

Este grupo caracteriza-se por agricultores urbanos que trazem na sua história de vida conhecimentos empíricos sobre o cultivo de alimentos, mantidos ativos por mero hábito, sem as intenções primeiras relacionadas à segurança alimentar, soberania alimentar ou ação política, seja ela pública ou civil, embora conjuguem estes elementos. Estes atores foram encontrados em diferentes espaços e com realidades socioeconômicas diversas, por meio de entrevistas realizadas nos bairros Mossunguê, São Bráz, e Cidade Industrial, com o mesmo questionário utilizado no bairro Tatuquara.

Quanto à origem, todos são paranaenses, 22% curitibanos e 78% oriundos do interior, migrados entre 1964 e 2004. Em relação à faixa etária, 78% têm mais de 50 anos, sendo a menor idade encontrada 32 anos. Para 22%, a família vive na cidade desde a geração dos avós, sendo que para 78%, os pais ainda viveram no campo. Chama atenção que todos os curitibanos responderam terem trabalhado na agricultura, e não viviam nas últimas áreas urbanizadas da cidade, na região sul. Um deles cresceu em uma das principais avenidas do bairro Portão, a Presidente Kennedy. Os demais viveram nas proximidades do parque Barigui, fronteiro à regional Santa Felicidade.

Sobre a atividade econômica, 44% estão no mercado de trabalho, e 56% estão aposentados ou são donas de casa, mostrando de a AU, como mostram os trabalhos de Michelin (2011) e Arruda (2006), é uma atividade comum entre os idosos e mulheres que não trabalham fora do domicílio. Ademais, 57% já exerceram atividade agrícola no passado, inclusive os nascidos na capital. Mais uma vez nota-se a dificuldade de manter-se no campo levou muitos a substituir a agricultura por trabalhos pesados na cidade, como a construção civil, ocupação inicial apontada por alguns dos entrevistados.

As hortas estão instaladas nas residências em 90% dos casos, dividindo espaço com o jardim. Os demais ocupam terrenos baldios particulares, uma em área de linha de transmissão e uma ao lado estabelecimento comercial de um dos entrevistados. Este último chama a atenção, porque se trata de um bar e funciona como uma pequena horta comunitária, pois os clientes também se servem dela. Neste grupo, o trabalho é realizado em 56% dos casos com a ajuda de familiares e amigos, ao passo que 44% responderam trabalhar sozinhos.

Entre os membros que ajudam nas atividades da horta, 90% tem mais de quarenta anos. Isso mostra que a atividade não tem atraído os jovens, causando uma descontinuidade da tradição familiar de cultivar alimentos no quintal. Quando perguntados se os filhos que já não residem no domicílio possuem horta, todos responderam negativamente. Esta situação é avessa àquela encontrada no grupo anteriormente descrito, onde predominam jovens agricultores urbanos. Por alguma razão, nem a mobilização em torno da AU, tampouco a experiência familiar, estimulam estes jovens a se envolverem a atividade de produção agrícola doméstica. Esta indagação permanece aberta, pois não foi objetivo desta pesquisa investigar este aspecto.

O aprendizado inicial veio com a família, mostrando que mesmo aqueles que disseram não ter origem familiar no campo, viveram uma experiência de agricultura urbana no passado. De modo geral, não há uma busca por informações que podem ajudar a melhorar o manejo, apenas um entrevistado afirmou consultar a internet e dois costumam assistir programas relacionados à produção agrícola na televisão. Nas áreas domésticas, as principais culturas são ervas medicinais e temperos. Dentre as hortaliças, aquelas mais comuns são as folhosas. Nas áreas maiores, fora do domicílio, a diversidade é maior e a produção muito além do que a família pode consumir. Sobre o excedente, todos disseram que primeiramente doam para amigos, familiares e vizinhos. Quando ainda resta algo, é comercializado diretamente na horta ou no comércio local.

Nota-se aqui que não há uma intensão de gerar renda, mesmo entre aqueles que plantam em uma escala maior. Todos disseram ter uma vida financeira confortável e que o cultivo não é realizado por necessidade, mas por prazer, ressaltando que a geração de renda, tão defendida nas propostas de AU, não está alinhada com os principais objetivos dos praticantes. Arruda (2006), descrevendo a experiência de AU em Campinas, São Paulo, que tem como um dos eixos a geração

de emprego e renda, verificou as dificuldades de se desenvolver um trabalho voltado para essa perspectiva. Os gestores do projeto relataram a dificuldade de envolver as famílias que estão na linha da pobreza, público prioritário do programa Fome Zero. Segundo o autor, o interesse desse público por atividades de produção de alimentos é baixo, situação que também foi verificada em Curitiba.

Sobre os cuidados com a horta, 80% fazem adubação orgânica, utilizando terra preparada e esterco de aves comprados em agropecuárias e/ou utilizando resíduos orgânicos domésticos. Os resíduos alimentares são depositados diretamente nos canteiros. Não foi encontrada a prática da compostagem de maneira mais técnica, utilizando locais apropriados dentre estes agricultores. Em apenas um dos casos, o resíduo orgânico doméstico não é utilizado, sob a alegação de atrair cães, mas a família coleta cascas de feijão de uma beneficiadora de alimentos no bairro, depositando-as em composteiras. A adubação da horta é garantida com este composto e calcário.

Fertilizantes químicos e pesticidas são utilizados por 20% dos entrevistados, relatando que não creem que tais produtos façam mal a saúde desde que se respeite o período de carência. Para estes, foi perguntado se já ouviram falar dos malefícios à saúde que os agrotóxicos podem causar. Todos revelam algum nível de conhecimento do assunto, mas acreditam que o uso controlado e pequeno não pode causar danos.

Nolasco (2009) mostra que os agricultores urbanos de Juiz de Fora também fazem uso de produtos químicos para adubação e controle de pragas e doenças. A maior concentração de usuários está entre aqueles que cultivam para comercialização, uma vez que o município possui ainda alguns vazios na malha urbana que propicia áreas maiores de produção. Estes produtos contaminam não somente os vegetais, mas também o solo e a água que em vários locais já se mostrou, por meio de análise laboratorial imprópria para o consumo.

Foram encontradas diversas plantas alimentares tradicionais, como couves, ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata*), cará-moela, muricato e beldroega (*Portulaca oleracea*). O que caracteriza estas plantas como tradicionais ou não-convencionais é seu cultivo doméstico e o fato de não estarem organizadas enquanto cadeia produtiva, permanecendo em nível local e principalmente para o autoconsumo. Outra prática encontrada entre estes agricultores urbanos é a produção de sementes e manutenção de mudas daquelas variedades que não florescem no ambiente

curitibano. Eles fazem a seleção massal³⁰ das culturas produzidas para manter a qualidade genética das espécies e compartilham com familiares e vizinhos. Apesar de haver muitos estabelecimentos que comercializam sementes nos bairros pesquisados, estas pessoas preferem fazer sua própria reprodução vegetal, como justifica um dos entrevistados:

“Quando a semente vem de outro lugar não dá tão bem, porque ela não está acostumada com o meu quintal. Se pego dos vizinhos, tudo bem, porque estamos perto e a terra é mais ou menos igual. Eu olho qual é a mais bonita e essa deixo ali até que produza a semente. Muita gente nunca viu uma flor de alface, não sabem como é bonita as flores das verduras” (Entrevista com agricultor urbano em Curitiba. Pesquisa de Campo, 2013).

Aqui percebe-se a contribuição para a manutenção da agrobiodiversidade que a AU propicia. O mercado de sementes está constantemente desenvolvendo cultivares que prometem maior produção com menor dedicação, ou seja, que têm um manejo mais fácil que sua antecessora. Com esta corrida de melhoramento genético, muitas espécies e cultivares deixam de ser mantidas, caindo no esquecimento ou até mesmo em extinção (FAO, 2004). A família que tem na agricultura seu meio de sobrevivência, hoje cada vez mais circunscrita ao ganho monetário, tende a optar por plantas que lhe garantam um melhor retorno financeiro, abandonando até mesmo a prática da autoprodução de sementes.

A AU, quando não orientada à lógica de mercado citada acima, abriga uma maior diversidade genética, pois a escolha das plantas cultivadas têm um caráter além do produtivo. Carregam lembranças, gostos e sabores que são mais importantes do que a produtividade. Em algumas visitas realizadas às hortas domésticas, os moradores apontavam plantas que trouxeram quando da visita a outros países ou que foram presentes de parentes e amigos.

Também nas visitas realizadas nos bairro São Brás foi encontrada em um domicílio uma pequena criação de galinhas com apenas quatro animais, as quais garantem os ovos para o consumo da família e esterco para a horta. No bairro Mossunguê, por sua vez, verificou-se quatro lugares onde há a ocorrência de galinhas. Dois deles em áreas de antigas ocupações irregulares onde vivem famílias

³⁰ Técnica de seleção de plantas para a manutenção genética. Neste caso, os agricultores urbanos selecionam as melhores plantas para a produção de sementes que serão usadas no cultivo seguinte.

de baixa renda, onde as aves circulam livremente nas ruas. Não foi encontrada nestes locais a presença de hortas. O terceiro é uma residência localizada em área mais nobre do bairro, onde também não há produção vegetal. O quarto é a sede da Casa da Videira, onde além de galinhas, há coelhos, cabras e uma horta.

A criação de animais agrícolas no meio urbano é uma prática bastante comum, principalmente em cidades de menor porte. Em Curitiba, ainda encontra-se um grande contingente destes animais, não somente em grandes áreas, como mostra o senso agrícola municipal (PEREIRA et al., 2010), mas também em quintais de bairros mais adensados. A presença destes animais pode contribuir para o manejo de resíduos orgânicos derivados dos restos do consumo alimentar humano, utilizados na sua alimentação dos animais. Eles contribuem também com a fertilização do solo, já que o esterco produzido tem grande valor nutricional e uma grande segurança sanitária, diferentemente do caso dos animais domésticos como cães e gatos.

Apesar disso, a legislação municipal e estadual proíbe a permanência de animais agrícolas no meio urbano, sob a alegação de gerarem problemas ambientais e de sanitários. Tais problemas realmente são potenciais, mas estão condicionados à forma de manejo e criação utilizada. Uma má condução da criação gerará problemas independente do ambiente, seja ele rural ou urbano. Em alguns países, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, e Bélgica, encontram-se experiências de produção animal no meio urbano de sucesso. Conciliando controle populacional, adequação do espaço, informação técnica, e regras específicas, possibilitou-se a permanência de animais como galinhas, coelhos, cabras e abelhas em espaços domiciliares (GOLDSTEIN et al., 2011).

As hortas domésticas ocupam cerca de 10% da área total do terreno, compreendendo um tamanho entre quinze e quarenta metros quadrados. Todos disseram que no passado ocupavam mais espaço com o cultivo, mas a necessidade de aumentar as edificações ou problemas de saúde que dificultam o trabalho agrícola, fizeram com que reduzissem a atividade. Em um dos casos, a horta domiciliar teve de ser abandonada, por conta do sombreamento gerado pela edificação vizinha. Como não podia mais cultivar em sua casa, este entrevistado adquiriu uma chácara de um hectare no município de Campo Largo, a trinta minutos de sua casa, onde passa os sábados trabalhando. Ali cultiva, segundo ele, dezesseis vegetais em quantidades maiores do que pode consumir. Seu excedente

é todo doado a parentes, vizinhos e amigos. Vale ressaltar que este entrevistado um químico aposentado, nasceu em Curitiba, no Bairro Campina do Siqueira e que teve contato com agricultura apenas na infância.

Uma outra horta encontrada fora do domicílio, mas que alimenta uma família, foi instalada sob a linha de transmissão à margem de uma rodovia alimenta uma família. Apesar de estar ocupando uma área da Eletrosul, esta horta não está inserida no programa municipal. Ali trabalham quatro homens de uma mesma família, um senhor de 75 anos ao lado do filho de 46 e do neto de 32³¹. . Eles ocupam uma área de cinco mil metros quadrados onde cultivam dezessete variedades de hortaliças sem o uso de agrotóxicos. A produção é muito maior que a necessária para abastecer as famílias, sendo o excedente doado para vizinhos e comercializado diretamente na horta. A venda ocorre apenas para cobrir os custos de produção.

O trabalho nesta área é realizado há quinze anos, época em que chegaram do interior do Paraná os primeiros membros da família. A Unidade de Agricultura Urbana da prefeitura de Curitiba, aos identifica-los, passou a prestar atendimento com mudas, esterco de aves e calcário, o que ocorreu de 2010 a 2012. A interrupção se deu sem justificativa para os atendidos. Pereira, superintendente da Unidade, disse em entrevista que as hortas já existentes quando identificadas passam por uma avaliação para verificar a necessidade de suporte. Uma vez que não seja necessário, deixam que o trabalho siga autonomamente, evitando que se produza uma dependência em relação ao poder público, mas a população pode solicitar o auxílio a qualquer momento.

Sobre as motivações, 67% dos entrevistados deste grupo disseram cultivar alimentos por prazer e hábito. Um entrevistado definiu sua prática como “*genético, nasci com isso, não tem como ficar sem*”. Assim como visto no bairro Tatuquara, nota-se aqui uma herança familiar que cria uma forte ligação com a terra, a topofilia já mencionada acima. A diferença encontrada refere-se ao desejo de cultivar alimentos, aliado com as condições ambientais, como espaço físico no domicílio, fo que faz com que o último grupo tome uma atitude mais proativa, independente de motivadores externos como no caso dos agricultores urbanos atendidos pela prefeitura.

³¹ Considerando-se as idades, nota que não se trata de pai e filho. São tio e sobrinho

Os agricultores que apresentaram como motivação principal os cuidados com a saúde somaram 33% dos entrevistados neste grupo. A relação feita por eles entre saúde e agricultura urbana associa-se fundamentalmente a evitar os agrotóxicos da produção convencional; nenhum deles justificou este aspecto a partir de uma preocupação com o valor nutricional ou a diversidade, apesar de possuírem no quintal plantas que não são comumente encontradas no mercado. Quando não conseguem produzir alguma hortaliça, adquirem o produto no comércio local. Embora a fração alimentar produzida no quintal em relação ao total ingerido pela família seja bastante pequena, nota-se que há uma intenção de reduzir a ingestão de substâncias tóxicas encontradas nos alimentos convencionais. Este esforço em busca de produtos mais saudáveis se limita a autoprodução, pois nenhum entrevistado adquire produtos orgânicos no mercado, apontando-os como muito caros e inacessíveis para eles.

Motivadores econômicos não foram referenciados pelos entrevistados; 28% justificaram que, com o plantio, evitam de comprar, mas a razão principal ainda parece ser a qualidade. Como disse um dos entrevistados, “a hortaliça do mercado não tem gosto de nada, as folhas vêm murchas. O meu tem cheiro e sabor, como uma comida deve ter”. Há um claro descontentamento com o sistema de produção, mas não o suficiente para gerar um posicionamento político, no sentido de denunciar ou propor um novo modelo, como fazem os agricultores urbanos politizados.

Com relação aos aspectos ambientais, esses agricultores urbanos não veem sua prática como contribuinte, nem para a paisagem, nem com respeito aos dilemas urbanos modernos, como o manejo de resíduos. Quando perguntado se reconhecem algum benefício ambiental na sua prática, responderam que não pensam no assunto ou que não consiram nenhum benefício. Este fato não é exclusividade deste grupo. O reconhecimento dos problemas ambientais existe por parte dos brasileiros, mas a preocupação pessoal não gera atitudes proativas concientes na maioria das pessoas.

Em 2012 o Ministério do Meio Ambiente publicou o relatório “o que o brasileiro pensa do meio ambiente e consumo sustentável”, que compõe uma série de pesquisas que vem sendo realizada desde 1992, monitorando o avanço da discussão na sociedade. Os dados mostram que nestes vinte anos, o número de pessoas que têm conhecimento sobre os problemas ambientais quadruplicou, mostrando que as campanhas de educação ambiental, tanto da parte do Estado

como do mercado, surtiram efeito em popularizar o tema. No entanto, a postura da maioria da população frente ao tema ainda é baixo, sendo o meio ambiente uma prioridade para apenas 13%, ocupando o sexto lugar entre os principais problemas do país.

Deve-se admitir porém que do mesmo modo que as pessoas realizam inconscientemente muitas atitudes ambientalmente danosas, outras positivas são igualmente executadas, como visto entre os agricultores urbanos, sem o reconhecimento próprio. Mesmo sem se dar conta, a prática agrícola nas cidades ajuda a manter áreas de permeabilização, oxigenação do ar, reciclagem da matéria orgânica, redução da pegada ecológica dos alimentos entre outros (MACHADO e MACHADO, 2005).

2.10. Comparação das características encontradas nos grupos pesquisados

A descrição dos grupos acima apresentada constitui os perfis dos agricultores urbanos de Curitiba. Com base nestas informações, pode-se comparar suas práticas, notando que apesar de serem realizadas em um mesmo espaço – a horta – possuem particularidades no que se refere à forma, à história e às motivações. Nas seções anteriores, optou-se por descrever cada grupo isoladamente com o intuito de poder observar sua constituição. Aqui, o critério de agrupamento são as características, apresentando para cada uma delas a manifestação nos três grupos

CARACTERÍSTICAS	ASSISTIDOS	POLITIZADOS	VERNACULARES
Origem	Rural	Predominantemente urbana	Predominantemente rural
Faixa etária	Entre 40 e 70 anos	Entre 20 e 40 anos	Entre 32 e 73 anos
Uso do solo	Área comunitária, cerca de 250m ²	Área particular e comunitária, cerca de 40m ²	Área particular, cerca de 40m ²
Diversidade	6 culturas	8 culturas	12 culturas
Fonte de informação	Prefeitura	Internet, amigos	Não busca
Percepção ambiental	Estética	Contribui com as causas ambientais	Não vê influência da sua prática
Uso dos resíduos orgânicos	Não fazem	Usado como adubo	Usado como adubo
Motivador 1	Lembrança do passado	Posicionamento frente ao sistema agroalimentar	Cultura, sempre fez
Motivador 2	Atividade prazerosa	Melhor alimentação	Atividade prazerosa
Motivador 3	Melhor alimentação	Atividade prazerosa	Melhor alimentação

QUADRO 1: características dos grupos de agricultura urbana pesquisados

Fonte: O autor

O primeiro aspecto diferenciador trata da relação dos grupos com trajetórias rurais. Entre os assistidos, todos trabalharam na agricultura até a idade adulta vivendo em outros municípios, sobretudo no interior do Paraná. Vieram para a cidade ainda jovens, com cerca de vinte anos em busca de trabalhos com melhor remuneração. Vivem no bairro atual há cerca de 20 anos. Já entre os politizados, há uma predominância de nascidos em centros urbanos, sendo a experiência rural familiar referenciada principalmente nos avós. Ou seja, a transmissão cultural da prática da agricultura se dá já em um contexto urbano, não há uma vivência dos atores no meio rural. Entre os que possuem uma prática tipificada como vernacular, a origem no campo predomina, mas o tempo em que vivem na cidade é maior que os do primeiro grupo. Vivem no bairro atual há cerca de 30 anos, quando a regional Santa Felicidade ainda mantinha muitas chácaras e era uma reserva imobiliária para alocar aqueles que vinham do interior com mais recursos³². tendo uma experiência com AU mais antiga. Outra particularidade é que para os vernaculares nascidos em Curitiba sua experiência é periurbana e a família já exercia trabalhos não agrícolas.

Esta diferença das origens dos agricultores urbanos revela que a prática agrícola na cidade não é um mero resquício de uma cultura rural. O grupo dos politizados mostra que a agricultura ainda é uma prática que vem sendo apropriada por novos atores e não somente para o trabalho no meio urbano. Existe um movimento, que ocorre em todo o mundo, de jovens sem experiência agrícola migrando para áreas rurais, buscando uma vida mais frugal e saudável. Estes “novos rurais”, como são chamados, anunciam uma nova relação do homem com a terra, uma vida onde o retorno econômico é relativizado em detrimento ao bem estar que a vida no campo pode propiciar em termos de garantir um autoabastecimento alimentar produzido sem o uso de agrotóxicos, vivendo em um ambiente mais agradável. Alguns dos agricultores urbanos ressaltaram justamente estas qualidades do rural – o ambiente mais agradável e a abundância de alimentos disponíveis, seja pela produção ou pela relação de trocas recíprocas entre a vizinhança – mas não conseguiram equilibrar estes benefícios com as necessidades econômicas, desafio agora encampado pelo novos rurais. Nota-se que há uma

³² De modo geral, não encontra-se na regional Santa Felicidade loteamentos populares como na região sul da cidade. Os migrantes que ali se estabeleceram vieram com uma condição econômica melhor, com possibilidade de adquirirem lotes em bairros mais nobres.

possibilidade de intercâmbio entre estes grupos. Os assistidos e os vernaculares possuem, em certo grau, a experiência que buscam os politizados.

A diferença na faixa etária dos grupos mostra a experiência acumulada ao longo do tempo pelos assistidos e vernaculares sobre a produção agrícola, seja rural ou urbana, que pode vir a favorecer os politizados. A idade entre vinte e trinta anos marca o início de uma nova etapa na vida destes agricultores urbanos. Para os assistidos e vernaculares, foi o momento da transição do rural para o urbano. Para os politizados, é o início de uma caminhada em torno da produção agrícola. O conhecimento dos dois primeiros grupos pode servir ao último, já que não há para eles uma experiência passada tão próxima, salvo para aqueles que têm continuado com a área de cultivo iniciada pelos pais e/ou avós (14% dos entrevistados).

Com respeito ao uso do solo, Os assistidos dispõem de maior área de cultivo do que os demais agricultores urbanos, salvo em três casos de praticantes vernaculares e um politizado, que ocupam terrenos baldios. Enquanto as hortas do Tatuquara possuem cerca de 250m², as hortas domésticas possuem em torno de 40m² no caso daqueles que moram em casas e de 1 a 5m² para os moradores de apartamentos, estes últimos cultivando na maior parte dos casos em vasos e caixas. Nota-se que o desejo de cultivar entre os agricultores politizados cria métodos alternativos de cultivo, aproveitando as poucas áreas de sol que possuem, como mostra a figura 15. Estes últimos relataram nas entrevistas que gostariam de dispor de mais área para cultivar, mas no espaço doméstico não é possível. Se houvesse a oferta de áreas comunitárias, como ocorre para os assistidos, certamente haveriam interessados entre os politizados e vernaculares, aumentando a área cultivada na cidade.

A diversidade produzida revela este desejo. De modo geral, uma maior diversidade alimentar foi encontrada entre os vernaculares, principalmente no que tange a plantas alimentares não-convencionais - PANCs. O conhecimento acumulado sobre a agricultura neste grupo, principalmente em virtude de, na juventude, conviverem com muitos cultivos de subsistência, conforme relataram, os faz conhecer uma gama maior de plantas alimentares, cultivadas e espontâneas.

É interessante notar que entre os agricultores urbanos do Tatuquara, que também possuem origem no campo, encontrou-se a menor diversidade em que pese a maior área de cultivo. Durante uma entrevista, uma família fazia a limpeza dos canteiros retirando duas plantas espontâneas comestíveis: caruru (*Amarantus*

viridis) e beldroega (*Portulaca oleracea*). Quando perguntado se as conheciam, disseram não saber do seu uso alimentar. As mesmas plantas foram encontradas cultivadas entre os vernaculares. Os agricultores urbanos politizados demonstram um grande interesse em cultivar as PANCs. No grupo da rede social Facebook há muitas postagens sobre diversidade agroalimentar e o oferecimento de plantas e sementes de hortaliças diferenciadas.



FIGURA 15: horta de um dos agricultore politizads entrevistados

FONTE: imagem cedida pelo entrevistado.

A experiência agrícola, seja ela urbana ou rural, parece ser suficiente para os agricultores vernaculares manterem sua produção. São poucos os que buscam saber mais sobre plantas, sistemas de cultivo, controle de doenças e insetos e adubação orgânica. Por um lado, mantém-se preservado um modo de fazer agricultura adaptado ao longo dos anos ao ambiente urbano. Por outro, o aperfeiçoamento da prática poderia levar o espaço a se tornar mais produtivo. Já entre os agricultores urbanos politizados, a busca de novas informações é

constante, assim como a troca entre eles. De modo geral, as mesmas são obtidas por meio de literatura especializada e internet, ou seja, um conhecimento adquirido teoricamente. Já os assistidos recebem instruções apenas quando os técnicos da prefeitura identificam problemas.

Neste aspecto, nota-se que há conhecimentos, novos e antigos, que se poderiam agregar melhorias nos sistemas de produção se estivessem sendo compartilhados. O maior acesso a internet que possuem os politizados faz com que tenham acesso a muitas técnicas de manejo agroecológico que muitas vezes sequer podem ser aplicadas em suas áreas por causa do diminuto espaço ou método de cultivo. Porém, estes saberes poderiam servir aos demais agricultores urbanos, que de outro lado poderiam contribuir com sua experiência.

A percepção ambiental da prática de AU para os envolvidos no programa municipal é estética, pois a horta é mais bonita que o mato e entulho outrora abandonado na área. Vinculado a isso está a questão da segurança pública, uma vez que estes locais não são mais frequentados por usuários de drogas. Para os praticantes politizados, a AU tem um importante papel ambiental a cumprir na preservação das áreas, manutenção da diversidade biológica e promoção da discussão sobre os impactos à produção agroalimentar convencional. Entre os agricultores urbanos vernaculares não há uma sensibilidade ambiental tão manifesta nos discursos. Mesmo se admitir que há também uma estética na paisagem produzida pela horta, este elemento não é apontado pelos entrevistados porque o espaço de cultivo parece muito óbvio e cotidiano a eles.

De fato há uma contribuição ambiental nos termos das discussões acerca de meio ambiente e desenvolvimento, pois as ações dos agricultores urbanos vem gerando impactos no que se refere sobretudo ao manejo dos resíduos orgânicos e preservação de áreas verdes e de drenagem. Talvez se houvesse uma percepção mais clara por parte dos agricultores urbanos assistidos e vernaculares, no que se refere contribuições que eles geram, pudesse haver uma maior intencionalidade no sentido de pensar ambientalmente o espaço urbano, gerando o que Leff (2006) chama de racionalidade ambiental³³, que está mais aparente entre os politizados.

Dentre as motivações, a primeira apontada pelos usuários da horta comunitária do Tatuquara foi a lembrança do passado, sendo a horta um elo com a

³³ Este conceito será melhor apresentado no capítulo seguinte.

história de vida. Para os praticantes por ação política a AU é um posicionamento frente ao sistema agroalimentar que tem como objetivo propor um outro modo de produzir alimentos e tentar não compactuar com o objeto da crítica, buscando alternativas de aquisição de alimentos alternativas ao mercado. Para os vernaculares, a produção de alimentos no espaço domiciliar é uma cultura, parte do modo de viver.

Como segunda motivação, os grupos dos assistidos e dos vernaculares, apontaram o prazer de trabalhar na terra. A AU é uma maneira de ocupar o tempo ocioso com uma atividade produtiva que traz a sensação de contentamento e bem estar. Para o grupo dos politizados, a segunda motivação é melhorar a alimentação com produtos livres de agrotóxicos, ainda que a produção represente uma parcela pequena do consumo total.

O prazer foi apontado como terceiro motivador para os politizados por causa do frescor do que produzem, ao passo que, para os agricultores vernaculares, vem à tona a redução da ingestão de agrotóxicos juntamente com o frescor. Os assistidos apontaram a melhoria na alimentação como terceiro motivador. O prazer e a melhoria na alimentação estão presentes nas motivações dos três grupos, aparecendo apenas em ordem de importância diferentes. Isso mostra que embora o principal motivador entre estes grupos sejam diferentes, há pontos em comum que podem propiciar um melhor diálogo entre eles. Observa-se ainda que há aproximações e distanciamentos entre os grupos com relação às suas práticas, intenções e motivações. Embora o *locus* seja o mesmo – a horta – a AU urbana guarda entre seus praticantes diferentes expressões.

Reconhecida a diferença que há entre os agricultores urbanos de Curitiba, pode-se pensar então que para cada grupo os mecanismos de produção do conhecimento e reconhecimento do tema se dá de maneira distinta, construindo signos e símbolos em torno da AU, como apresentado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA AGRICULTURA URBANA

Uma vez discutido o cenário da AU no município de Curitiba com as informações apresentadas nos capítulos anteriores, torna-se possível pensar nesta prática a partir dos seus elementos simbólicos. Para tanto faz-se necessário voltar ao conceito de símbolo. Como já mencionado, o simbólico é o elemento de ligação entre o sensível e o intelecto, entre o real e o espiritual. Ele não é concreto, é uma imagem da realidade criada pelo sujeito como forma de interpretar o mundo. Mas, neste sentido, ele é mais concreto e objetivo do que o próprio mundo tido como real e material. Para os teóricos construcionistas, alguns adeptos do interacionismo simbólico, incluindo Cassirer (2008), não é possível os seres humanos terem acesso imediato à realidade. Esta é reconstruída simbolicamente pela produção de signos e símbolos que determinam um significado, uma representação da realidade, ou melhor de múltiplas realidades, pois cada perspectiva, gera uma forma simbólica particular

Neste ponto faz-se necessário enquadrar melhor a perspectiva cassireriana utilizada na observação do fenômeno da AU em Curitiba. A definição de forma simbólica construída por Cassirer pode ser entendida, como aponta Gonzáles Porta, (2002 apud Fernandes, 2006) de três maneiras. A primeira como modos de compreensão ou conhecimento do mundo, onde se forma uma teoria geral que explica a realidade. Segundo como sistemas de signos, como ocorre com a linguagem, que fornecem os elementos necessários para interpretar a realidade coletivamente. Por terceiro, as formas simbólicas podem ser concebidas como paradigmas de manifestações culturais, que expressam entendimentos diferentes de um mesmo objeto.

Caracterizar a AU como uma forma simbólica seria reduzir uma compreensão da vida a uma esfera muito particular quanto, a rigor, esta é apenas uma parte do todo. Mesmo que tal interpretação seja possível, trata-se de uma investigação de outra natureza que foge ao escopo deste da proposta neste trabalho. Aqui, de outro modo, busca-se compreender a AU como representação simbólica, o que para Cassirer, é apenas um elemento constituinte das diferentes formas simbólicas.

Para o autor, simbolizar a realidade é algo inato, ao que chama de representação “simbólica natural”. Na aproximação do homem com o mundo sensível, automaticamente cria-se uma conexão do passado com o presente, por

meio de símbolos pré-definidos por experiências anteriores que ajudam a ler, interpretar e significar o agora. Ou seja, o sujeito não tem acesso à realidade sensível pura, pois esta é sempre intermediada por uma compreensão simbólica, ao qual o autor chama de pregnância simbólica. A tese cassireriana foi construída a partir de uma base filosófica, buscando uma interpretação da natureza humana. Por sua vez apropriado pela geografia o conceito de forma simbólica ganha uma caráter físico, ou seja, o lugar é reconhecido como forma simbólica, pois está impregnado de signos e símbolos que dão a ele um significado próprio a partir da concepção do sujeito que com ele se relaciona.

De acordo com os dados levantados nas entrevistas, pode-se definir os símbolos presentes no lugar “horta” para os grupos. Os fundamentos analíticos das formas simbólicas espaciais são construídos lançando-se mão de autores e abordagens oriundos de outras áreas da ciência. Com efeito, se na filosofia tem-se o centro de origem desta abordagem com a obra de Ernest Cassirer, na História, Erwin Panofsky traz uma perspectiva do mundo das artes e Eric Robsbawm de uma historiografia social. Por sua vez, a linguística apresenta sua contribuição com Alton Becker e a antropologia e sociologia com Roland Barthes e Pierre Boudieu. Toma-se como referência neste assunto o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2007) que utilizou os autores supracitados no seu trabalho de análise de formas simbólicas espaciais.

Corrêa (2010) aponta que para observar uma forma simbólica espacial é necessário partir de um fio condutor que direcione a análise e para isso dois pontos são importantes. Primeiro a ênfase política contida no objeto estudado, pois o interesse maior não está na estética, mas nas implicações sociais geradas pelo símbolo. Segundo, a escolha de uma via capaz de agrupar os lugares estudados para serem observados desde uma mesma perspectiva. A via escolhida nesta pesquisa, seguindo o caminho do autor referenciado, é adotar os enunciados ditos pelos atores que significam a forma simbólica espacial horta e os fluxos gerados neste espaço.

3.1. O lugar simbólico: a horta

A construção simbólica, como visto, parte da apreensão do mundo sensível. Ou seja, de dados da realidade como as experiências e os lugares que são lidos pelo sujeito. O campo da construção simbólica neste trabalho é um lugar, um fixo geográfico denominado horta. Não é um fixo no sentido de estar cravado em um ponto específico, mas sim como espaço comum a vários ambientes. Para ilustrar esta colocação, o lugar “cidade” pode nos ajudar. Pode-se falar (ou definir a) cidade de modo genérico, como um espaço urbanizado, centro de produção social, concentradora da população, etc, mas pode-se também referir a ela como “uma cidade”, que possui as características genéricas das demais mas que também apresenta um perfil próprio. Do mesmo modo, a horta aqui dita não se trata de uma horta específica, mas de um lugar comum em vários espaços, cada qual com suas especificidades.

Este lugar pode ser definido como uma forma simbólica espacial, pois possui um fixo (uma localização) produtor de fluxos de informações, que são as representações simbólicas geradas pelos usuários. Os itinerários ali realizados não são unívocos e tampouco estáticos, pois diferentes sujeitos (agricultores) criam diferentes símbolos para o objeto (horta) e estes são ressignificados ao longo do tempo (CORRÊA, 2010).

Entre os participantes do programa municipal de AU, a horta está diretamente ligada ao passado, sendo uma maneira de recordar os tempos vividos na agricultura. Frases como “naquele tempo agente comia melhor”, “no sítio não faltava comida” e “a horta lembra o tempo que vivi com meus pais”, ressalta nas entrevistas determinados imaginários sobre a agricultura. Embora o contexto seja muito diferente (do rural para o urbano e da subsistência para o lazer), o pequeno espaço de cultivo carrega uma herança histórica, fazendo dele um símbolo, pois possui um significado que permite uma leitura do mundo sensível, neste caso ligado ao passado, que influencia no presente. O fato de outros membros da família, como os filhos, não se envolverem efetivamente na atividade, demonstra esta relação com o passado. Eles nasceram na cidade ou para ali vieram muito pequenos da área rural, não criando uma ligação tão forte com a prática agrícola que os motive a seguir o caminho dos pais na AU.

Embora o apego à terra estivesse presente, a concretização do lugar simbólico ocorreu por força externa, mediante a intervenção da prefeitura iniciando as hortas comunitárias. Isso mostra que a criação das formas simbólicas espaciais não depende exclusivamente do sujeito, ela pode ser determinada por condições externas que propiciem sua existência. Há, enfim, uma base material que condiciona os meios através dos quais o simbolismo é construído e reconstruído. Esta força externa é capaz de manter e reordenar a prática de acordo com seus objetivos, podendo dar outras significações simbólicas ao lugar. Talvez uma intervenção objetivando o público jovem pudesse mobilizá-los, criando também para eles um símbolo na horta que os estimulasse a participar, potencializando a renovação geracional da atividade.

Corrêa (2010) aponta ainda que formas simbólicas espaciais podem ser construídas intencionalmente para mobilizar um grupo em determinada direção, seja ela política, ideológica ou cultural. Ao construir um monumento, renomear um lugar ou dar um novo fim a um edifício, os agentes os carregam de significados que geram reações naqueles que estão de algum modo envolvidos com aquele ambiente. Os parques temáticos de Curitiba, dedicados às etnias colonizadoras da cidade são um exemplo. Neles reúnem-se grupos culturais para promover eventos que, de um lado, unem os descendentes, tentando manter viva a cultura dos antepassados e, de outro, lado mostram para outros públicos suas manifestações.

Para os agricultores urbanos politizados, a horta é o lugar onde os mesmos criam a possibilidade de demonstrar o descontentamento com a lógica agroalimentar dominante. Ela significa a soberania, o poder de decidir o que e como cultivar, mesmo que seja em uma escala muito pequena. Este espaço de liberdade criado no quintal ou em área comum tem inspiração em um passado não vivido, pois a maior parte dos praticantes não tem origem rural. Ele é fruto do exemplo familiar juntamente com o anseio de tomar uma posição cidadã contribuindo para a melhoria da sociedade, o que se materializa na horta.

Apesar de fazerem uso prioritariamente do espaço privado, esses agricultores veem as áreas públicas com um grande potencial para a expansão da AU, abrindo a possibilidade da resignificação ou mesmo de múltipla significação de áreas como os parques e as praças, os quais tornam-se espaços de lazer compartilhado com espaços de produção, a exemplo do que ocorre em São Paulo na Horta das Corujas

e em Curitiba no bosque Gom, este último sem o consentimento formal do governo municipal³⁴.

Embora haja um aumento do número de pessoas que almejam compartilhar espaços públicos, principalmente pelo fato destes não possuírem espaço doméstico suficiente para o cultivo, as ações destes agricultores urbanos sofrem com a falta de encontros reais, sendo privilegiados os encontros virtuais nos grupos das redes sociais. Espaços compartilhados como o das hortas comunitárias podem aumentar a sociabilidade entre os atores, favorecendo a troca de experiências e a própria visualização do movimento de AU, ajudando a impulsioná-lo.

A mesma situação é encontrada entre os consumidores politizados. A crescente desconfiança com relação à capacidade do poder público e do mercado em responsabilizar-se pela ordem social, incluindo-se aí os fatores econômicos e ambientais, tem feito com que alguns cidadãos assumam um posicionamento proativo na direção de denunciar e sugerir mudanças na esfera do consumo. Um maior contingente destes atores age de maneira isolada, utilizando como instrumento o seu poder de decisão de compra e os meios de comunicação para promover campanhas pró- consumo consciente. Em menor número estão os consumidores organizados em associações e movimentos sociais (Portilho et al., 2011).

A horta como forma simbólica espacial aponta para o futuro, para a incorporação da prática da AU como medida de mudança dos hábitos alimentares em todas as instâncias, da produção ao consumo, tendo em vista o impacto social, econômico e ambiental que o sistema agroalimentar atual provoca (AZEVEDO, 2013). As postagens no grupo da rede social Facebook contra os transgênicos, os fast-foods, o monocultivo e o aparecimento de conceitos como agroecologia e soberania alimentar nas entrevistas demonstram o sentido de apontar para um novo arranjo produtivo.

Os agricultores urbanos politizados, assim como os consumidores politizados, utilizam um instrumento político que foge ao arcabouço tradicional comum à democracia representativa. A arena de disputa política não está cerrada em uma assembleia, ela ganha as ruas, as praças, os jardins e tem uma reação direta nas

³⁴ O uso de espaços públicos para a criação de hortas comunitárias é prática já incorporada pelo poder público e em algumas cidades canadenses, como Vancouver e Campbell River. Ver HB Lanark, 2013.

políticas públicas, basta, para tanto, ver a incorporação da AU que hoje ocorre nos planejamentos municipais já citados ao longo deste trabalho.

Para os agricultores urbanos vernaculares, a horta ganha um outro sentido. Ela é parte da vida, uma prática culturalmente arraigada que permanece viva há décadas. Isso difere do que ocorre com os assistidos pela prefeitura, entre os quais não há o sentido de nostalgia da vida no campo. Ao contrário, para muitos deles o campo é o futuro, pois seu desejo de cultivar é tamanho que se animam a sair da cidade e viverem na área rural, intensão apontada por alguns entrevistados. Como visto no capítulo anterior, muitos destes atores nasceram na cidade, os demais saíram muito jovens do campo.

O cultivo doméstico para estes atores vernaculares simboliza a habilidade de produzir, de abastecer sua mesa com alimentos frescos oriundo do seu próprio trabalho. Este sentido pode ser destacado por expressões como: “o que eu produzo é melhor que o do mercado”, “não tenho que sair para comprar”, “se tenho espaço, porque não plantar?”, ou ainda “não sei como alguém consegue ter um quintal e não produzir nada de comer”.

Seguindo as relações espaciais das formas simbólicas propostas por Corrêa (2010), a ligação dos agricultores urbanos vernaculares com a horta representa o presente, um contínuo, pois é algo intrínseco do seu modo de viver, que foi transmitido até o presente pela influência familiar. Não há uma preocupação com esta prática no futuro no sentido de direcionar sua ação para uma determinada direção. Neles percebe-se como verdadeiramente a casa foi verdadeiramente um importante centro de produção, prática comum nos centros urbanos até a metade do século XX, conforme aponta Silva (2004).

Obviamente, estes atores não permaneceram estáticos em face das mudanças ocorridas ao longo do tempo. A própria atividade de produção agrícola teve que ser revista em virtude das alterações da paisagem e da cultura urbana, cada vez menos produtora e mais consumidora. Se outrora estes quintais abrigavam animais de produção, hoje não o fazem mais, tanto pela força da lei, pela redução do espaço e pela manutenção do bom convívio com a vizinhança que não vê com bons olhos a presença dos tais animais. Se no passado haviam grandes hortas, hoje elas são diminutas, pois novas construções surgiram nos lotes ocupando o lugar da produção. Então, o que se encontra hoje são traços de um hábito produtivo, repleto de conhecimentos, que subsiste às mudanças do ambiente urbano.

Estes significados determinam a principal ligação dos sujeitos com a terra, com a horta. Por isso são chamados para efeito deste trabalho de *símbolos primários*, pois constituem o alicerce a partir do qual se constroem os demais símbolos. A figura 16 sintetiza estes símbolos e seus significados.



FIGURA 16: Símbolos primários e seus significados
Fonte: o Autor

Para entender a ênfase política embutida na AU faz-se necessário discorrer um pouco sobre o sentido da “política”. Em geografia, o aspecto político está ligado a um contexto territorial, ou seja, seu exercício se dá em torno de um lugar físico, neste caso, a horta, seja ela pública ou privada.

Toma-se como referencia o conceito de política exposta por Norberto Bobbio (1987), onde a mesma é entendida como uma prática humana de controle das circunstâncias por meio do poder. Este controle para a criação de justificativas que fazem prevalecer os ideais de um determinado grupo sobre os demais, gerando uma condição de dominação. Os instrumentos para se atingir tal objetivo podem ser tanto a força física como a simbólica, utilizando diversos arranjos de liderança, do autoritarismo a democracia.

Estas relações de poder, ou seja, políticas, estão bastante evidentes entre os assistidos pelo poder público e os politizados. Entre os vernaculares se torna mais difícil de perceber tais implicações, pois à primeira vista, sua prática não se relaciona nem com a dependência do serviço público e nem como ação intencional promotora de mudança.

O grupo atendido no programa municipal de AU é influenciado pela intencionalidade política posta em prática pela prefeitura para desenvolver uma ação com este público, onde o objetivo principal é promover a educação ambiental e alimentar entre os cidadãos. Secundariamente, há a intenção da manutenção de áreas que eram utilizadas para fins ilícitos, como a deposição de lixo gerando

problemas de segurança e saúde. Para a parcela atendida que se encontra na faixa de baixa renda, há ainda o aspecto da segurança alimentar abordado pelos vieses da redução com os gastos alimentares, aumento da qualidade nutricional e em menor proporção, a geração de renda³⁵.

Aparentemente, os objetivos propostos parecem que estão sendo alcançados, haja vista que os entrevistados citaram o aprendizado do cultivo orgânico como um elemento importante, fator que agrega tanto o aspecto ambiental quanto de saúde. Porém, os participantes não reconhecem a função ambiental da ação da maneira como ela é proposta pela prefeitura, o que demonstraria que o objetivo está claro para o agente mas não para o assistido. O mesmo ocorre com o conceito de segurança alimentar, não reconhecido na prática pelos beneficiários. A ação política parece ser exercida objetivamente pelo poder público e apenas inconscientemente pela população. Talvez esta situação contribua para gerar certa dependência vista anteriormente, onde a presença da prefeitura se faz uma demanda constante.

Neste caso, reconhece-se que há um poder simbólico³⁶ (BOURDIEU, 1989) imbuído na ação pública sobre a população, mantendo um controle da forma simbólica espacial horta por meio dos significados aí presentes, que se mostram diferentes para as partes envolvidas, de modo que o poder público exerça maior força em relação à população, mantendo-a sob seus cuidados e interesses. No caso da população do bairro Tatuquara, verificou-se que este poder simbólico está legitimado e aceito pela população, que vê o papel da prefeitura como fundamental para o bom funcionamento das hortas, submetendo-se as regras mesmo sem saber ao certo suas razões, como se verificou no caso das restrições de cultivo de certas culturas.

Já para os agricultores urbanos politizados, a ação política é intencional e consciente, tendo um peso significativo no motivo da prática. Seguindo o conceito de poder simbólico de Bourdieu, tem-se aqui uma disputa de poderes onde uma parcela da sociedade se mostra descontente com a lógica dominante, questionando-a e propondo novos arranjos utilizando como instrumento a AU.

³⁵ Objetivos encontrados na apresentação do programa no site da prefeitura de Curitiba.

³⁶ O conceito de poder simbólico cunhado por Bourdieu diz respeito a imposição de significações sociais legitimadas socialmente que permitem a reprodução social. Estes significados são criados pela classe dominante e por meio das estruturas de poder, como a educação e os meios de comunicação, são incorporados pelas demais classes como parte da ordem social.

Esta manifestação, quando ocorre no espaço privado, tem como público de influência amigos, familiares e vizinhos que costumam frequentar a área. Como relatado no capítulo anterior, estes agricultores urbanos fazem questão de conversar e mostrar seu trabalho como exemplo a ser seguido. Na rede social Facebook conseguem ampliar a abrangência deste discurso por meio de postagens com conteúdos críticos e com fotos da sua produção. Ali também conseguem mobilizar outros agricultores urbanos criando mecanismos para, por exemplo, divulgarem alguma denúncia, geralmente contra alguma multinacional da área de alimentos e catalisarem assinantes de petições públicas.

Sobre o uso do espaço público, há uma maior tendência de diálogo com o governo local para acederem alguma área, como praça ou terreno. O único exemplo encontrado em Curitiba foi de pequenas hortas nos campus universitários e escolas públicas cuidadas por alunos e funcionários instaladas com o consentimento da direção. Foge a esta regra a horta do bosque Gom, o qual constitui até o presente momento, o único exemplo que se tem conhecimento em Curitiba uma ocupação civil de área pública não autorizada.

Em São Paulo, a Horta das Corujas foi montada após a autorização da subprefeitura da regional, já a horta dos ciclistas, na avenida Paulista foi uma ação anárquica tomada por integrantes do movimento de cicloativismo da cidade. É interessante notar, neste último exemplo, o alto valor simbólico desta ação, pois poucos dos que ali trabalham, colhem o alimento, pois temem contaminar-se com metais pesados expelidos pelos automóveis. A função da horta é reforçar o posicionamento de ocupação civil e confrontamento dos problemas urbanos, como o transporte e alimentação.

Segundo Scherer-Warren (2006), estes grupos, estejam eles conectados fisicamente ou apenas virtualmente, constituem uma nova forma de movimento social que não tem a necessidade de estar organizado institucionalmente, tendo ações locais e globais, coletivas e individualizadas. Tais grupos constituem uma sociedade civil de ação política, que:

“está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organizações em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se assim dos dois primeiros

setores acima (Estado e mercado), que estão orientados, preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia” (p. 4).

Assim, a horta para este grupo se apresenta como uma forma simbólica espacial que comunica um posicionamento político, criticando um modelo e ao mesmo tempo apresentando uma outra possibilidade de produção alimentar, onde se vincula também o cuidado ambiental. Não se espera com isso desmantelar o Estado ou o mercado, mas propor uma outra racionalidade para estas esferas onde sobressaia a solidariedade ao invés da competição e onde a natureza seja o ambiente que mantém a vida e não apenas uma fonte de recursos.

Compreender os aspetos políticos contidos na prática dos agricultores urbanos vernaculares se torna mais difícil na medida em que sua ação não contém tal intencionalidade e tampouco os mesmos estão envolvidos em programas públicos. A questão política aqui abordada tem a ver com a própria razão do uso do termo vernacular. Para Illich, as práticas vernaculares servem de inspiração para formação de uma nova ordem social, onde os valores de poder envolvidos na política atribuídos ao Estado e o mercado são secundarizados, buscando em primeiro lugar o bem comum por meio de relações de solidariedade comunitárias. Uma análise mais profunda deste aspecto será guardada para o capítulo seguinte.

Assim, entende-se que toda manifestação há, em maior ou menor grau, alguma implicação política, seja ela promovida ou recebida como mostra a figura 17.

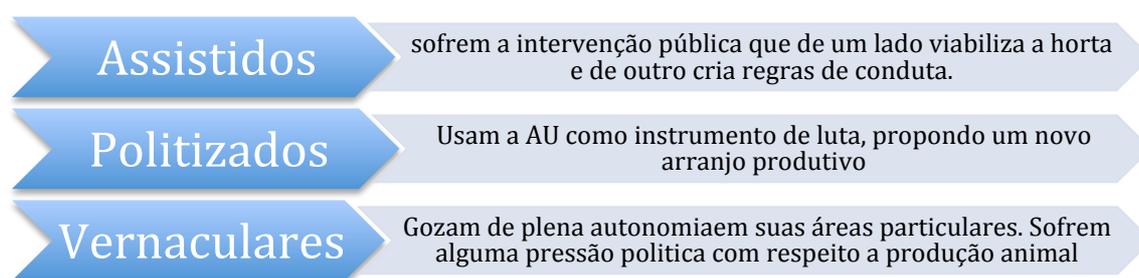


FIGURA 17: Relações políticas da agricultura urbana entre os grupos pesquisados
Fonte: o autor

Com base nos símbolos primários e as implicações políticas, pode-se agora observar outros significados presentes na manifestação da AU.

3.2. Outros significados da agricultura urbana

A horta enquanto forma simbólica espacial reserva outros significados construídos por seus usuários, os agricultores urbanos. Como afirma Corrêa (2010), não há padrões rígidos mas uma polivocalidade, pois os sujeitos criam interpretações próprias da realidade (símbolos) a partir das suas experiências pessoais. No entanto, pode-se tentar agrupá-las a partir dos elementos apresentados nas falas dos entrevistados. Três símbolos foram destacados, o que aqui tipificamos como ambiental, de saúde, e econômico.

O significado ambiental é encontrado quando os entrevistados expressam que sua prática reduz o acúmulo de lixo, cuida do solo, mantém a biodiversidade e aumenta as áreas verdes da cidade. Estas são ações intencionais dos atores que demonstra uma preocupação associada ao modo como seu estilo de vida afeta o ambiente e a AU representa uma maneira de contribuir como cidadão com as causas ambientais.

Verificou-se que este não é um significado presente na maioria dos entrevistados, evidenciando que ainda há uma grande lacuna aberta em termos de relacionar AU e meio ambiente. As escolas têm cuprido com um papel importante na associação entre estes temas junto às crianças, agregando as hortas na suas dependências que são utilizadas como espaço interdisciplinar para a promoção da educação ambiental. Quarenta e quatro escolas públicas são atendidas pelo programa municipal de AU. Em outros municípios brasileiros, ações desenvolvidas por ONGs têm abordado os benefícios ambientais nas capacitações que realizam com os participantes dos programas de AU. Vários trabalhos têm abordado a AU como instrumento de educação ambiental, tanto na escola como na comunidade, para crianças e adultos (ALEIXO et al., 2011; SILVA e FONSECA, 2011). Apresentar os benefícios da AU e utilizá-la como ferramenta didática pode contribuir com elementos formadores de um símbolo ambiental em torno desta prática.

Por sua vez, este símbolo se torna parte da maneira como o sujeito interpreta a realidade, pois como visto em Cassirer (2001), a forma simbólica é composta de signos e símbolos carregados de significados que permitem a leitura do mundo sensível. A tomada de decisão parte então deste elemento simbólico, servindo como guia e, ao mesmo tempo, sendo ressignificado a partir dos dados sensíveis e do contexto histórico e social onde se insere.

Na mesma direção, Leff (2006) propõe o conceito de racionalidade ambiental, que se vale da articulação de quatro esferas: 1) substantiva, definidora de valores e objetivos que orientam as ações para a construção da racionalidade; 2) teórica, sistematizadora desses valores e articuladora com os processos que regem a sociedade; 3) instrumental, criadora de vínculos entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável, e 4) cultural, produtora de identidade em cada grupo humano orientando as ações sociais e produtivas com coerência e fortemente ligado com a localidade.

O que Leff chama de racionalidade pode ser interpretado em uma visão cassireriana como significado, pois ambos são elementos de construção interpretativa da realidade sensível, um filtro por onde passam as informações que subsidia o sujeito para a sua tomada de decisão. Deste modo, tem-se uma via de mão dupla: o significado ou racionalidade construída constituem-se em referências para se observar a realidade. Ao mesmo tempo, a realidade interfere na referência, podendo modificá-la mediante o contexto.

A racionalidade ambiental de Leff apresenta, contudo, um caráter mais intencional. Trata-se de uma percepção do problema gerado com o desenvolvimentismo capitalista que tem como resposta uma outra lógica social baseada em uma concepção de natureza como sistema e não como mero recurso.

Em todos os grupos estudados ficou evidente que a prática da AU revela, em maior ou menor grau, a busca por uma vida mais saudável, principalmente pela possibilidade de se alimentarem com produtos livres de agrotóxicos. Este fato mostra que a população está bem informada à respeito dos riscos gerados pelos produtos químicos na agricultura e que está tomando atitudes, seja para adquirir produtos orgânicos, seja cultivando aquilo que é viável em seu espaço. Este esclarecimento e a atitude independe da classe social, foi encontrado tanto no bairro popular do Tatuquara quanto entre moradores da sofisticada região do Ecoville, bairro Mosunguê.

Outro aspecto relacionado à saúde é a terapia mental. O trabalho na horta como passatempo, ou lazer traz satisfação e uma sensação de bem estar, como apontado por Comasseto et al. (2011) entre os agricultores urbanos de Porto Alegre. Em Curitiba, a prefeitura atende centros terapêuticos com o programa de AU. Nas hortas comunitárias do Tatuquara ainda há uma preferência para os aposentados, pois a atividade se mostrou benéfica para a saúde deste público.

Mougeot (1999) aponta que as famílias de baixa renda praticantes da AU nas capitais de Uganda, Quênia e Zimbábue apresentam melhores condições nutricionais comparativamente às que não praticantes. Este dado mostra que o acesso disponibilizado por esta prática também tem importante relação com a saúde dos agricultores urbanos. Reconhece-se nas práticas de AU um significado de vida saudável, que motiva os sujeitos a seguirem com suas hortas em benefício do seu corpo tanto pela atividade física e mental como pela qualidade e diversidade de alimentos que tem acesso.

Um outro significado que pode ser destacado é o econômico. Neste aspecto, o que mais se ressalta nas falas dos entrevistados é a possibilidade de ter em mãos um produto não mediatizado pelo dinheiro, gerando economia, satisfação e, como reforçam, um produto melhor do que aquele oriundo do mercado. O excedente produzido por vezes para quem dispõe de um pouco mais de área reverte-se em algum dinheiro, mas não é o objetivo principal. Este aspecto contraria em certa medida um dos objetivos propostos para a AU preconizado pelos principais fomentadores, FAO, RUIAF e no Brasil, o MDS, a geração de renda.

Vale ressaltar que a AU como geradora de renda é uma realidade apontada por outros autores como Santandreu e Lovo (2007), Michellon et al. (2011) e Vinholi (2011). Nestes e outros casos, há uma disponibilidade maior de área e a localização das hortas é periurbana. Ou seja, apesar de constarem no zoneamento urbano, são áreas com características rurais, assim como as 275 propriedades agrícolas presentes em Curitiba relatadas no Capítulo 3. A contribuição que traz esta dissertação é, sem ignorar a manifestação citada acima, observar uma AU mais interiorizada na cidade, presente em áreas de maior adensamento populacional e, portanto, de menor porte, mas que apresenta características que contribuem para o debate sobre o tema.

Voltando ao significado econômico da AU encontrada, pode-se relacioná-la com os objetivos propostos pelas correntes econômicas alternativas, como a *ecossocioeconomia* de Sachs (2007), a *economia solidária* de Mance (2008) ou a escala intermediária de Schumacher (1983). Estas abordagens preveem práticas de autoprodução e trocas comunitárias como estratégia de desenvolvimento econômico regional, fortalecendo grupos locais reduzindo a dependência em relação ao mercado formal, visto por estes autores como meio de controle social gerador de

desigualdades e que precisa ser substituído por arranjos menores promotores de equidade.

Os significados apontados acima não esgotam a riqueza simbólica da AU, mas apontam para características que permitem uma leitura mais acurada do que ocorre nas pequenas áreas observadas. Tampouco pode-se generalizar, pois a pesquisa aponta para uma realidade curitibana amostrada em uma pequena parcela da população.

3.3. As relações simbólicas encontradas na agricultura urbana

A horta enquanto fixo geográfico possui para cada grupo um símbolo, a saber, o passado para os agricultores urbanos assistidos, o presente para os vernaculares e o futuro para os politizados. Estes símbolos são considerados neste trabalho como *primários*, pois destacam a principal motivação para a prática da AU. A partir destes *símbolos primários* constroem-se outros símbolos, alguns próprios de um grupo, outros participantes de todos e com graus de importância diferentes. Estes são chamados de *secundários*, pois são construídos sobre os primeiros a partir dos fluxos de informação que circulam entre os sujeitos, municiando-os com elementos que contribuem para a construção de significados.

Esta ordenação dos símbolos se justifica porque há uma diferença de localização. Os primários se localizam na história, são símbolos ligados a temporalidade que buscam materializar no espaço, tendo portanto, uma vinculação espacial que define a forma simbólica horta, como mostra a figura 18.

É sobre estes *símbolos primários* que se constroem os demais símbolos. Estes serão guiados pelos primeiros, fazendo com que apareçam algumas nuances dos significados em cada símbolo. É justamente esta relação temporal que cria diferentes significados para os mesmos símbolos, o que pode ser entendido como a polivocalidade que se refere Correa (2007).

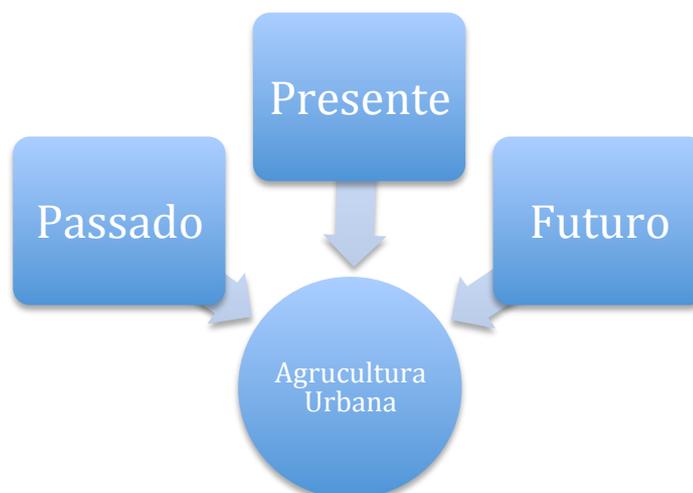


FIGURA 18: Vinculação espacial dos símbolos primários da agricultura urbana
 FONTE: O autor

Como já mencionado, o símbolo do passado é encontrado entre os agricultores urbanos assistidos pela prefeitura, ao qual agrega os símbolos secundários saúde, economia e política. Os significados embutidos no símbolo saúde são os mesmos dos demais agricultores urbanos: deixar de ingerir alimentos com agrotóxicos, consumir alimentos mais frescos e com maior diversidade.

Os significados econômicos se relacionam com a economia gerada por deixarem de comprar e alguma comercialização que ajude na cobertura dos custos de produção para que não tenham que retirar do orçamento familiar. Os significados políticos dizem respeito à confiança e dependência depositada no poder público por estes sujeitos, mostrando um poder simbólico estabelecido mesmo com o posicionamento da equipe da prefeitura de buscar não gerar dependência.

O presente é um símbolo primário para os agricultores vernaculares. A ele se vinculam também os símbolos de saúde e economia, com significados muito próximos aqueles encontrados dentre os assistidos pela prefeitura. Com relação ao significado de saúde, à diversidade alimentar é conferida maior importância, visto o número maior de espécies que mantém em um espaço menor via-à-vis agricultores assistidos. Por outro lado, alguns costumam utilizar adubos químicos e inseticidas, prática proibida nas hortas da prefeitura. Resta saber se, caso não houvesse a proibição os químicos, ainda assim não seriam utilizados. Com relação ao aspecto econômico, são menores as preocupações em cobrir os custos com a horta por meio da comercialização. Os investimentos não são muitos, pois muitas das plantas são

perenes e não exigem um frequente aporte de nutrientes no solo, mantendo baixo o custo de manutenção da horta.

O futuro aparece simbolizado sobretudo entre os agricultores politizados, com sua intencionalidade de propor um outro modelo de produção e consumo. Sobre este símbolo aporta-se secundariamente a saúde, também com o significado de diversidade, alimentos livres de agrotóxicos e terapia. A economia surge aqui como proposição de um novo modelo baseado na solidariedade e não na competitividade. A política tem um significado de confronto do poder hegemônico, sobretudo do agronegócio, por meio de campanhas nas redes sociais e pelo exemplo dado da efetividade da AU nas hortas domésticas e comunitárias.

Soma-se a isso um símbolo ambiental, significado pela preservação da biodiversidade alimentar, reciclagem dos resíduos orgânicos domiciliares e preservação das áreas verdes urbanas. Com isso, estes agricultores urbanos propõem um novo arranjo social onde a casa possa voltar a ser um centro de produção.

Pode-se perceber que, por mais que os símbolos sejam os mesmos, existem diferenças quanto ao significados que cada um carrega consigo. Estas distinções têm implicações sobre a manifestação da prática, como foi apresentado ao longo deste capítulo e do anterior, mostrando a diversidade existente na AU e ainda reconhecendo que muitos aspectos não foram considerados, como os educativos.

A abordagem simbólica da AU propicia reconhecer em uma perspectiva heterogênea, evidenciando os valores existentes nos diferentes grupos e vitando assim generalizações que possam esconder os reais significados presentes que movem os atores. Isto vale tanto para avaliar um programa em execução, como o trabalho realizado pela prefeitura de Curitiba, como para observar uma dada realidade, apreende-la e criar propostas de ação que vão ao encontro das demandas sociais, como novos programas que possam atender outros públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se no último capítulo desta dissertação com o propósito de tentar convergir as informações apresentadas até o momento na direção de construir um referencial simbólico da AU que contribua para sua expansão no município de Curitiba nas suas diversas manifestações. Nem todas as possibilidades foram exploradas, como as hortas institucionais instaladas em escolas, igrejas, associações e outros espaços que podem apresentar outros simbolismos, deixando o campo aberto para futuras pesquisas com esta abordagem.

Retomando o objetivo geral proposto por este estudo, os símbolos que regem a expressão da AU observada transitam entre os três grupos apresentando algumas diferenças nos seus significados. Os símbolos que foram chamados de primários tem valor único para cada grupo e transportam a ação temporalmente, localizando-a no passado, no presente e no futuro. Eles criam a condição para a formação dos símbolos secundários, os quais se encontram em diferentes grupos mas com sutilezas quanto aos significados criados nas suas relações com os símbolos primários.

Os significados expressam as razões de se praticar a AU. São elementos formados na relação do sujeito com o meio onde se agregam constantemente informações que mudam os significados. Por exemplo, no caso dos agricultores urbanos assistidos, para os quais sua experiência com os agentes da prefeitura agregou ao símbolo relacionado à saúde, nota-se uma preferência pela produção orgânica quando outrora no campo cultivavam com agrotóxicos.

Os parágrafos a seguir fazem menção aos objetivos específicos propostos na pesquisa. Retomando-se igualmente a hipótese que orientou esta investigação, de que há um universo de sentidos simbólicos na prática da AU compondo perspectivas distintas da prática, que direcionam para ações com intencionalidades diferentes.

O ambiente é um elemento construtivo dos significados. Ao alterá-lo, muda-se também sua significação. Na reconstituição do processo de ocupação do solo em Curitiba, nota-se que o fato da cidade ter iniciado seu processo de urbanização mais intenso há apenas oitenta anos faz com que muitos dos agricultores urbanos presenciassem seu espaço rural se transformando em espaço urbano, alterando a configuração da sua prática agrícola junto com o ambiente.

Os entrevistados que fizeram parte desta história já não tinham a agricultura como meio de vida, a família se evolvia com outras ocupações econômicas na cidade. Eles praticavam a agricultura por tradição, por prática vernacular, e seguem fazendo isso até os dias de hoje adaptando seu espaço. Ainda que a renda da família não viesse da produção agrícola, a quantidade de vegetais cultivados e animais criados tinha a capacidade de abastecer a família com alimentos, ao passo que hoje os animais são raros e as áreas de cultivo muito pequenas para representarem uma contribuição efetiva na subsistência.

Curitiba cresceu e se modernizou, mas não abandonou a produção agrícola. De fato as pessoas que contribuíram para a expansão urbana – os imigrantes europeus e os agricultores do interior do estado migrados principalmente a partir da década de 1970 – também ajudaram a manter viva a tradição da AU, pois trouxeram consigo um hábito produtivo que foi adaptado à cidade. A prefeitura deu sua contribuição criando o programa de AU ajudando no processo de desenvolvimento desta prática.

As transformações não pararam e possivelmente sequer venha a ocorrer. A AU segue se reinventando, atraindo outros públicos e criando novos diálogos, novos símbolos que emprestam significados à cidade com elementos que pareçam ser do campo, mas que se mostram particularmente urbanos, como a agricultura.

Sobre o perfil, esta pesquisa mostra que o universo dos agricultores urbanos não se restringe à população de baixa renda ou aos originários do campo, público que tem se mostrado o preferencial tanto nos investimentos públicos quanto nas investigações acadêmicas. A AU não se encerra em determinada classe social, ela perpassa toda a sociedade, ricos e pobres, de origem urbana ou rural.

O perfil traçado, apontando origem, motivações e experiências, constituintes do valor simbólico, mostra que há diferenças fundamentais entre os agricultores urbanos que alteram completamente a abordagem. Assistidos, vernaculares e politizados compartilham um mesmo lugar simbólico, a horta. De longe, suas prática parece ser a mesma, mas um olhar aproximado revela que consistem em grupos diferentes que demandam intervenção distintas quando se pensa em estratégias de fomento da AU.

Os símbolos designam a realidade e a intervenção sobre ela, como visto em Cassirer (2001). Os símbolos encontrados não devem ser entendidos como os únicos, pois uma investigação mais acurada sobre estes e outros aspectos da AU

certamente farão emergir outros não identificados nesta pesquisa. Destaca-se ainda a vinculação encontrada nos símbolos, sendo de ordem temporal (passado, presente e futuro) e pessoal (saúde, meio ambiente, economia e política). Os primeiros com maior fixidez e conferindo a direção para onde a prática aponta; os segundos mais fluidos e com significados cambiantes em cada grupo.

Os significados carregam as interpretações da realidade que caracterizam o símbolo e balizam a ação. É ao mesmo tempo então receptor e transmissor de informação. Uma vez que os significados possam apresentar sutis diferenças dentro de um mesmo símbolo para cada grupo,, o entendimento que possui do outro pode variar, criando até mesmo confusões ou deixando oculta algumas características.

Isso se verifica com mais evidência no símbolo *meio ambiente*. Para os assistidos, embora existam aspectos na prática desenvolvida que contribuem para as questões ambientais, estas não são reconhecidas, de modo que a questão ambiental é prioritariamente estética, e diz respeito à organização do espaço. Os agricultores vernaculares sequer refletem sobre algum aspecto ambiental. Já os politizados tem um forte sentido de preservação e inserção nas discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Esta análise abre espaço para se pensar em um outro aspecto da observação simbólica. A ênfase da pesquisa foi perceber a produção simbólica feita pelos atores sobre o objeto horta, ou seja, de pessoas sobre o espaço físico. O objeto de análise pode ser centrado nos próprios atores, onde o investigador cria os símbolos a partir da sua percepção do objeto. É possível encontrar as contribuições em todos os grupos, mas apenas um faz o auto-reconhecimento.

Correa (2007) afirma que símbolos e significados podem ser introduzidos intencionalmente às formas simbólicas, levando a uma apropriação dos sujeitos envolvidos com ela. Assim, os aspectos que se mostrem pertinentes para o bem da sociedade podem ser trabalhados de modo a serem incorporados pelos atores, como as questões ambientais.

Toda ação gera uma reação e nem sempre esta é favorável, gerando desafios a serem enfrentados. A AU é colocada à prova constantemente, seja por situações corriqueiras ou de ordem mais estruturais. No desenvolvimento da prática, os agricultores urbanos são desafiados a se posicionarem frente às contingências que surgem, as quais por vezes são de fácil resolução, mas em outras circunstâncias chegam a impedir a continuidade da ação.

Sobre os aspectos da produção, muitos não sabem como agir diante de um ataque de insetos ou doenças que surgem nas plantas, tampouco tem segurança se estão proporcionando um bom solo para o cultivo. Mesmo entre aqueles que já tiveram alguma experiência de produção agrícola no passado, o faziam-no com métodos da agricultura convencional. Apesar de saberem dos riscos à saúde provocados pelos agrotóxicos, alguns recorrem a eles quando já não conseguem contornar um problema.

Os politizados têm encontrado soluções buscando referências na internet. Realmente abundam hoje publicações de manejo agroecológico, a maioria ainda aplicado a áreas maiores, mas já surgem cartilhas de AU com enfoque na agricultura orgânica. Enquanto isso, os assistidos têm a opção de consultarem os técnicos da prefeitura. Já os vernaculares não possuem canais de informação tão acessíveis. Muitos sequer conhecem o programa municipal e não possuem habilidades com informática para acessarem a internet, problema que poderia ser contornado se os familiares mais jovens estivessem envolvidos no processo, pois tendem a ter um maior domínio das ferramentas de busca eletrônica.

Um outro desafio observado é com respeito a área de produção. Os assistidos gozam de um amplo espaço nas hortas comunitárias, mas para aqueles que fazem uso do espaço domiciliar encontrar uma área com tamanho e insolação suficiente pode não ter uma tarefa fácil. As reduções ocorridas nos lotes e o sombreamento causado pelas construções, que em geral não levam em conta o impacto causado no entorno sobre o aspecto produtivo, fazem com que muitas hortas sejam substituídas por jardins ornamentais, com plantas que demandam menor quantidade de luz solar.

Este fator, agregado da impermeabilização, faz com que muitos agricultores urbanos optem por cultivar em recipientes, como caixas e vasos, que podem ser deslocados ao longo do dia e das estações para as áreas mais ensolaradas. Porém, o desconhecimento da fisiologia da planta cria dificuldades de adaptar as culturas aos recipientes, resultando uma produtividade e qualidade menores.

A dedicação exigida para se obter um bom cultivo também se apresenta como um desafio. Conciliar as demandas da horta com o tempo disponível para a atividade determina também o tamanho da área utilizada para que esta não fique desassistida. Observou-se nas hortas comunitárias que alguns lotes apresentavam

muitas plantas espontâneas junto das cultivadas, efeito da falta de tempo da família responsável para se dedicar à manutenção da área.

Algumas técnicas agroecológicas podem ajudar os agricultores urbanos a pouparem tempo. A título de exemplo, sistemas de irrigação reduzem o tempo gasto com a rega, a cobertura morta retarda a germinação de plantas espontâneas e o cultivo de plantas companheiras reduz a incidência de insetos danosos para as culturas. Obviamente que isto cria a demanda de disponibilizar a informação, mas não somente isso. É necessário criar os meios para que ela chegue aos interessados.

Muitas referências já foram feitas sobre a relação entre AU e meio ambiente, neste e em outros trabalhos. Vale observar para os objetivos aqui propostos substancialmente a consciência ambiental presente nos agricultores urbanos, mais do que nas intenções dos agentes externos como ONGs e Estado.

É evidente a intenção ambiental na prática dos agricultores urbanos politizados, que carregam simbolicamente sua ação com este sentido. Ela se expressa no cuidado com o solo, na opção por métodos de produção orgânica, na importância de manejar os resíduos orgânicos domiciliares para que estes não sejam imobilizados no aterro sanitário, na transmissão destas práticas, configurando como meio de educação ambiental e no discurso político de denunciar as corporações agroalimentares que degradam a biodiversidade por meio dos transgênicos e contaminam o solo com o uso de agrotóxicos.

Entre os agricultores vernaculares e assistidos tais contribuição é indireta, pois não aparece como símbolo e não se manifesta nos significados. Na prática, estão deixando de contaminar o solo, pois na maioria dos casos praticam uma agricultura orgânica e cuidam dos seus resíduos com a compostagem, mas não compreendem isso como um benefício ambiental.

A prefeitura de Curitiba tem um claro objetivo ambiental na promoção da AU. Ela é utilizada como ferramenta de educação ambiental nas escolas e nas hortas comunitárias, o que impede que as áreas se transformem em depósitos irregulares de lixo, contaminando o solo. Mas ação pública deixa a desejar quanto ao manejo dos resíduos orgânicos, uma vez que a compostagem não é incentivada sob a alegação de atrair vetores. No entanto, este problema já se mostrou contornado por técnicas apropriadas de compostagem passíveis de serem aplicadas nas hortas comunitárias. Ademais, um dos maiores desafios que enfrenta a prefeitura hoje diz

respeito à destinação dos resíduos sólidos, cerca de 60% poderia ser absorvido pela AU.

Já apontou-se aqui a intrínseca relação entre a cidade e a produção agrícola, mostrando que desde os primórdios a agricultura é parte da cultura urbana, com avanços e retrocessos ao longo da história. E também não é de hoje que se argumenta dos benefícios em unir o campo e a cidade em busca de um espaço de vida mais saudável.

O desenvolvimento dos grandes centros urbanos apresenta desde o passado graves problemas de insalubridade, como poluição, proliferação de vetores de doenças, dificuldades no manejo de resíduos, superpopulação. Mais recentemente agrega-se a isso os congestionamentos de automóveis e causas psíquicas como stress e depressão. Em contrapartida, o campo simboliza para muitos dos habitantes urbanos um lugar de paz, vida simples, relação com a natureza e um ritmo de vida menos acelerado.

Já para os habitantes rurais, existem problemas suficientes no campo que os levam a buscar a vida na cidade, onde, na sua concepção, podem almejar uma vida melhor. A tentativa de encontrar um meio-termo onde seja possível construir uma cidade mais equilibrada não é nova. Thomas Morus escreveu em 1516 o livro “Utopia”, onde criou uma ilha composta por cinquenta e quatro pequenas cidades, repletas de jardins e pomares, cercadas de campos de cultivo que propicia para todos os cidadãos um ambiente saudável onde impera a igualdade. A partir desta obra, vários geógrafos e urbanistas, principalmente aqueles afins dos ideais anarquistas, passaram a desenhar cidades baseadas na ilha de utopia, como Kropotkin e Reclus (MACHADO e MOTTA, 2009).

Seguindo esta corrente, o urbanista inglês Ebenezer Howard (1898) concebeu o conceito de *cidade-jardim*, muito próximo do proposto por Morus. O projeto de Howard previa uma pequena cidade para no máximo trinta mil habitantes onde os ambientes urbanos e rurais estariam muito próximos e trocando informações e produtos constantemente. Para o autor, “cidade e campo devem estar casados, e desta feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (HOWARD, 1898. p. 116).

Muitas cidades encamparam projetos baseados no planejamento urbano de Howard. Ele próprio concebeu dois polos próximos a Londres que iniciaram com autonomia política. Hoje são distritos da capital. Madrid (Espanha), Paris (França),

Davis (EUA) e Goiás (Brasil) experimentaram planejar bairros a partir do conceito de *cidade-jardim*. A Companhia Inglesa de Colonização Norte do Paraná também se valeu das propostas de Howard para projetar as cidades de Maringá e Umuarama e Cianorte (ANDRADE, 2003).

O que inicialmente parecia uma boa proposta não foi suficiente para conter o voraz avanço capitalista, e estas cidades e bairros acabaram se rendendo ao alto adensamento não permitindo o ambiente campo-cidade proposto pelo autor. Porém, a influência desta perspectiva continua ativa, fazendo surgir projetos urbanísticos agora sob o signo de cidades sustentáveis, não mais apoiados em pequenos núcleos individualizados, mas atuando nos grandes centros criando “espaços verdes” que incluem a agricultura urbana.

Fazer uso da AU como promotora da saúde não somente das pessoas, mas do ambiente urbano, parece fazer sentido, uma vez que se apresenta como uma prática consolidada secularmente que envolve um grande número de cidadãos. Na Rússia, cerca de 80% dos urbanos cultivam alimentos, seja no jardim doméstico ou em hortas comunitárias. França, Portugal e Espanha possuem jardins comunitários desde 1930. Com já visto, esta também é uma realidade brasileira e particularmente para efeitos deste trabalho, curitibana.

Talvez a cidade-jardim idealizada por Howard não consiga, neste momento, se sustentar diante da força desenvolvimentista do capital. Porém seus sinais se manifestam na AU, na integração do campo que está dentro da cidade, nos quintais, nas hortas comunitárias. Dentre os benefícios idealizados pelo autor na sua idealização, alguns foram encontrados nesta pesquisa como a destinação adequada dos resíduos e a melhoria da alimentação, ambos os quais certamente podem ser potencializados por meio de medidas que estimulem a ocupação urbana com a agricultura, a exemplo da já citada experiência cubana (DIAZ, 2005)

Dylan Kwok utiliza o termo *agripuntura urbana* para designar o uso intencional da AU como promotora de desenvolvimento sustentável na cidade. O termo se refere à técnica da medicina oriental acupuntura, onde agulhas são introduzidas em pontos específicos do corpo que se conectam a outras, como órgãos, músculos e até com ações psíquicas, como stress e depressão (QUIRK, 2012). Kwok apresentou medidas de design urbano, como a criação de mobiliários, praças e edifícios que favorecem o acesso a áreas de cultivo e a informação.

De certo modo, a criação das hortas comunitárias do Tatuquara representa uma ação de agripuntura. O uso para a produção agrícola inibiu o uso indevido das áreas, melhorando o ambiente do bairro. O mesmo pode ser feito preconizando o manejo de resíduos orgânicos, preservação de áreas verdes, educação ambiental e o abastecimento alimentar. Medidas como esta podem gerar os efeitos pretendidos por Howard: um ambiente urbano mais limpo, saudável e que promova a qualidade de vida dos seus habitantes.

Por fim, observa-se que a agricultura é utilizada como ferramenta. Pela política pública para promover a segurança alimentar. Pelos os agricultores urbanos politizados, para posicionarem-se diante do sistema agroalimentar. Pelas escolas, para a educação ambiental. Agora, deve-se observar como a ferramenta se aplica e quais os objetivos a serem alcançados com seu uso, para verificar o que ela ajuda a produzir.

O ser humano criou a ferramenta para auxiliá-lo nas tarefas diárias. Ela potencializa o que as mãos fariam reduzindo o esforço e o tempo gasto e até mesmo refinando o produto final. Uma característica da ferramenta neste sentido é que ela não substitui o ser humano, apenas aumenta a capacidade do próprio ser. A revolução industrial deu um novo sentido à ferramenta. Esta passa a ter o objetivo de substituir o trabalhador e mais, colocá-lo a serviço da máquina. Não é mais o usuário que determina o ritmo da ferramenta, a ferramenta determina como o usuário trabalha Illich (1973) Reconhece esta inversão e a aponta este processo como um dos motivadores das crises que hoje enfrentamos: ambiental, econômica e social. Nas suas palavras,

Os sintomas de uma progressivamente acelerada crise planetária são evidentes. Por todos os lados se procurou o porquê. Antecipo, por meu lado, a seguinte explicação: a crise radica no malogro da empresa moderna, isto é, na substituição do homem pela máquina. O grande projeto metamorfoseou-se em um implacável processo de servidão para o produtor e de intoxicação para o consumidor.

O domínio do homem sobre a ferramenta foi substituído pelo domínio da ferramenta sobre o homem. É aqui se torna reconhecer o malogro. Há uma centena de anos que tentamos por par trabalhar a máquina para o homem e educar o homem a servir a máquina. Descobre-se agora que máquina não “anda” e que o homem não poderia resignar-se às suas exigências, transformando-se todavia em seu servidor. Durante um século a humanidade entregou-se a uma experiência baseada na seguinte hipótese: a ferramenta pode substituir o escravo. Ora bem, tornou-se evidente que, aplicada a tais objetivos, é a ferramenta que torna o homem seu escravo (p. 23).

A AU enquanto estratégia de segurança alimentar, nos moldes propostos pelos organismos internacionais (FAO, BM, RUAFA, GTZ), parece tentar minimizar um problema gerado pela ferramenta agroalimentar moderna sem tocar na fonte: a industrialização da produção alimentar onde não se respeita a escala, o ambiente, as tradições, a geografia. Onde poucos determinam o que muitos vão comer. Enquanto o abastecimento das famílias depender de uma ferramenta industrial, seguirá produzindo as externalidades vistas hoje como a fome e o desperdício (ROSSET, 2003).

Viu-se a partir desta pesquisa que para todos os grupos estudados a AU apresenta traços do que parece ser uma outra lógica. Economicamente, uma menor dependência do sistema financeiro substituída pela solidariedade. Enquanto a ciência econômica se baseia na escassez, a economia popular da AU cria a abundância. Politicamente, tem-se um posicionamento dos cidadãos de tomarem posturas de ação sobre a realidade ao invés de delegar a um político eleito a capacidade de representar sua luta diante de uma assembleia. Culturalmente, tem-se um hábito de cuidado com a terra, de tocá-la com as mãos e fazê-la produzir. Estes traços parecem dar os elementos para se pensar no uso da AU a partir de outra ferramenta.

Seguindo com Illich (1973) na busca de uma ferramenta alternativa, justa, procura-se três características: “é criadora de eficiência sem degradar a autonomia pessoal; não provoca nem escravos nem senhores e amplia o raio de ação pessoal” (p. 23). Este autor define esta nova ferramenta como *convivencial*, entendida por sua oposição a lógica industrial, substituindo um valor técnico por um ético, valor material por valor adquirido. Uma ferramenta que permite às pessoas a criatividade, a intervenção direta sobre sua realidade. A autonomia é o que define o limiar desta ferramenta. Quanto à capacidade de tomar suas próprias decisões sobre a operação, a ferramenta deixa de ser convivencial.

A utilização da AU como ferramenta convivencial implica em dar espaço e estimular uma atividade que já vem ocorrendo e que foi demonstrada nesta pesquisa, onde os atores buscam autonomamente maneiras de cuidar da sua saúde, manejar seus resíduos, embelezar seu bairro e criar outras relações econômicas. Nota-se que o papel mais fundamental do poder público nesta experiência foi disponibilizar as áreas, porque o desejo de cultivar seu alimento já

estava latente nas pessoas e tal desejo não se encontra somente entre os mais pobres.

Uma outra sugestão que parece nos razoável para melhorar o uso convivencial da AU é a disponibilização de informação, tanto científica quanto empírica. Isso implica na necessidade de centros, locais de encontro onde a informação possa ser acessada e trocada entre os usuários. Preferencialmente lugares físicos, haja vista que, mesmo tendo o uso da internet tão popularizada, muitos dos agricultores urbanos não fazem uso, seja por não disporem dos equipamentos ou por não saberem maneja-los.

Dentre os agricultores urbanos pesquisados, aqueles que parecem mais se aproximar com dos preceitos da convivencialidade são os vernaculares. Não foi por outro propósito a escolha do uso deste termo para designar a prática senão utilizá-los como referência, pois entre eles, até mesmo pela idade que apresentam, restam saberes e intenções que apontam para a construção de autonomia. Suas casas representam este outro modo de viver, onde produzir tem maior valor que consumir. Os símbolos identificados neste trabalho (economia, política, saúde, meio ambiente) estão presentes nestas pessoas. Muitas vezes, não muito evidentes nas falas (entrevistas), mas sim na observação do modo como vivem e constituem suas casas. A hipótese do por quê não são tão evidentes no discurso é porque esta prática faz parte do seu cotidiano, do seu modo de viver. Por isso o símbolo temporal se localiza no presente.

Estes atores apontam para uma economia onde o dinheiro é relativizado. Primeiro porque demonstram se contentar com uma vida simples. Segundo porque as relações de tocas entre os vizinhos e amigos os supre de muitas necessidades, principalmente alimentares. Politicamente, na medida que podem, ignoram na medida que podem, o poder público e o mercado, criando soluções mais autônomas que reduzem sua dependência destas estruturas.

No aspecto da saúde, mantêm uma boa alimentação baseada em muitos vegetais dos quais alguns são de produção própria, utilizam plantas medicinais cultivadas no quintal e mantêm um ritmo de vida mais lento mesmo antes de se aposentarem. O centro da vida dessas pessoas é a casa e não o emprego. Ambientalmente, cuidam do seu lixo, produzem menos resíduos recicláveis, mantêm uma grande biodiversidade em seu quintal, tanto de plantas alimentares como de ornamentais.

O exemplo destes agricultores urbanos vernaculares pode servir, como fez para se pensar em uma outra proposta de intervenção na AU. Illich (1980) propõe que as práticas vernaculares podem servir de referência para uma nova organização da sociedade, baseada na convivencialidade. Um caminho possível para isso é buscar agregar intencionalmente significados às formas simbólicas espaciais que comuniquem ao público envolvido esta nova abordagem, os novos significados, como aponta Correa (2007).

Desse modo, talvez se alcance o objetivo buscado por Howard com a cidade-jardim: criar um ambiente onde se possa viver com segurança e qualidade de vida, ecologicamente responsável e produtivamente eficiente para manter as condições necessárias para a subsistência da população urbana.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EFE. Agricultura urbana dá esperança para Detroit. **Gazeta do povo**, Curitiba, 28/07/2013, caderno mundo, versão digital. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?tl=1&id=1394484&tit=Agricultura-urbana-da-esperanca-para-Detroit>>. Acesso em 28/07/2013.

AGÊNCIA ESTADO. Vítima da crise, Detroit pede falência. **Gazeta do povo**, Curitiba, 19/07/2013, caderno economia, versão digital. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1392157&tit=Vítima-da-crise-Detroit-pede-falencia>>. Acesso em 19/07/2013.

ALEIXO, Izabela; DAYER, Vladimir; ARAÚJO, Laís; FIORINI, Anôr. Agricultura urbana na comunidade do morro do escorpião: o que podemos aprender? Cadernos de agroecologia, v. 6 n° 2, dezembro de 2011. Disponível em <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/download/10627/7220>>. Acesso em 02/07/2012.

ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 44 n.1 Jan./June 2001. disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a09v44n1.pdf>>. Acesso em 21/01/2013.

ALMEIDA, D. Agricultura urbana e segurança alimentar: ações e aprendizados da rede de intercâmbio de tecnologias alternativas. Carvalho, S.; Knauss, P. (eds.) **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007. p. 73-89.

ANDRADE, José Mario Ferreira de. **A importância da usina de compostagem de São José do Rio Preto**. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ponto-de-vista/47,a-importancia-da-usina-de-compostagem-de-sao-jose-do-rio-preto>>, acesso em 25/03/2014.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. **Arquitextos**, São Paulo, ano 04, n. 042.02, Vitruvius, nov. 2003. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>>. Acesso em 01/04/2014.

ALVES, M. C.; CORRÊA, W. K. Produção agroecológica e sua importância em comunidades periféricas urbanas: o caso de Florianópolis/SC. In: **SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, 7., Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ALVES, Marco Antônio de Sousa. Racionalidade e argumentação em Habermas. **Kínesis**, v. 1, n. 02, p. 179-195, outubro/2009. Acesso em 22/08/2013. Disponível em <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Artigo13.M.Souza.pdf>>.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura urbana em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 1. p. 137-150, 2007.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP**: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas. Dissertação (mestrado em engenharia agrícola) , Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

AZEVEDO, Elaine. A ciência e os riscos ambientais vinculados ao sistema agroalimentar moderno. In: **caderno eletrônico de ciências sociais**, Vitória, BA ,v. 1, n. 1, p. 18-40, julho de 2013. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/cadecs/article/download/5964/4380>>. Acesso em 08/05/2014.

BARBOSA, Livia, CAMPBELL, Colin (org). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 728 p.

BRASIL. **Lei de segurança alimentar e nutricional nº 11.346**. Promulgada em 15 de setembro de 2006.

_____. **Seleção pública de propostas para implantação de ações de agricultura urbana e periurbana em governos estaduais e ou municipais**. Brasília, DF: ministério do desenvolvimento social e combate a fome, 2012

_____. **Política nacional de resíduos sólidos lei nº 12.305**. Promulgada em 12 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 25/03/2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável:** Pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Overview, 2012. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis?download=989:o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>>. Acesso em 25/03/2014.

_____. **PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; secretaria nacional de segurança alimentar e nutricional; secretaria de avaliação e gestão da informação, 2014. Disponível em < <http://s3.amazonaws.com/ppt-download/livropaa10anoscompleto-140204131645-phpapp02.pdf?response-content-disposition=attachment&Signature=EmU6p8sbUYBaW3VjpT4Bd7q2dHE%3D&Expires=1392969864&AWSAccessKeyId=AKIAIW74DRRRQSO4NIKA>>. Acesso em 16/03/2014.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. São Paulo: paz e terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Bertrand Brasil, 1989.

CAIADO, Maria Célia Silva; PIRES, Maria Conceição Silvério. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). **Novas metrópoles paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 275 - 304.

CARRANCA, Adriana. **Em meio aos arranha-céus, eles cultivam na própria varanda.** O estado de São Paulo, São Paulo, 27/06/2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,em-meio-aos-arranha-ceus-eles-cultivam-horta-na-propria-varanda,394259,0.htm>>. Acesso em 15/09/2011.

CARMO, Lúcio Flávio Zancanela do. **Agricultura urbana na cidade de Rio Branco, Acre:** caracterização, espacialização e subsídios ao planejamento urbano. (Dissertação) Universidade Federal de viçosa, 2006.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem:** introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Essência e efeito do conceito de símbolo. Fondo de cultura econômica, México, 1989.

CASTELLS, Emanuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, negócios e sociedade**. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASSOL, Abel; FARIAS, Guilherme silva de. A emergência de dispositivos coletivos na agricultura familiar de Pelotas – RS: o caso da ARPA.SUL. **revista Todavia**, ano 2 nº 2, julho de 2011, p. 7-24. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Art%201%20Revista%20Todavia%202ed.pdf>>. Acesso em 04/05/2014.

CEPAGRO. **Cartilha de agricultura urbana com enfoque agroecológico**. Florianópolis: CEPAGRO, 2009.

CLAY, Edward. **Trade policy options for enhancing food aid effectiveness**. Genebra: international centre for trade and sustainable development, 2012.

COCKRALL-KING, Jennifer. **Foodandthecity: urbanagricultureandthe new food revolution**. New York: Prometheus books, 2012.

COMASSETTO, Bruno Henrique. ; ZALDIVAR, Gabriela. Solalinde. ; SOUZA, João Vicente Rosa de ; TREVISAN, Marcelo ; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio ; ROSSI, Carlos Alberto Vargas . **Nostalgia, Anticonsumo Simbólico e Bem-Estar: a Agricultura Urbana e o Resgate da Tradição**. In: XXXV Encontro da Anpad, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XXXV EnANPAD, 2011.

COMITÊ DA BACIA DO RIO CAÍ. cap. 3: tendência de crescimento dos núcleos urbanos. In: **Relatório temático A3**, 2008. Disponível em: <http://www.comitecai.com.br/plano/RTA3/RTA3-Cap_3.4Tend_crescimento_urb.pdf>. Acesso em 01/04/2013.

CORADIN, Cristiane ; NIEDERLE, Paulo André . **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas comunidades quilombolas: dimensões econômicas e sociais da construção de autonomia na agricultura do Vale do Ribeira, PR**. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2012, Vitória. Anais. Brasília: Sober, 2012. v. 1. p. 1-20.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Formas simbólicas e espaço**. Relatório final de pesquisa financiada pelo CNPq, 2010. Disponível em <https://0b85a8c7-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/robertolobatocorrea/RLC2010-FormasSimbolicaseEspaco.pdf?attachauth=ANoY7coyFj9xUqYXpwi9FyTjyr1oeiWslbA92NM0f25ZnbfGL1z1knXZaIL36Ch5B4uoNPG06GFFcJmnMvtCdnTGkcn3WfDGOjh-WSzbHSFRXgl-wkzYA8_g4yy4OHw9F-YyP98Tmqal3b80OygDvkgAU07cHmDrqIT8A021ZveDxmaMofwba1HQCpCg7yW-5ZFLE0bNbP5SVJgzBnvUqbg5pWt1MvoLkIQrYcgGLS->

W5ucwR4QfECRSuxdKVnTZZaqPosn4j4K6&attredirects=0>. Acesso em 12/12/2013.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas** [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade federal de Minas Gerais, 2010.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, nº 7, Belo Horizonte, julho - dezembro de 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2001.

CURITIBA. Programa municipal de agricultura urbana. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/agricultura-urbana-smab/252> >. Acesso em 12/03/2013.

DIAS, Tielle Soares. **A expansão da ocupação urbana sobre o relevo do município de Porto Alegre** [monografia]. Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2011. Disponível em <il.<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32726/000788153.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01/04/2013.

DIAZ, Jorge Pena. Urban Agriculture in Havana: Opportunities for the future. In: **CPULs Continuous Productive Urban Landscapes: Designing Urban Agriculture for Sustainable Cities**; Pgs: 136-145 Elsevier: Architectural Press; Oxford. Editors: Viljoen, Andre; Bohn, Katrin. ©2005.

DESILVEY, Caitlin. **Cultivated histories in a Scottish allotment Garden**. In: **Cultural Geographies October 2003 vol. 10 no. 4 442-468**. Disponível em <<http://cgj.sagepub.com/content/10/4/442.full.pdf+html>>. Acesso em 10/05/2012.

DETROIT, City of. **Urban Agriculture ordinance**. Promulgada em fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.detroitmi.gov/Portals/0/docs/legislative/cpc/pdf/Urban%20Ag%20Ordinance%20Abridged_Apr2013.pdf>. Acesso em 22/01/2012.

DOUGLAS, Mary, ISHERWOOD, Douglas. **El mundo de los bienes: hacia una antropología del consumo**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1990

EVANS, ALEX. **Governança para um sistema alimentar resiliente**. Textos para discussão da Oxfam, 1º de junho de 2011. Disponível em <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/20110527-dp-governance-resilient-food-system-pt.pdf>. Acesso em 28/04/2014.

FAO. **La Agricultura Urbana Y Periurbana**. Roma, Itália: FAO (Comitê de Agricultura), 1999.

_____. **Tratado internacional sobre os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura**. Roma, 2004.

_____. **The state of food insecurity in the world: economic growth is necessary but not suficiente to accelerate reduction of hunger and malnutrition**. Roma, 2012. Disponível em < <http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>>. Acesso em 12/08/2013 .

FARIAS, Eduardo. **Revolução dos baldinhos: um modelo de gestão comunitária de resíduos orgânicos que promove a agricultura urbana** [monografia]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

FERNANDES, Vladimir. **Filosofia, ética e educação na perspectiva de Ernst Cassirer** [tese]. Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, José Carlos. **No mossunguê que não conhece a solidão**. Gazeta do Povo, Curitiba, versão eletrônica , 25/04/2010.

FERREIRA JR, Castilho CJM. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. Recife: Revista de Geografia. UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 2; 2007.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território**. In: Geografia em questão, v. 05, nº 01, p. 66-82, 2012. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/4829/4937>>. Acesso em 28/04/2014.

FILHO, Niemayer Almeida; SCHOLZ, Vera. **Soberanía alimentaria y seguridad alimentaria: ¿conceptos complementarios?**. XLVI congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. Rio Branco, Acre, 20 a 23 de junho de 2008.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba . **Polis e Oikos**: o público e o privado na Grécia antiga. Coletâneas do Nosso Tempo, UFMT-Rondonópolis, v. 4, p. 113-118, 2000. Disponível em < http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf>. Acesso em 21/03/2014.

FLORIANI, Nicolas. **Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos do Rio Branco do Sum-PR**; uma abordagem geo-sócio-agronômica da paisagem rural. [tese]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

FROZI, D. S.; SILVA, E. R.; FONSECA, A. B. (2009). Agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional: concepções e práticas de alunos e professores. In: **congresso brasileiro de sociologia**, 14. Rio de Janeiro: SBS.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Notas para uma geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer**. Encontro nacional dos geógrafos. Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010. Disponível em < <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4527>>. Acesso em 14/10/2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável – 4ª edição. Porto Alegre: editora da universidade federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GRISA, Catia; CONDERATO, Marcelo Antonio. **A produção para o autoconsumo no Brasil**: entre a importância econômica e o reconhecimento social. In: 49º congresso da sociedade brasileira e economia, administração e sociologia rural. Belo Horizonte, 24 a 27 de julho de 2011. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/822.pdf>> . Acesso em 04/05/2014.

GOLDSTEIN, Mindy; BELIS, Jennifer; MORSE, Sarah; MYERS, Amelia; URA, Elizabeth. **Urban agriculture**: a sixteen city survey of urban agriculture practices across the country. Atlanta, USA: Turner environmental law clinic, 2011. Disponível em < <http://georgiaorganics.org/wp-content/themes/GeorgiaOrganics/Downloads/SiteMoveOver/urbanagreport.pdf>>. Acesso em 10/03/2012.

HB Lanark. **The urban farming guide book**: planning for the business of growing food in BC's towns & cities. Vancouver, CA, 2013.

HLADCZUK, Ana Maria; BARZ, Elton Luiz; SUTIL, Marcelo Saldanha; BOSCHILIA, Roseli. **História de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 2000.

HOWARD, Albert. **Um Testamento Agrícola** (1936). São Paulo: Expressão popular, 2007.

HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of tomorrow*. Adelaide, AU: Universidade de Adelaide, 1898.

HUNT, John Dixon; WOLSCHKE-BULMAHN, Joachim. **The vernacular Garden**. Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture, 1990.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009_a_val_nutricional/pof20082009_avaliacao.pdf>. Acesso em 23/08/2013.

IPPUC. **Planos Regionais**. Curitiba, 2008.

_____. **Curitiba em números**. Curitiba, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES. **World Disasters Report**. Geneva, 2011. Disponível em <
<http://www.ifrc.org/PageFiles/89755/Photos/307000-WDR-2011-FINAL-email-1.pdf>>. Acesso em 25/10/12.

ILLICH, Ivan. **O direito ao desemprego criador**: a decadência da idade profissional. Rio de Janeiro: Alhambra, 1979.

ILLICH, Ivan. *Shadow Work*. Salem, New Hampshire and London: Marion Boyars, 1981

LACEY, City of. **Urban agriculture ordinance nº 1368**. Promulgada em junho de 2011. Disponível em <
http://www.ci.lacey.wa.us/Portals/0/docs/city_council/ordinances/Ordinance%201368%20-%20Urban%20Agriculture%2006.09.11.pdf>. Acesso em 22/01/2012

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. São Paulo: record, 2006.

LEPPER, Luciano. **Agricultura Urbana: uma estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável em Santa Cruz do Sul/RS**. [dissertação] Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

LERMAN, Sharon. **Seattle food action plan**. Seattle: office of the city, 2012. Disponível em <http://www.seattle.gov/Documents/Departments/OSE/Seattle_Food_Action_Plan_10-24-12.pdf>. Acesso em 03/05/2013.

LESHER Jr, Charlie W. **UrbanAgriculture: A LiteratureReview**, Beltsville, MD: United StatesDepartmentofAgriculture, AlternativeFarming Systems Information Center, NationalAgricultural Library, 2006. Disponível em <<http://community-wealth.org/sites/clone.community-wealth.org/files/downloads/report-lesher.pdf>>. Acesso em 21/10/2012.

LIMA, Ricardo Chaves. Um exame dos determinantes das migrações rural-urbanas no Brasil. In: Cadernos de ciência & tecnologia. Brasília, v. 12, nº 1/3, p. 55-67, 1995. Disponível em <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/9018/5123>>. Acesso em 25/03/2014.

LOPES, Aureliano . O trickster e o palhaço: a permanência da transgressão. II **Colóquio de Psicologia da Arte**, 2007, São Paulo. II Colóquio de Psicologia da Arte - A correspondência das artes e a unidade dos sentidos. São Paulo: LAPA-USP, 2007.

MACHADO, Cynthia Torres de Toledo; MACHADO, Altair Toledo. **Agricultura de base ecológica em sistemas urbanos: potencialidades, limitações e experiências**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrado, 2005.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro & MOTTA, Pedro Nicoletti. A agricultura urbana, o desenvolvimento integral e a cidade jardim, um resgate de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. In: Anais do 12º EGAL – Montevideu, 2009. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/07.pdf>>. Acesso em 02/03/2011.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. São Paulo: vozes, 2002.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF; NEAD; 2010.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MICHELON, Edinaldo; GREATI, Lígia; PIRES, Vicente Chiaramonte. **Agricultura urbana como fator de desenvolvimento econômico e social – um estudo na região metropolitana de Maringá**. XXVI semana do economista, Universidade Estadual de Maringá, 12 -14 de setembro de 2011.

Mougeot, L. (1999): **Urban agriculture: Definition**, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges. Paper presented to the International Workshop “Growing Cities, Growing Food”, October 11-15 1999, La Habana, Cuba.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de agricultura urbana** nº 1, junho/2000 p. 1-8. Acesso em 03/02/2011. Disponível em <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf>>.

NOLASCO, Camille Lanzarotti. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de juiz de fora/MG** [dissertação]. Juiz de Fora, MG: Universidade federal de Juiz de Fora, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Agricultores, pecuaristas e pós-graduados. Caderno paladar, versão eletrônica. 16/11/2011.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/deslocamentos.pdf>. Acesso em 25/03/2014.

OLIVER, Claudio Ferraz. **A casa como centro de produção**. Transcrição de palestra. Curitiba, 25/05/2011.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación, Olivier De Schutter**. Nueva York, diciembre/2011. Disponível em http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20120306_nutrition_es.pdf. Acesso em 25/10/2012.

OTTMANN, Michelle Melissa Althaus; BORCIONI, Elis; MIELKE, Érica;

CRUZ, Mailane Raizer da; FONTE, Nilce Nazareno da. Impactos ambientais e sócio-econômicos das hortas comunitárias sob linhas de transmissão no bairro Tatuquara, Curitiba, PR, Brasil. In: **Revista Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, 5(1):86-94 (2010).

OTTMANN, Michelle Melissa Althaus. **Agricultura urbana**: um estudo multicaso dos quintais da favela do parolin e bairro fanny em Curitiba, Pr, Brasil e dos “community gardens” no Bronx, Nova Iorque, EUA [tese]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

PEREIRA, Edson Rivelino; TAKASHINA, Mario Kunio; MORAIS, Braz Eustáquio de; LALICO, Hilda Carachenski; HAMMERSCHMIDT, Marcelo; CRUZ, Luana Santos da; AMARAL, Luciana Boska do; SCUISSIATO, Christiane Santos Domingues; FERNANDES, Wilson Fernando; SOUZA, Paulo César; OLIVEIRA, Benedito Aparecido de; PIANARO, Sezi Luiz. Censo agrícola de Curitiba. **revista gestão pública em Curitiba**, vol. 1 nº 3, set/dez. Curitiba: Instituto Municipal de administração pública, 2010.

PORTAL BRASIL. **Obesidade atinge mais da metade da população brasileira, aponta estudo**. Publicado em 27/08/2013. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/08/obesidade-atinge-mais-da-metade-da-populacao-brasileira-aponta-estudo>>. Acesso em 02/05/2014.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. **Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil**. Revista geográfica da América Central, número especial EGAL, 2011, Costa Rica, II semestre de 2011, p. 1-17. Disponível em <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2384>> . Acesso em 21/08/2013.

PORTILHO, Fátima. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. In: **Política & Sociedade**. Vol. 8, n 15, p. 199-224, out 2009.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; RIBEIRO DE CASTRO, Inês Rugani. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, nº. 1, janeiro de 2011, pp. 99-106. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Brasil. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=63015361010>. Acesso em 30/04/2014.

PRADO, Bruno Azevedo. **A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro**: agricultores do maciço da Pedra Branca. [Dissertação] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Lei 9.800 de 3 de janeiro de 2.000**. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/multimedia/00084664.pdf>>, acesso em 22/08/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE; REDE de intercâmbio de tecnologias alternativas. **Agricultura urbana: Belo Horizonte cultivando o futuro**. Belo Horizonte: Rede de intercâmbio de tecnologias alternativas, 2008.

Quirk, Vanessa. "Urban Agri-puncture / Dylan Kwok" 18 Jun 2012. *ArchDaily*. Accessed 22 Apr 2014. <<http://www.archdaily.com/?p=244787>>

ROSSET, Peter. **Food sovereignty: global rallying cry of farmer movements**. In: *Backgrounder*, v. 9 n° 4, 2003. Disponível em http://www.foodfirst.org/sites/www.foodfirst.org/files/pdf/Backgrounder_Fall_2003.pdf. Acesso em 23/02/2013.

SANTANDREU, Alain; LOVO, **Identificação das iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: IPES/REDE, 2007.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: cortez, 2007.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O Negócio é Ser Pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **revista Sociedade e Estado**. Brasília-DF, v.21, p.109 - 130, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 18, nº 51, fevereiro/2003.

SCOLARI, Dante D. G. Produção agrícola mundial: o potencial do Brasil. In: **VISÃO PROGRESSISTA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. Brasília, DF: Fundação Milton Campos, 2006. Disponível em <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/417182/1/Producaoagricolamundi.pdf>>. Acesso em 27/01/2014.

SILVA, GilianderAllan da; CASTANHO, Roberto Barboza. Mapeamento da agricultura urbana no município de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. In: **Revista Horizonte Científico**. Vol. 5 nº 2. Uberlândia, MG: 2011.

SILVA, Luis Otávio. Os quintais e a morada brasileira. In: cadernos de arquitetura e urbanismo. Belo horizonte, v. 11 nº 12, p. 61-78, dezembro de 2004. Disponível em <
<
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/viewFile/852/818>> acesso em 02/12/2013.

SILVA, Elizabete Cristina Ribeiro; FONSECA, Alexandre Brasil. Hortas em escolas urbanas, Complexidade e transdisciplinaridade: Contribuições para a Educação Ambiental e para a Educação em Saúde. **revista brasileira de pesquisa em educação em ciências**, v. 11, nº 3, 2011. Disponível em <
<
<http://revistas.if.usp.br/rbpec/article/viewFile/411/271>>. Acesso em 25/07/2012.

SMIT, Jac; NASR, Joe; RATTA, Annu. **UrbanAgriculture: Food Jobs and Sustainable Cities**. The urbanagriculture network, 2001.

SMITH, Michael E. **The Aztecs**. Blackwell Publishers: Oxford, 2012.

SMITH, John; HERMAN, Gary. **The case for urban agriculture in the UK**. Manchester, UK: urbanag CIC, 2012. Disponível em <
<
<http://www.urbanag.org.uk/files/The%20case%20for%20urban%20agriculture%20in%20the%20UK%20V1.doc>>. Acesso em 18/10/2012.

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteira do Paraná: Da Colonização à Migração**. In: **Fronteiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Brasília- Paris: ORSTOM, 1988. Disponível em: <
<
http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf>. Acesso em 20/01/2013.

TOALDO, Mariângela Machado. Sob o signo do consumo: status, necessidades e estilos. **revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 7, p. 89-97, novembro de 1997. Disponível em <
<
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Frevistafamecos%2Farticle%2Fdownload%2F2989%2F2271&ei=PYhvU4yiPI2zsAT974HABQ&usq=AFQjCNFnBI6LewsXn3lsFI1wQz1rAdXzOA&sig2=-SWIGfAUKft9gmOVXuigRw&bvm=bv.66111022,d.cWc>>. Acesso em 05/03/2014.

TSCHUDI, Johann Jacob von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo: editora USP, 1980.

VALIERI, Tatiana Santiago Delattre. **Agricultura urbana em Curitiba: o caso do loteamento Vitória Régia** [monografia]. Curitiba: universidade tecnológica do paraná, 2012.

VINHOLI, Ana Carolina. **Agricultura Urbana: um estudo de caso em Itajaí/SC** [Disserta o]. UDESC. Florianópolis, 2011

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migra o e investimento nos estudos**. IX ANPED-sul. Caxias do Sul, agosto/2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>>. Acesso em 03/04/2013.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, vol.1.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percep o, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: editora Difel, 1980.

APÊNDICE

APÊNDICE 1: Questionário apresentado em lojas agropecuárias.

Nome:	Idade:
Endereço:	
e-mail	Telefone:
Tipo de moradia: <input type="checkbox"/> casa <input type="checkbox"/> apartamento <input type="checkbox"/> chácara	
O que lhe motiva a cultivar hortaliças?	
Você tem interesse em compartilhar seus conhecimentos sobre horta e aprender com outros?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

APÊNDICE 2: Questionário aplicado nas escolas.

APÊNDICE 3: Questionário aplicado aos membros do grupo de agricultura urbana

Nome:	Idade:
Endereço:	
e-mail	Telefone:
Tipo de moradia: <input type="checkbox"/> casa <input type="checkbox"/> apartamento <input type="checkbox"/> chácara	
Você tem horta ou alguma planta comestível em casa? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Quem cuida da horta? <input type="checkbox"/> você <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> irmãos <input type="checkbox"/> tios <input type="checkbox"/> avós	
O que é plantado?	
Mais alguém da sua família tem horta em casa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Quem? <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> irmãos <input type="checkbox"/> tios <input type="checkbox"/> avós	

na rede social.

Nome:	Idade:
Endereço:	
e-mail	Telefone:
Atividade atual:	
Tipo de moradia: () casa () apartamento () chácara	
Cidade de origem:	
Se originário de outra cidade, quando migrou para Curitiba?	
Morou em outras cidade? Quais e quando?	
Se migrante, por que migrou?	
Já exerceu alguma atividade profissional agrícola?	
Sua família tem origem na área rural? () sim () não Quem? () pais () avós	
Quem cuida da horta? () você () cônjuge () filhos () pais () irmãos () tios () avós () outros _____	
O que é plantado?	
Com quem aprendeu?	
Com que frequência trabalha na horta?	
Como é feita a adubação? Que produtos utiliza?	
Com quem compartilha? () família () Vizinhos () Venda	
Tamanho do terreno: () de 100 a 200m ² () de 201 a 500m ² () mais de 500m ²	
Tamanho da área produtiva: () menos de 10m ² () de 11 a 50m ² () de 51 a 100m ² () mais de 100m ²	
Tempo de moradia na residência atual:	
Desde quando planta no quintal?	
Mais alguém da sua família tem horta em casa? () Sim () Não Quem? () pai () mãe () irmãos () tios () avós	

APÊNDICE 4: Entrevista semi-estruturada aplicada à pessoas identificadas por meio dos questionários.

Responsável pelo quintal

Nome:		Idade:
Endereço:		Telefone:
Cidade de origem:		Migrado em:
Morou em outras cidades?		
Atividade anterior (agrícola ou não?)		
Atividade atual		
Por que migrou?		
Família tem origem no campo?		
Outros membros da casa		
Nome	Parentesco	Idade
Forma de participação na produção		
Sobre a prática		
O que planta? Chás, hortaliças, temperos, frutas, animais		
Porque planta? <input type="checkbox"/> tradição <input type="checkbox"/> economia <input type="checkbox"/> ambientalismo <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> outro:		
Com quem aprendeu?		
Como faz o plantio?		
Com que frequência trabalha na horta?		
Planta a pedido de alguém? (cozinha)		
Cultiva plantas não convencionais?		
Como é feita a adubação? (comprado ou com lixo orgânico)		
Com quem compartilha? <input type="checkbox"/> família <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Venda		
Caracterização da área		
Tamanho do terreno: <input type="checkbox"/> de 100 a 200m ² <input type="checkbox"/> de 201 a 500m ² <input type="checkbox"/> mais de 500m ²		
Tamanho da área produtiva: <input type="checkbox"/> menos de 10m ² <input type="checkbox"/> de 11 a 50m ² <input type="checkbox"/> de 51 a 100m ² <input type="checkbox"/> mais de 100m ²		
Tempo de moradia na residência atual:		
Desde quando planta no quintal?		